

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**SOBRE AS DIMENSÕES DA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA NA OBRA DE
ROGER CHARTIER:
DAS RELAÇÕES TEÓRICAS À INSTRUMENTALIZAÇÃO DA
REPRESENTAÇÃO**

Autora: Franciele Machado
Orientador: Fernando Nicolazzi.

Porto Alegre,

2016

Franciele Machado

SOBRE AS DIMENSÕES DA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA NA OBRA DE
ROGER CHARTIER:
DAS RELAÇÕES TEÓRICAS À INSTRUMENTALIZAÇÃO DA
REPRESENTAÇÃO

Dissertação apresentada para a obtenção do título de
Mestre em História. Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Fernando Nicolazzi.

Porto Alegre,
2016

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Franciele
SOBRE AS DIMENSÕES DA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA NA
OBRA DE ROGER CHARTIER: DAS RELAÇÕES TEÓRICAS À
INSTRUMENTALIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO / Franciele
Machado. -- 2016.
110 f.

Orientador: Fernando Nicolazzi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2016.

1. Roger Chartier. 2. Históriografia. 3.
Representações . I. Nicolazzi, Fernando, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Agradecimentos

Agradeço a todos os familiares e amigos que estiveram ao meu lado em cada uma das etapas do mestrado. Em especial, ao Giovani, com quem divido um lar à quase uma década.

Agradeço ao professor Dr. Fernando Nicolazzi por cada crítica e por toda a compreensão.

Agradeço à Prof. Dra. Naiara Damas e aos professores Dr. Arthur Lima de Avila e Dr. Alessander Kerber pelas importantes considerações realizadas durante a Qualificação e Defesa do mestrado.

Agradeço aos servidores do PPG em História da UFRGS que atenderam todas as demandas solicitadas e as amigas Luciana e Carol, com quem compartilhei experiências únicas em Porto Alegre.

Em memória de Juliana Zobolli.
Querida Juli, que seu sorriso seja eterno em nossas lembranças.

Resumo

A formulação da noção de representação na obra de Roger Chartier é nosso objeto de estudo nessa pesquisa. A abordagem proposta em todas as etapas da pesquisa, concedeu ênfase ao *lugar social* e *tempo histórico* em que Chartier desenvolveu (e ainda desenvolve) sua prática historiográfica. Partindo-se da hipótese que o conceito de representação é um construto, cuja base foi edificada em referenciais teóricos chave, foram exploradas as leituras deste historiador na obra de Émile Durkheim, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Louis Marin. Em nossa etapa final, veremos como Chartier articula estes referenciais em suas pesquisas, cujo tema é concentrado na *cultura escrita nas sociedades do Antigo Regime*. Importa-nos, portanto, analisar as bases teóricas da noção de representação e o modo como esta noção foi (e permanece sendo) instrumentalizada na escrita da história proposta por Chartier.

Palavras-Chave: Roger Chartier, Representação, escrita da história.

Résumé

La formulation de la notion de représentation dans l'œuvre de Roger Chartier, c'est notre objet de l'étude dans cette recherche. La discussion qui a été proposée dans le tout les étapes de la recherche, a donné l'importance au *lieu sociale* et au temps historique où Roger Chartier a développé (et qu'il encore développe) sa pratique historiographique. En supposant que le concept de représentation est une construction dont le fondement est construit par des référentiels théoriques clés, ont été explorées les lectures de cet historien dans les œuvres d'Émile Durkheim, Norbert Elias, Pierre Bourdieu et Louis Marin. Dans notre étape finale, nous verrons comment Chartier articule ces référentiels dans ces recherches, dont le thème s'est concentrée sur la culture écrite dans les sociétés de l'Ancien Régime. Ce que nous intéresse c'est d'analyser les bases théoriques de la notion de représentation et la manière dont cette notion a été (et est encore) instrumentalisée dans l'écriture de l'histoire proposée par Roger Chartier.

Mot-clé : Roger Chartier, Représentation, l'écriture de l'histoire.

Sumário

Introdução

As representações de um historiador e as determinantes de um *lugar social* de pesquisa.....09

Capítulo I. Acerca do tempo histórico:

A obra de Chartier no contexto historiográfico francês do século XX22

1.1 Sobre o Maio de 68, a guinada das mentalidades e a trajetória acadêmica de Roger Chartier.23

1.2 No contexto dos anos 1970. A propósito da construção na narrativa histórica.....28

1.3 A história cultural do social e a emergência da noção de representação.....33

1.4 Chartier e as representações do (e no) mundo literário.....42

Capítulo II. Sobre as definições e as relações teóricas da noção de representação.....45

2.1 Chartier em face à obra de Émile Durkheim: função classificatória e a conceituação das representações coletivas.....47

2.2 Chartier leitor de Norbert Elias: Do processo civilizatório às representações das práticas.....53

2.3. Pierre Bourdieu e Roger Chartier - *O sociólogo e o historiador*: sobre laços de afetividade e afinidades teóricas.....59

2.4 Dimensões transitivas e reflexivas: Louis Marin e a noção de representação.....64

Capítulo III. Cultura escrita e a representação do passado

Roger Chartier e as representações em sociedades do Antigo Regime.....69

3.1. Texto e Iconografia – Representação e imagem na bibliografia de Chartier.....72

3.2 Sobre a *energia* das representações literárias e a autonomia das representações no mundo social.....77

3.3. Roger Chartier e a dimensão política da noção de representação.....83

3.4 Da corte ao campo: usos históricos, esboços gerais da representação.....84

Considerações Finais.....96

Referencias Bibliográficas

Bibliografia Roger Chartier 103

Bibliografia Geral 107

Introdução. As representações de um historiador e as determinantes de um *lugar social* de pesquisa.

O conteúdo desta dissertação de mestrado apresentará como principal objeto de estudo, a elaboração da noção de representação na obra de Roger Chartier. Para o desenvolvimento de cada etapa da pesquisa, desde já iremos nos eximir de um estudo biográfico ou da realização de um inventário completo sobre a obra deste historiador francês. Destarte, dentro do projeto aqui esboçado veremos como ação necessária localizá-lo num tempo histórico e num *lugar social* determinados. Assim, toda e qualquer menção aos aspectos de sua trajetória acadêmica, possuirá como justificativa imediata a elaboração e compreensão da noção de representação. Isto implica em dar conta dos diálogos e das relações teóricas, bem como, da instrumentalização das representações em sua produção bibliográfica.

Não por acaso nosso estudo sobre as representações é concentrado na obra deste historiador francês. Deixaremos claro ao longo dessas laudas iniciais as justificativas para um estudo dessa natureza, começando pelo lugar de destaque ocupado hoje por Chartier no campo da história. Há quase uma década ele consagrou-se no Collège de France, com a cátedra *Écrit et cultures dans l'Europe moderne*; é também autor de um grande número de pesquisas, que de um modo geral, possuem aceitação de um amplo público internacional, o que também lhe possibilita a realização de constantes conferências. Chartier foi agraciado com títulos de doutor *Honoris Causa*, pela Universidade Carlos III de Madri, e pela Universidade de Santiago do Chile.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, Chartier adquiriu vínculos com importantes instituições da França, além do próprio *Collège de France*. Sua formação na disciplina iniciou-se em 1964 na *École normale supérieure de Saint-Cloud*. Em paralelo com os estudos nesta universidade, formou-se em 1967 na *Sorbonne* e em 1969, foi admitido na *agrégation d'histoire*. No mesmo ano trabalhou como professor no *Lycée Louis-Le-Grand* (1969-1970) e depois como *Assistant d'Histoire Moderne* na

Université Paris I, Panthéon-Sorbonne, (1970-1975). Teve passagens pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, local em que atuou como *Maître Assistant Suppléant* (1975-1977), *Maître de Conférences* (1978-1983) e como *Directeur d'études* (1984-2006). Em plena atividade até os dias de hoje, Chartier atua na história cultural, publicando pesquisas e discussões de caráter metodológico, divulgadas em formato de ensaios ou artigos, em livro ou entrevistas.

O conjunto de sua obra é caracterizado pela ênfase na cultura escrita, em sociedades situadas na Europa do Antigo Regime. Nela, há particular destaque para estudos de casos, nos quais, as fontes em uso, foram manuscritas ou impressas na França, Inglaterra, Espanha ou Itália, entre os séculos XVI e XVIII. Chartier é autor de um amplo número de pesquisas inscritas nestes recortes, o que lhe permite investir em dimensões da história do livro, nas práticas de leitura, na materialidade dos objetos escritos, em questões relativas à autoria e gêneros literários de época, dentre os quais, se inscrevem os catálogos da *Biblioteca Azul* (*Bibliothèque Bleue*).

Os títulos que inauguraram sua produção bibliográfica foram publicados entre o final dos anos 1970 e 1980. Os primeiros são em realidade, obras coletivas, cuja tarefa conjunta foi combinada com historiadores de potencial destaque, sobretudo nos campos da disciplina em que atuam¹. Este detalhe em especial, reforça o exercício de se pensar as relações sociais de pesquisa deste historiador e seu estabelecimento dentro das instituições citadas acima. A mesma ótica será necessária para analisar suas obras individuais², tornadas públicas também nos anos 1980. A saber, boa parte de suas publicações, reúnem ensaios e artigos, já consagrados em periódicos de renome, como o dos *Annales*. E tanto a primeira, como a segunda modalidade de bibliografias, foi acompanhada de um subsequente e amplo número de traduções por diversos países.

Por certo, um grande número de publicações traduz algo maior do que a própria quantificação de pesquisas realizadas. A consolidação destas obras exprime,

¹ *L'Éducation en France du XVIe au XVIIIe siècle* (1976) com Dominique Julia et al; *La Nouvelle Histoire* (1978) com organização dividida com Jacques Le Goff e J. Revel; *Histoire de l'Édition Française* (1982-198) elaborado em conjunto com um dos maiores especialistas da história do livro: Henri Jean Martin; e entre outros, *Histoire de la vie privée* (Tomo III) com direção conjunta de Philippe Ariès et Georges Duby.

² *Lectures et lecteurs dans la France de l'Ancien Régime* (1987) e *Cultural History. Between Practices and Representations* (1988) – título este com versão portuguesa (de Portugal) no mesmo ano.

simultaneamente, a formação de redes e centros de pesquisas que possibilitaram, não apenas seu desenvolvimento, mas também, a validade de seu conteúdo. Assim, a leitura realizada sobre a obra de Chartier, deverá entrecruzar as passagens deste historiador por Universidades; somando-as com funções, exercidas em centros e instituições de pesquisa³; ou, para utilizar a expressão de Michel de Certeau, deverá articular as “ideias” aos *lugares*⁴. Tal prerrogativa certamente será válida para analisarmos o modo como são articuladas no interior destas obras as definições da noção de representação.

Em nosso país, as primeiras traduções dos livros e artigos de Roger Chartier surgiram na década de 1990⁵. Desde então, é grande o número de livros, entrevistas, ensaios ou artigos em revistas, disponíveis em caráter impresso ou digital. A demanda crescente das pesquisas de Chartier no Brasil (tanto nos campos da história, como também da literatura), lhe atribuíram boas relações com numerosas Universidades e instituições de pesquisa. Em diversas passagens pelo país, Chartier conduziu uma série de cursos, palestras e conferências, parte delas disponibilizadas em livros ou convertidos em artigos. E, além do mencionado, episódios recentes marcam muito bem o reconhecimento atribuído à sua trajetória acadêmica em nosso país⁶. Em 2005 e 2007

³ De acordo com a biografia de Chartier disponível na página do Collège de France, o historiador assumiu os seguintes cargos: Diretor do Centro Alexandre Koyré (Instituição regida pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Centre National de la Recherche Scientifique e Muséum National d'Histoire Naturelle (1989-1998); Diretor no Centre international de Synthèse-Fondation pour la Science (1993-1997); Membro do Comitê Nacional do Centre National de la Recherche Scientifique, Section Histoire moderne et contemporaine (1980-1983/ 1987-1990); Presidente do Conselho científico de Bibliothèque de France (1990-1994); Membro do Conselho científico pour la recherche universitaire auprès du Ministre de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche (1990-1994); Presidente do Conselho científico da École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques (1995-1998); Membro do Comité d'évaluation scientifique de la Maison des Sciences de l'Homme (1998-2002), entre outros. Mais dados sobre a biografia de Roger Chartier estão disponíveis em: <http://www.college-de-france.fr/site/roger-chartier/biographie.htm> Acesso em: 15/01/2015.

⁴ CERTEAU. Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982. p. 65

⁵ No Brasil, seus títulos publicados são: *A História Cultural entre práticas e representações* (1990), *A ordem dos livros* (1994), *Práticas da leitura* (1996), *A aventura do livro do leitor ao navegador* (1998), *História da leitura no mundo ocidental* (1998), *Cultura escrita; Literatura e História* (2000), *Práticas da leitura* (Org. 2001), *Os desafios da escrita* (2002), *À beira da Falésia* (2002), *Do palco à página: Publicar teatro e ler romances na época Moderna Séculos XVI – XVIII* (2002), *Formas e sentidos – Cultura escrita: entre distinção e apropriação* (2003), *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* (2004), *Inscrever e Apagar: cultura escrita e literatura* (2007), *A história ou a leitura no tempo* (2009), *Origens culturais da Revolução Francesa* (2009), *O sociólogo e o historiador* (2012), *Autoria e história cultural da ciência* (Org. FAULHABER, Priscila & LEITE LOPES – 2012), *A Mão do Autor e A Mente do Editor* (2014).

⁶ Todavia, demasiada notoriedade não exime seu trabalho de rejeições. Bem pelo contrário, foram subsequentes os ataques ao projeto intelectual defendido por Roger Chartier. Estas críticas tanto fazem

foram organizados dois colóquios, cujo objetivo foi evocar a contribuição de suas pesquisas aos estudos históricos e literários no Brasil. O evento realizado em 2005, recebeu o nome de *Colóquio Roger Chartier: Apropriações de um pensamento no Brasil*⁷. O seguinte, foi intitulado de *Colóquio Internacional Roger Chartier e os Estudos Literários*⁸. Acrescenta-se à estes dois episódios, um terceiro mais recente: a publicação do livro *Roger Chartier - A força das representações: história e ficção*⁹. Este livro reuniu as três conferências apresentadas por ele no colóquio Internacional, realizado em 2007, assim como o texto de sua aula inaugural (*Escutar os mortos com os olhos*) no *Collège de France*. Vinculado ao evento supracitado, a organização do livro *Roger Chartier - A força das representações*, segue semelhantes critérios, que visam legitimar a contribuição das pesquisas deste historiador nos âmbitos nacional e internacional.

Contudo, intercâmbios dessa natureza não constituíram-se de forma sólida apenas no Brasil. Como professor convidado, Chartier também frequentou a Universidade da Pensilvânia, de Montreal, da Califórnia, de Chicago, de Nova York, entre outras. Ademais, o reconhecimento que lhe é atribuído diagnostica a existência de uma importante rede de pesquisadores, a partir da qual, examina-se com cautela o mérito individual nas pesquisas em história. *Escutar os mortos com os olhos* torna-se emblemático, pois neste artigo diz-se “escutar os mortos com os olhos”, entre os quais, Henri-Jean Martin e F. D. McKenzie. Sem os desdobramentos instigados por eles e por

referência às bases teóricas e metodológicas da história cultural, quanto ao uso das representações. Parte destas objeções importam-se em sinalizar o uso excessivo e a natureza vaga das representações, concebida a partir de uma natureza distante do real. Ler: TORRE, Angelo. Recorridos de la práctica. *Revista História, Antropología y fuentes orales*, v. 2, n. 38, 2007. pp. 23-38. CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org). *Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papyrus, 2000.

⁷ Evento realizado em setembro de 2005, em parceria com setores da PUC-Rio e UFRJ. Conforme objetivos divulgados pela organização do evento: “A construção do objeto de estudo do historiador cultural de renome internacional, cujo pensamento vem subsidiando pesquisas institucionais, teses e dissertações em programas de pós-graduação de várias regiões brasileiras há mais de duas décadas, será foco de reflexão, no que tange principalmente aos conceitos mais importantes de sua obra e à maneira como estão sendo ressignificados nas pesquisas e nas diversas práticas em torno do ato da leitura.” Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/coloquiiorogerchartier/apresentacao/index.php>. Acesso em: 24.01.2014

⁸ “Colóquio Internacional Roger Chartier e os Estudos Literários, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em julho de 2007, no âmbito da Pós-Graduação em Letras. O objetivo do encontro era propor perguntas estimulantes à obra do historiador francês”. ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011.p. 09.

⁹ ROCHA, 2011, Op. cit.

outros estudiosos não seria possível nem mesmo a inauguração de sua cátedra no Collège de France. Sobre Henri-Jean Martin, Chartier diz ser um “discípulo sem ser seu aluno” e associa ao trabalho do mesmo os primeiros passos em direção à história do livro. E no que se refere às contribuições de McKenzie, Chartier, dilata o horizonte de reconhecimento expressando que

[...] ele nos ensinou a ultrapassar os limites ao mostrar que o sentido de um texto, seja ele canônico ou sem qualidades, depende das formas através das quais é realizada a leitura, dos dispositivos específicos à materialidade da escrita, por exemplo, os objetos impressos, o formato do livro, a construção da página, a repartição do texto, a presença ou não de imagens, as convenções tipográficas e a pontuação.

Fundamentando a “sociologia dos textos” no estudo de suas formas materiais, McKenzie não se distanciou das significações intelectuais ou estéticas das obras. Bem ao contrário. E é sob essa perspectiva aberta por ele que posicionarei uma matéria que pretende não separar jamais a compreensão histórica dos textos escritos da descrição morfológica dos objetos que os veiculam¹⁰.

Ao citar Pierre Bourdieu, os perigos da *ilusão biográfica* e as redes interligadas do campo acadêmico, em *Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas* Chartier mostra-se consciente sobre o grupo de pesquisadores que o precederam ou que trabalharam ao seu lado, as instituições e as atividades que nelas exerceu. Segundo suas palavras: “os avanços intelectuais são sempre resultado de esforços coletivos”¹¹. E estes esforços, são “partilhados por pesquisadores que pertencem a uma mesma geração ou a uma mesma tradição ou que, para além das fronteiras, constroem juntos – por vezes sem sabê-lo – um mesmo questionário e respostas semelhantes”¹².

Sendo assim, apresentar este lugar social será imprescindível e retornaremos à ele em vários momentos da pesquisa. Todavia, o sucesso ou insucesso de um historiador não nos parece suficiente para o empreendimento de um estudo sobre sua obra. Para bom entendimento de nossos recortes de pesquisa, duas perguntas serão fundamentais.

¹⁰ CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011. pp. 250-1.

¹¹ CHARTIER, Roger. “Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011. p. 21-2.

¹² Idem.

A primeira consiste em questionar o porquê de se estudar as representações na obra deste historiador francês; a segunda, implicará em saber como iremos empreender este estudo.

Como resposta à primeira questão, poderemos destacar o potencial atribuído à noção de representação na obra deste historiador, com significados oriundos do próprio Antigo Regime¹³. Compreender sua elaboração permitirá estabelecer com maior tato teórico, a leitura e o uso instrumental desta noção nas pesquisas de Roger Chartier. E além desta instrumentalização, empreendida nas pesquisas sobre o Antigo Regime, em Chartier, as representações aparecem em discussões metodológicas, nas quais, os objetivos incidem sobre transformações na história da disciplina. O contexto destas discussões¹⁴ apresenta “balanços” sobre a conjuntura historiográfica francesa, na segunda metade do século XX. Sua composição conduz ao abandono dos recortes quantitativos, do econômico e do social e, ao mesmo tempo, visa constituir legitimidade à abordagem cultural em ascensão nas últimas décadas do século passado. Neste ínterim, o afastamento de noções e categorias como a de *classe* ou de *mentalidade*, traduz a simultânea ascensão e o uso ilimitado das representações.

Inscrita nestas dimensões “práticas” e “teóricas” assim definidas muito mais por mera conveniência de nomenclatura¹⁵, veremos o grande destaque que as representações possuem na obra de Chartier. As representações são assim assimiladas como realidade, dentro das práticas culturais, convertendo-se deste modo à um dos objetos/abordagens de estudo privilegiados nas pesquisas de Chartier:

meu percurso de historiador privilegiou desde cedo a força dinâmica das representações. As representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. [...] É a partir da hipótese da ‘realidade de representação’, ou, dito de outra forma, da força social das percepções do mundo social, que vários estudos foram desenvolvidos¹⁶.

¹³ Estes significados são buscados por Chartier no *Dictionnaire de Furètiere*, publicado em 1727.

¹⁴ Publicadas nos títulos: *A história cultural entre práticas e representações* (1988), *O mundo como representação* (1989), *À beira da falésia* (1998), *A história ou a leitura do tempo* (2009).

¹⁵ Falamos de uma mera conveniência, pois, bem sabemos que não convém, de fato, separar a teoria da prática na pesquisa histórica.

¹⁶ CHARTIER, Roger. “Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011. p. 28.

Aqui iremos afinar a investigação no uso particular das representações na ação historiográfica de Chartier, mas outros historiadores nas diversas partes do globo também destinaram interesse às representações, seja sob o viés do *mental*, *coletivo*, *individual* ou *social*¹⁷. Contudo, como dissemos no início, a escolha por um estudo na obra de Chartier não é aleatória. Poderemos ainda incluir no centro das justificativas, as repetidas vezes em que este historiador inferiu sua defesa, até então irrevogável, sobre o uso das representações na escrita da história. Como tal defesa repercute em suas pesquisas e o que a mesma pode apresentar à historiografia, é uma das questões que pretendemos desenvolver na tríade de capítulos aqui organizadas.

Tal justificativa abre o horizonte para compormos um dos problemas de pesquisa que inscrito em nossas análises. Em um artigo denominado *Poderes e limites das representações* [...] ¹⁸, Chartier intenta muito mais sobre suas contribuições, eximindo esta noção de alguma problemática na pesquisa em história. Bem ao contrário, sua intenção ao longo dos anos é a de rebater as críticas que assolam sua instrumentalização. Semelhante postura poderá ser sinalizada em *Defesa e ilustração da noção de representação*, onde novamente um grande potencial é creditado ao uso desta noção. Segundo Chartier:

tal como a entendo, a noção de representação não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores a desfazerem-se de sua “muito pobre ideia do real”, como escreveu Foucault, colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. As representações

¹⁷ Estas denominações distintas das representações obedecem à definições de diferentes correntes teóricas. Émile Durkheim é considerado o introdutor das representações *coletivas* e *individuais* nas ciências sociais. Como veremos adiante, na obra de Chartier, as representações são fruto desta concepção durkheimiana, na qual, a noção tanto serve como categoria de análise do conhecimento, como fenômeno, ou prática social, capaz de construir as divisões e classificações do mundo social. O rompimento com esta leitura binária das representações poderá ser notado na obra dos Psicólogos Sociais Sérgio Moscovici e Denise Jodelet. Ambos apresentam limitações à concepção de Durkheim, ao mesmo tempo em que pretendem legitimar a eficácia das representações *sociais*. Moscovici retoma as considerações de Lévy-Bruhl, pois, “abandonando o antagonismo importante, mas arbitrário entre individual e coletivo, Lévy-Bruhl ilumina as relações entre uma sociedade e suas representações”. MOSCOVICI, Serge. *Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história*. In: JODELET, Denise (Org.) *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 50.

¹⁸ CHARTIER, Roger. “Poderes e limites da representação”. Marin, o discurso e a imagem. In: *À Beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é¹⁹.

Por certo, o crédito e a autonomia concedidos às representações poderão ser avaliados, à começar pela definição dos títulos em que as representações aparecem como objeto de análise: *O mundo como representação*; *A história cultural entre práticas e representações*; *Poderes e limites da representação*; *Defesa e ilustração da noção de representação*. E tanto mais, pelas definições que lhes são atribuídas no interior destes textos: “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo”²⁰; “não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação”²¹; ou ainda: “toda história quer se diga econômica, social ou religiosa, exige o estudo dos sistemas de representação e dos atos que eles geram. Por isso, ela é cultural”²².

Nessa linha de compreensão, também será constatado que “além deste uso historicamente situado, a noção de representação transformou a definição dos grupos sociais”. Portanto, mais do que um crédito estabilizado no acúmulo de três décadas afins, tais afirmações demonstram a impossibilidade da escrita da história sem que nela se articule as representações. Mas esta posição não é unânime, mesmo que Chartier insista em destacar suas potencialidades, há uma bibliografia que traça os limites sobre o uso da noção de representação, problematizando suas insuficiências teóricas e o excesso de seu uso na história cultural.

Um estudo sobre as representações projetado dentro destes recortes, permite uma análise minuciosa desta noção, compreendida por Chartier como categoria de análise do conhecimento histórico e como objeto de estudo. A partir das pesquisas, ancoradas em determinadas obras literárias (entre as quais, incluem-se livros e peças teatrais assinadas por Cervantes e Shakespeare), Chartier procura demonstrar como tais objetos escritos

¹⁹ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

²⁰ CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. *Estudos Avançados*. Vol. 5, n.11. São Paulo. Jan/Abr. 1991.p. 66

²¹ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp. 2004. p. 18.

²² CHARTIER, 2011, Op. cit. p. 16

puderam incidir nos modos de agir e de se relacionar no Antigo Regime. Ou, em outras palavras, como elementos particulares dessas obras, foram transportados para o mundo social, alterando as representações existentes nele e, desta forma, alterando-se o próprio mundo social.

De outro modo, o universo temporal imbricado ao estudo das representações, dilata-se para além do passado puramente objetivado. E assim, o uso das representações torna-se relacional ao presente historiográfico de Chartier, que propõe a defesa aberta da noção, no final dos anos de 1980, e, prossegue com a mesma ao longo das três seguintes décadas. Se por fim, pensarmos a noção em termos imediatamente metodológicos, veremos que a própria constituição do texto histórico, resultado de técnicas adequadas por um *lugar social* de pesquisa, poderá ser compreendida numa perspectiva de representação do passado. Veremos, portanto, os elementos de constituição, as intenções de prova, a seleção e construção de fontes de pesquisa, entre outras estratégias, que fazem de um texto, uma pesquisa de história.

Isto exposto, poderemos retomar a segunda questão formulada (como empreender tal estudo?), propondo-a sua necessária resposta. Em relação às fontes documentais em uso, estas serão, fundamentalmente, livros, artigos, ensaios e entrevistas, assinadas por Roger Chartier. Todavia, a ordem de importância destes documentos será sempre governada pelo uso das representações. A datação destas publicações pertence ao final dos anos 1980 e segue pelos anos 2000, incidindo sobre a década seguinte, pois Chartier continua realizando pesquisas e nelas, igualmente permanece seu interesse pelas representações. Por este motivo, as conclusões aqui apresentadas, não serão conclusões definitivas, e nem poderiam sê-las, tratando-se de um trabalho de história.

Os livros e artigos de autoria de Roger Chartier, aqui transformados em fontes documentais, estão dispostos em suportes impressos ou digitais. Em nossas referências bibliográficas informaremos os títulos utilizados e suas respectivas versões anteriores, as quais deram origem às traduções brasileiras em uso. Os documentos em sua língua

original (o francês), foram submetidos à traduções livres da autora desta dissertação. A maior parte de nossas traduções serão realizadas em artigos e entrevistas, disponíveis em periódicos franceses tais quais como a *Revue des Annales*, *Le Débat*, *Actes de la recherche en sciences sociales*, entre outros. Além dos textos de Chartier, investiremos nossa atenção também em publicações de alguns de seus interlocutores, entre eles: Émile Durkheim, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

Sempre que necessitarmos fazer uso de citações em outros idiomas, tratando-se especialmente do francês, iremos trabalhar com sua tradução no corpo do texto, citando a referência original na nota de rodapé. Outras publicações da revista *Annales*, especialmente seus editoriais também publicados em francês serão de grande proveito para articularmos a produção de Chartier à um tempo histórico específico, suas transformações e eventos chaves. E como daremos ênfase à este contexto de transformações da segunda metade do século XX, o teor de discussões elaboradas por historiadores franceses, como François Dosse, Antoine Prost, Jacques Le Goff, Pierre Vilar, entre outros, nos servirão de pano de fundo na construção das argumentações inferidas.

No que se refere à sua estrutura, a dissertação será organizada em três capítulos. Na primeira etapa, pretendemos fazer referência ao contexto historiográfico no qual a obra de Chartier se inscreve. Apresentando o cenário da disciplina na França, a partir da experiência dos *Annales*, poderemos sinalizar algumas das circunstâncias que lhe permitiram empreender a abordagem da história cultural, e logo, das representações. Não teremos a ambição de seguir cada vestígio de Chartier neste período, embora nos interesse saber da conjuntura de suas publicações, das atividades exercidas, dos vínculos institucionais adquiridos e etc. Propor ênfase a tal conjuntura historiográfica, conduz obrigatoriamente ao contexto de acontecimentos decorrentes na segunda metade do século XX, marcados pelas acusações à Stalin na década de 1950, pelas aspirações do Maio de 68 e pelo declínio das utopias socialistas e comunistas no final deste mesmo século. Estes acontecimentos transformaram o modo de escrever e de compreender a história e certamente influíram nas pesquisas de Chartier. Sendo assim, tão necessário quanto considerar as determinantes de um lugar social, também será importante considerar o tempo histórico e as transformações oriundas em seu interior. Veremos,

por conseguinte, no decorrer deste primeiro capítulo a articulação de passado e presente, considerando seu compasso e interlocução com o discurso do historiador. Há de se pensar tanto no passado dos anos 1960 e 1970, analisados por Chartier em algumas de suas discussões, quanto no presente em que ele escrevia tais análises (leia-se, os anos 1980 em diante). Com as ressalvas de se cair num anacronismo conceitual, talvez pudéssemos empregar aqui a expressão *o passado que não passa*, não no sentido de análise de um evento traumático de deixou feridas abertas, mas por compreender que a defesa de Chartier em relação às representações é reverberada até os dias atuais.

A composição do segundo capítulo terá intenção de analisar os referenciais teóricos, a partir dos quais, Chartier define sua compreensão sobre a noção de representação. *Lendo Chartier como leitor* de Émile Durkheim, Marcel Mauss, Pierre Bourdieu e Louis Marin, poderemos decodificar com maior cautela, suas relações com as ciências sociais, e logo, com os diferentes fundamentos da noção de representação. Investigando estas estruturações teóricas, poderemos introduzir em nossa análise, os sentidos diferenciados das representações, desde a concepção de *representações coletivas e individuais* de Émile Durkheim e Marcel Mauss, às *lutas de representação* de Pierre Bourdieu até as dimensões *transitiva e reflexiva*, descritas por Louis Marin. Veremos, portanto, como Chartier articula as definições de Durkheim sobre “sociedades primitivas” às formulações modernas das representações de Marin, num tempo historiográfico que foi o final dos anos 1980.

No terceiro capítulo, iremos investigar como são estruturadas as representações nas pesquisas deste historiador. Veremos ali que toda representação possui um representado: camponeses, mulheres, homens do clero, da esfera pública letrada, autores e editores de livros em circulação no período. Segundo conclusões de Chartier, os próprios homens do Antigo Regime atribuíram importante valor às representações, sobretudo como conceito em uso na esfera social. Tal hipótese vem acompanhada de buscas em dicionários, enciclopédias, textos de lei e nos chamados livros “filosóficos”, sobre os quais, uma nova compreensão de público e de povo nos são apresentadas. Trata-se de um amplo potencial incidido sobre esta noção, a qual Chartier articula com outras duas noções angulares, denominadas *práticas* e

apropriações. De nossa parte, estes debates e pesquisas serão submetidos à análise de maneira crítica e, amiúde, localizando o tempo e o lugar social à que pertencem.

Todavia, se falamos das determinantes de em lugar social e de redes de pesquisa, é necessário ressaltar que estes espaços institucionais não poderão ser entendidos como organizações mecânicas. Bem ao contrário, diremos que em seu interior, Chartier constituiu laços assumidos de amizade, como é o caso em sua relação com Pierre Bourdieu, muito bem exposta no livro *O sociólogo e o historiador*²³. Para falar de historiadores e estudiosos já falecidos, Chartier faz uso de palavras carregadas de afeto. Sendo assim, falamos de um campo de disputas, constituído por aprovações e exclusões, o que, no entanto não impossibilita o enraizamento de relações humanas, principalmente, tratando-se de autores que o mesmo conheceu ou conviveu. A hipótese é confirmada com base na maneira com que Chartier se remete à Norbert Elias, Henri-Jean Martin e nas dedicatórias que faz em seus trabalhos à memória de Michel de Certeau e Louis Marin.

A demarcação é conveniente, pois, o historiador é um agente social, submetido à um campo de pesquisa, mas antes de tudo é portador de desejos e ansiedades. E mesmo que trabalhamos numa perspectiva de determinações relacionadas à um *lugar social* ou *campo acadêmico*, não será importuno lembrar que Chartier possui inclinações pessoais, mesmo ainda que estas inclinações não pertençam ao nosso horizonte de pesquisa.

Como último adendo, estenderemos um tanto mais as apresentações para falar sobre o ineditismo vislumbrado nesta pesquisa. Notoriamente, não seremos os primeiros a escrever sobre a obra de Roger Chartier, ou sobre as representações na obra deste historiador. Em um livro organizado nos anos 2000²⁴, Jurandir Malerba, Ciro Flamarion Cardoso, Francisco Falcon e Helenice Rodrigues dedicam parte de suas reflexões à formulação da noção de representação na obra de Chartier.

Contudo, há nestas reflexões uma predominância para os desvios sociais, que propõem-se a analisar (e acima de tudo problematizar) a popularização da noção de

²³ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

²⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

representação. Nosso trabalho, diferencia-se deste, em primeiro lugar, porque não veremos aqui Chartier como um representante em potencial do “pós-modernismo”²⁵. Além disso, pretendemos reunir um leque maior de documentos e explorar sua definição tanto em textos que a popularizaram, como sua instrumentalização nas pesquisas de Chartier.

Além deste livro, há um trabalho recente da historiadora Giselle Martins Venancio, publicado na coletânea *Os historiadores clássicos da história. De Ricoeur a Chartier*²⁶, que pode ser somado ainda à alguns artigos que fazem alusão ao tema em estudo²⁷. Todavia, estes trabalhos não reúnem as mesmas intenções de pesquisa que temos aqui, a qual prioriza a compreensão das dimensões plurais da noção de representação, reportando a obra de Chartier num tempo histórico e lugar social.

Sem nada mais a antecipar, ao leitor que acompanhará nossos passos, desejamos uma boa leitura.

²⁵ Em suma, como é corriqueiro no tocante às posições pós modernas ou da “nova história”, nosso autor respondeu ao que via como um reducionismo, trocando-o por outro de signo contrário. Cf: CARDOSO, Ciro. *Uma opinião sobre as representações sociais*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000. p.20.

²⁶ VENANCIO, Giselle Martins. Roger Chartier. In: PARADA, Maurício (Org). *Os historiadores clássicos da história: De Ricoeur a Chartier*. Petrópolis: PUC – Rio, 2014.

²⁷ Cf: PACHECO, Alexandre. *As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu*; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier*. Diálogos, Vol. 9, No 1 (2005).

Capítulo I.

Acerca do tempo histórico. A obra de Chartier no contexto historiográfico francês do século XX

“Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”.

Marc Bloch

Conforme destacado nas laudas introdutórias desta dissertação, nossos objetivos de pesquisa atentam para a elaboração da noção de representação na obra de Roger Chartier, articulando de antemão, sua obra à um lugar social determinado. Na espreita de Michel de Certeau, veremos que “levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história”. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser legendária (ou “edificante”), nem a-tópica (sem pertinência)”²⁸.

Como complemento, este lugar social de que falamos será relacionado às determinantes de um tempo *histórico* e sempre que for conveniente, *historiográfico*. Tal como será apresentado, este duplo regime temporal converge com transformações vivenciadas no decorrer da segunda metade do século XX. Ao contemplá-las, teremos como parâmetro obrigatório episódios de contestação e ruptura, que compreendem desde o Maio de 68, até o enfraquecimento de ideologias de caráter socialista, em fins dos anos de 1980 e início dos anos 1990.

²⁸ CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982. p. 77.

O encaminhamento destes eventos segue uma longa conjuntura, que certamente foi experimentada de modo díspar nos diferentes lugares do globo. De fato, não poderemos abordar suas nuances de modo completo e por esse motivo, nossa leitura sobre o conjunto de episódios supracitados, terá como filtro recortes que privilegiam não apenas a historiografia francesa da segunda metade do século XX mas, sobretudo, a obra de Chartier. Fazendo isto, daremos ênfase à sua produção acadêmica inicial, elaborada no conjunto das décadas de 1960, 1970 e 1980. Reunindo estes três decênios em nossa análise, nos interessa relacionar a conjuntura de mudanças do campo historiográfico francês do período com aspectos econômicos, políticos e socioculturais, os quais muito provavelmente refletiram na carreira de Chartier. Este percurso nos leva, indubitavelmente, ao grupo formado em torno dos *Annales* e amiúde, à relação de Chartier com o mesmo grupo.

Seguindo o mesmo esboço de pesquisa, nossas análises irão alcançar as três seguintes décadas, visto que Chartier não cessou suas atividades e o mesmo pode ser dito em relação ao uso das representações.

1.1. Sobre o Maio de 68, a guinada das mentalidades e a trajetória acadêmica de Roger Chartier.

Em 1969, Fernand Braudel anunciou sua retirada da direção da revista *Annales*, apresentando a “nova pele” adquirida pela disciplina e a chegada de um *novo* grupo de historiadores²⁹. Sob a direção de Braudel desde 1946, o periódico era chamado de *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, título a partir do qual, poderão ser traçadas as preferências dos *Annales* naquele período.

Com vistas na cronologia daqueles anos, veremos que este pronunciamento acompanhou o alvorecer do Maio de 1968 e a conjuntura a partir da qual o discurso dos historiadores (ou pelo menos dos historiadores engajados na voga das mentalidades)

²⁹ BRAUDEL. Fernand. Les “nouvelles” *Annales*. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 24e année, N. 3, 1969. p. 571.

passou a formular reflexões sobre a “vida cotidiana”, “costumes”, “relações matrimoniais”, sobre o “lugar e a imagem da criança, [...] as práticas anticoncepcionais dos antigos tempos” e etc.³⁰.

Na história da historiografia francesa, o fim dos anos 1960 é convencionalmente³¹ explicado considerando-se a ascensão da terceira geração dos *Annales* e a grande emergência da história das mentalidades em seu interior. Aquém destas convenções, François Dosse examinou *os efeitos da história sobre a história*, imprimindo como pano de fundo o Maio de 68 francês³². Neste *novo* cenário, a disciplina teria acompanhado um processo de difusão nos meios de comunicação, ao mesmo passo em que viu o crescimento de projetos editoriais, cuja ambição almejava ultrapassar seu restrito público acadêmico. O Maio de 1968, em si, foi um evento profundamente midiaticizado. Em entrevista, o autor do livro *A história em migalhas*, lembra que Pierre Nora, acompanhou da varanda de sua casa a construção das barricadas estudantis, ao lado de “um repórter da rádio Europe n°1”³³. Todavia, na opinião de Dosse, a repercussão dos efeitos desse evento desencadeou implicações nocivas no modo como conduzir as pesquisas em história: o abandono da totalidade e a fragmentação efetiva da história global em várias histórias, teria acelerado “uma crise de historicidade, para dar lugar a uma pós-história, expressão de um pós-modernismo no qual a história perde o *status* de superação, de *devoir*”³⁴.

Não nos interessa aqui questionar se a disciplina abrigou (ou ainda abriga) essa crise em seu seio, nem saber se a leitura sobre o Maio de 68 apresentada por Dosse, é a mais conveniente. Importa-nos, antes de tudo, reconhecer um perfil de mudanças no período que o mesmo analisa, pois como dito, foi justamente nesta conjuntura que Braudel publicou seu editorial na revista *Annales*.

³⁰ Ibidem, p. 257.

³¹ Ler: REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra 2000; BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

³² DOSSE, Mai 68, les effets de l'histoire sur l'Histoire In: Politix. Vol. 2, N°6. Printemps 1989. pp. 47-52.

³³ DOSSE, François. Entrevista. Rev. Bras. Hist. vol.32, n.64, São Paulo, Dec. 2012, p. 349

³⁴ DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001. p.121.

De fato, neste breve documento, o ex-diretor do periódico apresentou o encerramento de um programa antigo e a guinada para a “hierarquia de urgências atuais”³⁵. Em seu lugar, passaram a figurar os nomes de André Burguière, Marc Ferro, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Jacques Revel³⁶. Conhecida a partir daí como *Nouvelle Histoire*, a prática destes novos historiadores, foi também combinada com o trabalho de Robert Mandrou e “François Furet [que] também será um nome importante, a julgar por alguns dossiês da revista que são publicados sob sua responsabilidade”³⁷.

Exportando essa conjuntura historiográfica para a trajetória de Roger Chartier, veremos que os nomes citados acima não são estranhos ao currículo profissional deste historiador. Especialmente o de Jacques Le Goff com quem o mesmo organizou conjuntamente os livros *A nova história* e *Faire de l’histoire*. Na primeira coletânea participou também e Jacques Revel e na segunda, Pierre Nora. Interessante também notar que o envolvimento de Chartier nestas e em outras obras conjuntas – seja na organização ou com a publicação de capítulos –, tornou-se efetivo depois de seu vínculo profissional iniciado com a *Sorbonne* (em 1970) e com *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (no ano de 1975). Antes de ligar-se à estas instituições e mais especificamente, em 1968, Chartier passava por um momento de transição em sua carreira acadêmica. Se por um lado, o mesmo já não mantinha vínculos estudantis (pois havia obtido formação na *Sorbonne* em 1967), por outro lado, também não possuía vínculos como docente (na medida em que ainda preparava-se para ser admitido na *Agrégation d’histoire* – o que aconteceu de fato, em 1969).

Contudo, no mesmo ano em que Braudel publicou seu editorial, Chartier dava os primeiros passos como docente no Liceu Louis-Le-Grand, em Paris. Com o desenrolar dos anos, uma pluralidade de temas, métodos e lugares são por ele experimentados. O acúmulo das publicações de Chartier indicam ao leitor atento tanto mudanças de ordem temática (no que se refere, por exemplo, a inclinação de uma história do livro para uma história das práticas de leitura), como também metodológicas. A nota é importante, pois

³⁵ BRAUDEL. 1969. Op. Cit. p. 571-2.

³⁶ DOSSE, 1989, Op. cit. pp. 47-52.

³⁷ BARROS, José D’Assunção. *A Nouvelle Histoire e os Annales: continuidades e rupturas*. *Revista de História* (Salvador), v. 5, 2013. p. 309.

embora hoje seja possível identificar seu crescente interesse pelo gênero literário, em fins dos anos de 1960 Chartier estava longe de propor a elaboração de uma história das práticas de leitura e das apropriações dos objetos escritos. Como veremos adiante, esta guinada ficará acentuada no perfil de suas publicações somente na década de 1980.

Em entrevista, o mesmo descreve o início de sua atuação acadêmica da seguinte forma:

Quando comecei a fazer trabalhos acadêmicos, no final dos anos 1960, na França, a História utilizava as técnicas estatísticas para a quantificação dos fenômenos culturais e, no fim das contas, a literatura não desempenhava um papel particularmente importante nessa perspectiva. A história da cultura mobilizava as mesmas técnicas, as mesmas fontes que a história demográfica, social e econômica, baseada em dados objetivos. Ela não permitia, necessariamente, responder a perguntas importantes.

Por exemplo, era possível, embora difícil para os historiadores dos anos 1960 e 70, reconstruir a produção tipográfica de uma cidade durante um certo período, reconstruir o conteúdo das bibliotecas privadas, a partir das fontes cartoriais, a partir dos catálogos impressos. Mas o que essas análises diziam sobre a leitura? O que diziam sobre a relação entre o leitor e os textos que foram lidos? ³⁸

Sua narrativa induz-nos a pensar em perspectivas de trabalho distintas em um Chartier que iniciou sua carreira em fins dos anos 1960, mas que ao longo das décadas seguintes, observando as demandas do lugar social em que estava inserido, alterou as perguntas de pesquisa inferidas sob um mesmo arranjo documental (leia-se, os objetos escritos). Contudo, é importante atentar para pelos menos dois detalhes inscritos nas entre linhas dos registros auto biográficos inferidos por Chartier. É patente entender, em primeiro lugar, que estes registros não são desinteressados, pois, neles é o próprio Chartier que seleciona os fatos e remonta o que deve ser lembrado em sua trajetória acadêmica. Em outro aspecto, veremos que apesar de todas as críticas ao quantitativo, tal abordagem não apenas forneceu sentido aos seus primeiros trabalhos, como ainda poderá ser sinalizada em algumas de suas ponderações.

A primeira constatação será confirmada por Robert Darnton, para quem Chartier concedeu uma entrevista durante a abertura da cátedra *Écrit et cultures dans l'Europe*

³⁸ CHARTIER, Roger. Entrevista realizada pela Revista de História.com.br em 01.11.2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/entrevista-roger-chartier>
Acesso em 01.06.2015.

moderne, no *Collège de France*. No episódio ocorrido em 2007, Darnton descreve sua lembrança de um “jovem Roger Chartier” cujos primeiros trabalhos eram “notadamente uma espécie de apologia de uma história quantitativa do livro”³⁹. Atualmente, veremos que a soma de inventários, livros e relatórios de compra, venda e outros documentos do gênero, ainda nutrem o cotidiano de pesquisa deste historiador. Em sua biografia, Chartier não deixará de frisar a importância das séries e dos números (em sua opinião, herdadas da história social)⁴⁰. Mas, a proposta atual de suas pesquisas implica em questionar o que estes números podem representar, entrecruzando-os à um outro olhar, que parte dos próprios objetos, das práticas e das representações, eximindo-as de determinantes de classe social ou de fortuna.

Essa abordagem, coletivamente assumida (inclusive pelo autor deste texto), fez acumular um saber sem o qual outras interrogações seriam impensáveis. Todavia, tal não se deu sem problema. Ela se baseia em uma concepção de caráter acentuadamente sociográfico que postula, de forma implícita, que as clivagens culturais são organizadas segundo um recorte social prévio.

Indo mais a fundo em suas críticas, veremos que os mesmos preceitos que fazem-lhe sinalizar as possíveis insuficiências desta abordagem historiográfica, induzem-lhe, em dado momento, à estimular a recusa coletiva de práticas outrora manipuladas no campo do social:

É preciso, creio eu, recusar essa dependência que articula as distâncias, construídas *a priori* entre as práticas culturais e oposições sociais, seja na escala de contrastes macroscópicos (entre dominantes e os dominados – entre as elites e o povo), seja na escala de diferenciações mais miúdas (por exemplo, entre os grupos sociais hierarquizados pela distinção de condição de ofício ou de níveis de fortuna).

Não há o que obrigue as partilhas culturais a se ordenarem de acordo com uma grade única de recorte social⁴¹.

³⁹ DARTON, Robert. CHARTIER, Roger. Roger Chartier entrevistado por Robert Darnton. Matrizes: São Paulo, n° 2 jan./jun. 2012, p. 159-177

⁴⁰“O recurso a metodologias que eram antes utilizadas pela história demográfica, pela história econômica, pela história social, foi uma etapa absolutamente fundamental e necessária, e continua sendo, pois do contrário estaríamos arriscados a perder de vista as diferenças sociais em sua relação com a capacidade de escrever, com a propriedade do livro, com os tipos de livros possuídos por tal ou tal meio social”.

⁴¹ A ordem dos livros. P. 15

Sem alçar entrar num debate *raso* que põe de um lado a história social e de outro a história cultural (mesmo porque, muitas acusações já foram desferidas mutualmente por integrantes de ambas as abordagens da disciplina), seguiremos nossa análise atentando para as possíveis motivações da recusa apresentada na narrativa de Chartier. Em sua biografia (também verificada em registros autobiográficos) podemos encontrar referências chaves que embasam seu direcionamento em direção ao estudo das práticas de leitura e apropriações dos objetos escritos. Michel de Certeau⁴² é, sem sombra de dúvidas, uma delas. De um modo mais amplo, não deixaremos de atribuir demasiado grau de importância ao campo de estudo em que Chartier desenvolveu e ainda desenvolve suas pesquisas, assim denominado de *história cultural do social*. Este espaço autoriza (e ao mesmo tempo impede) a circulação de discussões teórico-metodológicas em seu meio. Ali são estabelecidas intercâmbios e redes de pesquisa fundamentais para se pensar a produção bibliográfica em dado tempo histórico.

Este tempo histórico em questão compreende o final dos anos 1980 e o início da década de 1990. Mas à ele também devem ser relacionados debates inscritos na disciplina nos anos de 1970 em diante. Ao contemplá-los no próximo tópico, faremos breves passagens por reflexões estimuladas pela virada linguística e as escolhas de Chartier no tocante à construção da narrativa histórica.

1.2. No contexto dos anos 1970. A propósito da construção da narrativa histórica.

Durante a passagem dos anos de 1960 para 1970, os desenvolvimentos da *virada linguística* abriram o caminho para se pensar os elementos constitutivos da narrativa histórica. Tratando-se da obra de Chartier, os trabalhos de Paul Veyne (*Como se escreve a história*, 1971) e Michel de Certeau (*A escrita da história*, 1975) convidam-lhe à

⁴² Conforme Chartier, “a tarefa do historiador é, então, a de reconstruir as variações que diferenciam os “espaços legíveis” – isto é, os textos e suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua “efetuação” – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação. Com base nos procedimentos de Michel de Certeau, é possível evocar alguns desses mecanismos, problemas e condições de viabilidade de uma tal história”. Ibidem. p. 12.

pensar sobre os mecanismos de *construção* da narrativa produzida pelo historiador, bem como, sobre a legitimidade do conhecimento histórico. Segundo Chartier, um arsenal de títulos disponível no período “obrigava os historiadores a abandonar a certeza de uma coincidência total entre o passado tal como foi e a explicação histórica que o sustenta”⁴³.

Junto à este arsenal, inclui-se obrigatoriamente o livro *Meta História*, publicado por Hayden White em 1973, o qual estimulou (embora de forma retrospectiva) as reflexões do historiador cuja obra analisamos. Seguro das contribuições dessa tríade de títulos, em pelo menos duas ocasiões⁴⁴ Chartier teceu comentários sobre seus conteúdos e sua respectiva repercussão na França. Apesar de constituírem-se em textos individuais, cuja construção argumentativa não obedece exatamente os mesmos preceitos, em cada uma delas é possível diagnosticar o receio de Chartier perante o pensamento de White. Em *A história, entre o relato e o conhecimento* sua menção à White é breve, ao associar suas teses à ideia de uma “dissolução própria do conhecimento histórico”, haja vista que o discurso do historiador seria ele mesmo “uma forma de operação para criar ficção”⁴⁵.

Em *Figuras retóricas e representações históricas*, Chartier estende um tanto mais suas problemáticas, projetando simultaneamente, uma série de acusações ao teórico estadunidense. Em sua compreensão,

Hayden White faz-se o arauto de um relativismo absoluto (e muito perigoso) que denega toda possibilidade de estabelecer um saber “científico” sobre o passado [...].

Assim demarcada, a história perde toda capacidade para escolher entre o verdadeiro e o falso, para dizer o que foi, para denunciar as falsificações e os falsários [...].

São numerosas as citações na obra de White que podem confirmar uma tal leitura. Para ele, a história tal como escrita pelo historiador não depende nem da realidade do passado, nem das operações próprias da disciplina [...].

Engendrada pela mesma matriz, a narrativa histórica desenvolve o mesmo tipo de conhecimento que as construções de ficção. Hayden White não é portanto daqueles que opõem retórica e verdade. [...] Contudo, sua resposta não é satisfatória. Como, de fato, pensar a história sem quase nunca fazer

⁴³ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 p. 11-12.

⁴⁴ Tais comentários aparecem nos livros *A Beira da Falésia* – no qual Chartier comenta os trabalhos de Veyne, White e Certeau no item *Figuras retóricas e representações históricas* – e *A história ou a leitura do tempo* – cujas obras comentadas aparecem no capítulo *A história, entre o relato e o conhecimento*.

⁴⁵ CHARTIER, 2009. Op. cit. p. 13.

referência às operações próprias da disciplina: construção e tratamento de dados, produção de hipóteses, verificação crítica dos resultados, validação da coerência e da plausibilidade da interpretação?⁴⁶.

Na mesma ocasião, Chartier repete as *Quatre questiones à Hayden White*, publicadas em 1993 na revista *Storia della Storiografia*⁴⁷. Seguindo a ordem dos enunciados, o historiador francês interroga, em primeiro lugar, o modo como White trabalha o *determinismo linguístico* e a *liberdade do sujeito*. Há, para Chartier uma tensão entre ambas categorias: afinal, se tudo é redutível ao campo da linguagem, até que ponto é possível legitimar a liberdade de criação do historiador? A segunda pergunta “concerne à tropologia como teoria do discurso”. Chartier considera a variação do discurso em diferentes lugares e tempos históricos, questionando assim à White se é “legítimo aplicar o modelo tropológico da prefiguração poética e linguística sem levar em conta o lugar, muito diferente conforme as situações históricas [...]”? A terceira e a quarta questão foram inferidas no item “Saber da ficção”. Ali, são destacados por Chartier que, na obra de White, nem as técnicas da disciplina, nem a realidade do passado são capazes de assegurar o caráter de verdade do conhecimento histórico. Neste sentido, em sua terceira questão, o mesmo indaga:

se a história produz um conhecimento que é idêntico àquele gerado pela ficção, nem mais nem menos, como considerar (e por que perpetuar) essas operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um corpus documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação?

Por fim, em sua quarta e última questão, veremos Chartier admitir a importância do livro *Meta História*, que em sua opinião, “deve ser louvado e reconhecido” por “libertar a historiografia dos limites severos na qual a continha uma abordagem clássica totalmente insensível às modalidades e às figuras do discurso”. Contudo, tal constatação não impede que o mesmo argumente sobre a viabilidade de se questionar a segurança do

⁴⁶ CHARTIER, Op. Cit. 2002 pp.110-12.

⁴⁷ CHARTIER, Roger. *Quatre questiones à Hayden White*. *Storia della Storiografia*. Vol. 24, 1993, p. 133-142. As interrogações de Chartier foram mais tarde publicadas no livro *À beira da falésia* (1998). Já a resposta de White foi publicada em 1995, no mesmo periódico: WHITE, Hayden. *Response to professor Chartier's four questions*. *Storia della historiografia*, Vol. 27, 1995, p. 63-70.

texto como testemunho de acontecimentos”, bem como, “negligenciar a questão da “honestidade” do texto, de sua objetividade”.

Interessante notar que ambas as discussões foram propostas nos anos 1990, ou seja, cerca vinte anos após a publicação original de *Meta História*. Este adendo é importante, pois, reverbera o fato de que as discussões do teórico estadunidense não apenas tiveram pouca (ou quase nenhuma) repercussão, como também não conquistaram credibilidade de muitos historiadores franceses após sua publicação original, que ocorreu no início da década de 1970.

No tocante às principais críticas ao trabalho White, Chartier segue o mesmo encaminhamento apresentado por Paul Ricoeur no livro *A memória, a história, o esquecimento*. Para Ricoeur é necessária uma mediação entre as figuras do discurso e da linguagem com as fases da *operação historiográfica*, pois, são justamente essas operações que podem traçar um limite entre o conhecimento histórico e a narrativa de ficção. Esta ordem de urgências, no entanto, estaria conforme indica Ricoeur, “totalmente ausente das preocupações de H. White”⁴⁸. De modo similar, as prescrições assinadas por Michel de Certeau em *A escrita da história*, serão também instrumentalizadas por Chartier de modo a exprimir a validade do conhecimento histórico, legitimado por *operações* próprias da disciplina e que possuem, em sua natureza, enunciados científicos⁴⁹.

Em suma, Chartier não negará que o texto histórico é um construto. O mesmo afirmará que tanto ele, como outros historiadores “bem sabem hoje em dia que também são produtores de textos. A escritura da história, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com a qual compartilha as categorias fundamentais”. Em dado momento também é admitido por ele que a “narrativa de ficção e as narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus “personagens”, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de casualidade”⁵⁰. Contudo, mesmo no âmbito da narrativa e das representações, permanece em seu discurso a premissa de que, diferente do texto de

⁴⁸ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008. p. 267.

⁴⁹ CERTEAU, 1982. Op. cit. p. 49.

⁵⁰ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 14

ficção, há no texto histórico teor de cientificidade, assegurado por técnicas “próprias da disciplina”.

Mas de que técnicas Chartier estaria se referindo? A resposta aparece em diferentes momentos no interior de sua biografia, à começar quando o mesmo cita a ⁵¹“construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, verificação crítica dos resultados, validação da coerência e plausibilidade da interpretação”. O conjunto desses procedimentos será também denominado de “práticas próprias da tarefa do historiador”, quando se é sinalizado: o “recorte e processamento das fontes, mobilização de técnicas da análise específicas, construção de hipótese, procedimentos de verificação.”⁵²

Caberia aqui um estudo minucioso para verificar se há um consenso entre as diferentes linhas de pesquisa da disciplina, ou se estes (e somente estes) procedimentos são julgados indispensáveis para a construção de uma pesquisa em história, que de fato, assegure um conhecimento estável sobre o passado, livre de enganos, desonestidade e falsificações? Por hora, não teremos uma réplica que atenda, termo à termo essa importante interrogação. Todavia, poderemos assegurar sem ressalvas que passadas pouco mais de duas décadas desde o surgimento das problemáticas inferidas por Chartier, o debate entre ambos não se fez de modo recíproco. As “Quatro questões à Hayden White”, foram publicadas por Chartier em 1993 no periódico *Storia della historiografia* e tais críticas foram respondidas por White em 1995, sob publicação do mesmo periódico⁵³. Ainda assim, não se fez uso destas respostas correspondentes na rerepresentação das quatro questões no livro *À beira da falésia* (1988). De antemão, a cronologia dessas publicações fazem-nos supor que Chartier não apenas discorda (com todo o direito e razões que lhe convém) do pensamento de White; seu lugar social, escolhas acadêmicas e inclinações pessoais fizeram-lhe tomar distanciamento do diálogo com o mesmo, tal qual acontece com o livro *Meta História* que ainda nos dias de hoje, não possui uma edição francesa.

Afastando-se de pensamentos como os de White, Chartier percorreu lugares “mais seguros” na disciplina durante os anos 1970. A crença em um conhecimento

⁵¹ Ibidem, p. 112.

⁵² A história ou a leitura do tempo. p.16.

⁵³ WHITE, Hayden. Response to professor Chartier’s four questions. *Storia della historiografia*, Vol. 27, 1995, p. 63-70

controlado por meio de práticas próprias da disciplina certamente deram-lhe sustentação ao modo de compreender e escrever a história nas seguintes décadas, quando de sua inserção no *mundo como representação*.

1.3. A *história cultural do social* e a emergência da noção de representação.

Veremos na década de 1980 uma efervescência na carreira profissional de Roger Chartier. Nota-se nesta década um crescente número de publicações e o estabelecimento de vínculos docentes em renomadas instituições de pesquisa⁵⁴. Numa visão mais ampla, o mesmo decênio lhe permitiu o estabelecimento e a publicização das pesquisas formuladas no âmbito da *história cultural do social*. Com o desenvolver dos anos, Chartier não será apenas um simpatizante desta abordagem; ele tornou-se também um grande defensor de tal forma de compreensão e explicação da história. E dentro dos enfoques desta chamada história cultural, veremos um uso cada vez maior da noção de representação, aliado à defesa contundente de sua instrumentalização.

Em sua obra, o impulso dado às representações, apresenta-nos uma ruptura direta com história das mentalidades. E além da sobreposição conceitual das mentalidades pelas representações, este distanciamento marca semelhante recuo em relação à abordagem social – a qual Chartier coloca em seu lugar de preferência a *história cultural do social*. Fundada nesses primados, a relevância concedida às representações na obra de Chartier é notória. A ligeira leitura em algumas passagens de seus escritos não deixará dúvidas quanto à esta constatação:

[a] noção de “representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor do que o conceito de mentalidades, três modalidades da relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma

⁵⁴ Ver páginas 09 e 10 da Introdução.

identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais representantes (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe⁵⁵.

O impulso dado em direção às representações poderá ter sua motivação explicada em estudos já elaborados por sociólogos como Émile Durkheim, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Em *O processo civilizador*, Elias explicará as formas com que o Estado passou a exercer demasiado controle sob o uso da violência física. À primeira vista, seu monopólio, possibilitaria um investimento e atenção maior às formas de violência. De encontro à estas definições é válido lembrar das prescrições de Pierre Bourdieu⁵⁶ acerca do *poder simbólico* e das *lutas de representação*, as quais certamente ganham espaço na bibliografia de Chartier:

Trabalhando sobre as *lutas de representações*, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser percebido” constitutivo de sua identidade⁵⁷.

Vê-se portanto, que ao renunciar da noção de mentalidades, Chartier e seus pares estariam, no mesmo ato, renunciando à uma tradição de pesquisa ainda mais antiga, cujos fundamentos seriais e quantitativos remetem à práticas em exercício desde a “Era Braudel”. No trecho supracitado, Chartier atenta para as estratégias e posições dos sujeitos sociais em estudo na história cultural, mas em suas entrelinhas, a mesma fala deixa em evidencia estratégias e competições internas no próprio campo da disciplina. Isto posto, diremos sem ressalvas que a queixa assim apresentada não possui apenas motivações teórico-metodológicas (no que concerne práticas de uma história social mais

⁵⁵ CHARTIER, Roger. *À Beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p.73.

⁵⁶ Cruzamos estas referências, mas conhecemos a resistência de Pierre Bourdieu em relação às análises que aproximam sem as devidas ressalvas o seu trabalho ao de Elias.

⁵⁷ Idem.

rígida). Há ai também motivações políticas, que visam obter maior hegemonia na disciplina.

Na estratégia eleita por Chartier, notamos como complementares a crítica às mentalidades e a promoção da noção de representação como conceito angular. Os títulos *A história cultural entre práticas e representações* (1988) e *O mundo como representação* (1989) selaram a entrada das representações em sua obra. Ademais, a publicação de cada qual acompanha demandas oriundas do próprio grupo dos *Annales*, conforme poderá ser notado no editorial *Histoire et sciences sociales. Um tournant critique?*⁵⁸ publicado na *Revue des Annales* em 1988. Este documento apresentava um cenário científico constituído por incertezas, uma crise geral das ciências sociais, da qual a história não passaria ilesa. Antecipando um número especial, essa publicação dos *Annales* incitava a promoção de um debate que pudesse relacionar saberes adquiridos e possíveis inovações; objetivava-se em suma, traçar *linhas de conduta* para tais tempos de incerteza. A reflexão proposta deveria atender dois pontos fundamentais: a busca de *novos métodos* e de *novas alianças* – visto que “os paradigmas dominantes” do marxismo, do estruturalismo e dos usos da quantificação haviam perdido “suas capacidades estruturantes” diante da mencionada atmosfera de *retorno da China* [...]”⁵⁹

Respondendo à demanda dos *Annales*, porém contrariando a analogia sugerida, Chartier nega o mencionado “Retorno da China”, pois para ele, poucos historiadores teriam empreendido a viagem à Pequim:

O refluxo do marxismo e do estruturalismo não significa em si a crise da sociologia e da etnologia, uma vez que, no campo intelectual francês, é justamente à distância das representações objetivistas propostas por estas duas teorias referenciais que se constroem as pesquisas mais fundamentais, invocando contra as determinações imediatas das estruturas as capacidades inventivas dos agentes, e contra a submissão mecânica à regra as estratégias próprias da prática. A mesma observação vale a fortiori para a história, obstinadamente refratária (salvo notórias exceções) ao emprego dos modelos de compreensão forjadas pelo marxismo ou pelo estruturalismo. Do mesmo modo, não parece que o efeito “volta da China”, evocado para designar as desilusões e as rejeições ideológicas da última década, tenha contribuído muito para inquietar e modificar a prática dos historiadores, pois poucos foram os que fizeram a viagem a Pequim⁶⁰.

⁵⁸ *Annales. Histoire et Sciences Sociales. Um tournant critique?* *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. Année 1988, Volume 43, Numéro2, pp. 291-293.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ CHARTIER, 1991. *Op. cit.* p. 176.

A partir desta compreensão, nos são sugeridas as “verdadeiras”⁶¹ causas desta mudança, que estariam “ligadas à distância tomada, nas próprias práticas de pesquisa, em relação aos princípios de inteligibilidade que tinham governado o procedimento historiador há vinte ou trinta anos”⁶². Estes princípios de inteligibilidade, teriam como base de sustentação a preferência pela abordagem global, pela “definição territorial dos objetos de pesquisa” e pelo recorte do social. Mas, tal como nos será apresentada e, apesar de fundar-se com sinônimo de verdade, a conclusão efetuada por Chartier deixa de propor historicidade a tal percurso de transformações. Assim resumidos, os motivos para essa mutação seriam, em si, o próprio esgotamento e as limitações das abordagens instrumentalizadas até então, e de alguma forma (mas em que circunstância?), os historiadores perceberam os limites e as ineficiências do social.

Sabemos no entanto, que o receio de Chartier em relação às abordagens de cunho marxista na disciplina é de longa data. Questionado por Robert Darnton sobre a ausência de Marx em sua discussão, o mesmo dirá que:

O caso de Marx é um pouco mais complexo porque acho, por um lado, que o tipo de história que você e eu praticamos se distanciou de uma visão de longuíssima duração de certa sucessão dos universos sociais, dos modos de produção, e que há algo intimidante nesta perspectiva em que existem encadeamentos históricos numa macroescala⁶³.

Ao contrário de historiadores assumidamente marxistas, o pensamento de Chartier transmite grande otimismo ao “abandono dos sistemas globais de interpretação, destes “paradigmas dominantes” que foram, durante certo tempo, o estruturalismo ou o marxismo”⁶⁴. A leitura na bibliografia de Chartier não nos apresenta uma reflexão a qual sinalize possíveis insuficiências teóricas de Marx. Ao que parece, sua recusa não estaria ligada em si às ideias de Marx, mas sim ao modo como estas ideias foram apropriadas pela história social. Uma vez mais, a problemática de Chartier funda-se em

⁶¹ Conforme versão francesa publicada nos *Annales*: “Je voudrais donc suggérer que les véritables mutations du travail historique en ces dernières années [...]”. In: CHARTIER, 1989, Op. Cit. p. 1508.

⁶² CHARTIER, 1991, Op. cit. p. 176.

⁶³ DARTON, Robert. CHARTIER, Roger. 2012. Op. cit. p. 159-177

⁶⁴ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Vol. 5, n.11. São Paulo. Jan/Abr. 1991. p 173

um questão muito mais política (que almeja espaço e de legitimidade na disciplina) do que propriamente teórica (na qual deveria ser discutido termo à termo conceitos e noções da historiografia marxista ou da obra de Marx).

A problemática ao social apresentada em *O mundo como representação*, combina estágios complementares: Articulando o percurso de mudanças nas décadas de 1960, 70 e 80, a explicação consiste numa inversão de prioridades: o social antes entendido pelo próprio social e pelo econômico, passaria a ser investigado por meio de desvios culturais. Conforme o mesmo destaca:

afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita relativamente à história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um “ser-apreendido” constitutivo da sua identidade.

Este primado quase tirânico do social, que define previamente distanciamentos culturais que, depois, só falta caracterizar, é o sinal mais nítido dessa dependência da história cultural relativamente à história social que marca a historiografia francesa do pós-guerra.

A história sociocultural aceitou durante muito tempo (pelo menos em França) uma definição redutora do social, confundido exclusivamente com a hierarquia das fortunas e das condições, esquecendo que outras diferenças, fundadas nas pertenças sexuais, territoriais ou religiosas eram também plenamente sociais e susceptíveis de explicar, tanto ou melhor do que a oposição entre dominantes e dominados, a pluralidade das práticas culturais.

65

E como já havíamos reforçado em outro momento, a guinada em direção aos níveis do cultural, abriu caminho simultâneo para o uso das representações. Todavia, diferente de Chartier, um dado número de historiadores demonstram que o entrosamento entre marxismo e história não foi apenas possível, como necessário e proveitoso. Em artigo recente⁶⁶, Guy Lemarchand propôs uma linha de convergência entre os *Annales* do pós-segunda Guerra Mundial e o marxismo – e ao contrário de Chartier, sem expor qualquer tipo de reducionismo gerado pelo entrosamento entre uma e outra escola.

⁶⁵ CHARTIER, 1990, Op. cit. pp. 23, 45, 134-5.

⁶⁶ LEMARCHAND, Guy. Marxisme et histoire en France depuis la Deuxième Guerre mondiale (Parte I). *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*. pp. 171-80. Disponível em: <http://chrhc.revues.org/3104>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

Lemarchand lembra que antes desse período, os escritos clássicos de Marx e Engels eram escassos na França e que as obras traduzidas para o francês apresentavam erros e lacunas consideráveis⁶⁷. Contudo, elementos, dentre os quais, a ação da URSS na segunda Guerra Mundial contra o nazismo, bem como a pulsão e o fortalecimento dos partidos comunistas contribuíram para o florescimento de ideias marxistas na França. O trabalho de Ernest Labrousse (que foi professor da Sorbonne entre 1946 e 1966, assim como codiretor na revista *Annales* com Fernand Braudel) também será lido como fundamental na junção destas duas correntes. Segundo Lemarchand, Labrousse foi quem introduziu a quantificação e as séries cifradas, utilizando inclusive, noções de *classe social e luta de classes*. “Ao lado dele se multiplicaram historiadores abertamente marxistas como Claude Mossé, Pierre Lévêque, Claude Cahen, Charles Parain, Claude Mazauric, Michel Vovelle, Jean Bouvier, Gilbert Badia, Claude Willard, Jean Bruhat e Jean Ellenstein”⁶⁸.

Além destes nomes citados, a instrumentalização do pensamento marxista no grupo dos *Annales* também poderá ser demarcada em pesquisas de outros historiadores. Em entrevista realizada no ano de 1978, Pierre Vilar demonstra a “assimilação” de posições marxistas na historiografia francesa a partir dos trabalhos de Georges Duby, Jacques Le Goff (falamos do mesmo Le Goff com quem Chartier compartilhou a organização de um de seus primeiros trabalhos) Emmanuel Le Roy Ladurie, os quais configuravam em suas pesquisas a pretensão de uma história total.

A convergência será estimulada, citando-se inclusive, o título da revista *Annales* no comando de Fernand Braudel (“Economies, sociétés, civilisations”), por conglomerar estes três grandes níveis de investigação, que segundo sua leitura, permitiriam a realização de um esboço global da história. E na mesma ocasião, Vilar reconhece, pessoalmente, sua afinidade com o marxismo, ao registrar que “uma investigação científica significativa me parecia, pois, a *história total*, definida por um marxismo bem

⁶⁷ Conforme explica o autor: “l'accès aux écrits de Marx et Engels est restreint. *Le Capital* a été édité en français pour la seconde fois en 1930-1938 (éditions Costes), la première édition de 1872-1875 est devenue rare, et, selon les germanistes, comporte des erreurs et des lacunes. Il faut attendre 1950-1960 pour disposer d'une autre version plus satisfaisante (Éditions sociales). Quant aux travaux d'histoire de Marx, *La guerre civile en France*, par exemple, ne connaît que trois à quatre éditions en 80 ans, malgré son intérêt pour l'histoire française”.

⁶⁸ Idem.

entendido, como a reconstituição, através do tempo, das interações entre a produção material e *todos os níveis* da atividade humana⁶⁹.

De modo similar, Georges Duby reconhecerá a importância dos estudos marxistas em sua formação. Segundo palavras do *medievalista francês*:

Em minha evolução, a influência do marxismo foi profunda. Reagi bem violentamente contra aqueles que hoje fingem, conforme a moda parisiense, que o marxismo não foi importante para os historiadores da minha geração. Foi muito importante para mim e sustento o que digo⁷⁰.

A “moda parisiense” de que fala Duby, seria explicada pela demasiada recusa de conceitos e teorias de caráter marxista, por um grande número de historiadores franceses, apesar da enfática permanência por parte de outros. O contexto desta mudança torna-se ainda mais visível na virada dos anos de 1980 para os anos de 1990. Neste período (ou seja, justamente no período das publicações de Chartier em estudo) a própria nomenclatura da revista *Annales* sofre alteração, com a exclusão do termo *economia*⁷¹, vigente desde 1946. Pierre Vilar dirá que este recuo em relação ao marxismo foi coabitado, inclusive, em pesquisas de historiadores que, outrora eram engajados nas ações do Partido Comunista ou demonstravam-se admiradores de Stalin:

Na França uma reação tão absurda absurda se fez esperar até 1956, ano de crise *política* do marxismo (XX. Congreso, acontecimientos na Polônia, Hungria, etc.). À partir de esta data, uma parte dos jovens historiadores entre os mais ligados não somente ao marxismo, mas também ao stalinismo passam abertamente ao antimarxismo (F. Furet, D. Richet, E. Le Roy Ladurie, Annie Kriegel...).⁷²

Em sua queixa, Vilar enumerou perdas no universo acadêmico, em face o desenvolvimento deste cenário antimarxista. Isto é assim exposto, pois esta atitude privaria a escrita da história de significativas contribuições teóricas e metodológicas, distanciando-se de seu sentido empreendido nas primeiras gerações dos *Annales*.

⁶⁹VILAR, Pierre. Entrevista realizada durante a participação nas "Jornadas de história social" da Universidad Autónoma de Puebla (México). 1978. pp. 132-3.

⁷⁰DUBY, Georges. Entrevista realizada em 1960. Apud: DOSSE, François. *A história em migalhas*: dos *Annales* à Nova História. São Paulo: Editora da Unicamp. 1994.

⁷¹ O título *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* é alterado em 1993 para (o atual) *Annales. Histoire, Sciences Sociales*.

⁷²VILAR, Pierre. Op. cit. 1978, p. 137.

Semelhante constatação também foi reiterada por Antoine Prost, no livro *Doze lições sobre a história*:

Neste novo clima, tudo o que parecia ligado, com ou sem razão, ao marxismo tornou-se obsoleto e alguns intelectuais avançaram tão longe na denúncia dos mais insignificantes traços desse sistema, quanto seus predecessores de 1945-1950 – e, às vezes, eles próprios – haviam promovido exageradamente seu culto. O descrédito atingiu tal grau que levou a uma verdadeira execração dos conceitos que, eventualmente, tivessem estado associados ao marxismo. Ocorre que alguns historiadores – apesar de experientes, em princípio – cederam a essa corrente. Deste modo, a história se privou de conceitos, tais como “classe” e “luta de classes”, que não são marxistas e haviam sido utilizados pelos historiadores de outrora⁷³.

A queda do Muro de Berlim, ocorrida em 1989, talvez seja também um símbolo do cenário antimarxista, presente tanto nas ações políticas como acadêmicas – se é que poderemos desvincular uma ação da outra. Mas, embora a queda seja conhecida como um símbolo do enfraquecimento do socialismo, não há um consenso firmado sobre os reflexos do evento na pesquisa em história. Guiando parte das interpretações, François Furet dirá que, em 1989, estariam formalmente encerradas as possibilidades de uma Revolução.

A luta de classes, a ditadura do proletariado, o marxismo-leninismo desapareceram em benefício daquilo que estimavam ser capazes de suplantar: a propriedade burguesa, o Estado democrático liberal, os direitos do homem, a liberdade de experimentar. Nada subsiste dos regimes nascidos de Outubro, além daquilo que eles eram a negação [...]. A revolução de Outubro fecha sua trajetória sem estar vencida no campo de batalha, mas liquidando ela mesma tudo o que foi feito em seu nome⁷⁴.

Concordando ou não com Furet, deve-se reconhecer que a queda do Muro de Berlim foi e ainda é um símbolo do enfraquecimento da URSS e um presságio para o que viria a ser em 1991 o seu desmonte oficial. Contudo, podemos considerar o evento de 1989 o vetor principal das transformações que a historiografia francesa passaria nos anos 1990? Construiremos a replica para tal pergunta lembrando, em primeiro lugar, que seria um equívoco pensar o evento por ele mesmo, sem ao menos relacioná-lo com

⁷³ PROST. 2012, Op. cit. p. 201.

⁷⁴ FURET, F. *Le passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XXème siècle*. Paris: Édition Robert Laffont, 1995.p. 08.

um conjunto de acontecimentos em curso, já nos anos anteriores. E em segundo, que a simples cronologia de algumas publicações inviabiliza-nos pensar desta forma.

Para comprovar, basta lembrar que o editorial da Revista *Annales*, o qual mencionava o “retorno da China”, foi publicado um ano antes da queda, em 1988. Tratando-se especificamente da obra de Roger Chartier, vê-se que livro *A história cultural entre práticas e representações*, também teve sua primeira edição em 1988. E ademais, apesar do artigo *O mundo como representação* vir à público no mesmo ano da queda, sabemos que sua organização foi impulsionada pela chamada de artigos proposta pelos *Annales*, em 1988.

Ainda assim, o evento não perde sua importância, pois, como dito a queda do muro selou transformações que já estavam acontecendo e que seguiriam seu fluxo ao longo da década de 1990 – embora que, pessoalmente, Chartier não faça nenhuma alusão sobre esse evento em seus escritos, mesmo analisando o período de mudanças em questão.

Mesmo sem o reconhecimento de Chartier sobre as implicações desta conjuntura de acontecimentos históricos, insistiremos no efeito de um evento como este, dificilmente nulo aos olhos dos leitores, ouvintes e telespectadores da época. Poderíamos supor que, tal como os historiadores dos *Annales* que vivenciaram o cotidiano da Segunda Guerra sem, no entanto, propor uma discussão historiográfica sobre o evento em andamento, Chartier teria vivido o entusiasmo da queda do Muro de Berlim, sem considerar sua repercussão no campo da disciplina.

Seja como for, o fato é que as representações ganharam força em suas reflexões justamente nesse período e isto pode ser notado tanto em discussões de cunho epistemológico, quanto em um grande número de pesquisas em que as representações são instrumentalizadas. O seguimento das próximas décadas não altera tal conjuntura, com exceção de uma menor incidência de discursos com teor semelhante à militância, os quais visavam legitimar tal abordagem de pesquisa. Talvez, isto seja resultado da própria consolidação da história cultural no campo da história, ou de forma simultânea da consolidação de Chartier em instituições de pesquisa privilegiadas, como é por exemplo, o *Collège de France*.

1.4 Chartier e as Representações do (e no) mundo literário

Da década de 1990 até a virada do milênio, notam-se na obra de Chartier significativa abertura para o estudo de textos do gênero literário. Em nossa opinião, esta conjuntura promoveu um diálogo de maior amplitude com textos considerados de ficção e similares. Abordada em termos teóricos e metodológicos, tal prática possibilita uma reflexão sobre a própria escrita da história, notadamente, naquilo que diz respeito à construção da representação do passado. Em termos práticos, veremos Chartier admitir que os discursos de ficção podem induzir no leitor um *efeito de realidade*, eventualmente, até maior do que aquele pretendido por um texto histórico. Admite-se da mesma forma, que os critérios de prova, empregados pelos historiadores podem ser manejados na construção de textos desta natureza, tirando do historiador o monopólio sobre as representações do passado.

Sua proximidade com textos do gênero literário é, no entanto, orientada por alguns critérios. Para começar, este desvio

não deve de modo algum ser compreendido como uma redução do texto literário em documento, mas ele leva em conta o fato de que as representações literárias das práticas de oralidade designam (transferindo-as ao mesmo tempo para o registro da ficção) os procedimentos específicos que guiam estas modalidades de transmissão de textos ⁷⁵.

Aproveitando-se do potencial atribuído aos textos literários, Chartier põe-se a sinalizar determinadas práticas, inscritas no seio da cultura escrita na época moderna. A título de exemplo, poderemos citar o uso periódico da obra *Dom Quixote*. A partir de trechos da história do Hidalgo espanhol, são sinalizadas a sensibilidade de Cervantes perante práticas de leitura em seu tempo histórico: dentre elas, a baixa memorização e pouca fidelidade de Sancho, durante a recitação de um texto à Dom Quixote. Diferente de Sancho, o cavaleiro errante é apresentado como um leitor assíduo e bom conhecedor de cada passagem dos romances de cavalaria. Ambos os personagens, representam diferentes hábitos de leitura, oriundos dos seus lugares de origem. Também em Dom

⁷⁵ CHARTIER, Roger. *Do palco a página*. Publicar teatro e ler romances na época moderna (Séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002. p. 23.

Quixote, é possível demarcar o funcionamento de oficinas de impressão e a utilização de técnicas, tais quais: a escrita em cera mole, que permitia o apagamento e reutilização de determinados suportes para o escrito.

Em outro aspecto, o diálogo com textos desta natureza, lhe permitirá compreender o entusiasmo de leitores, face aos determinados personagens criados em obras literárias e apresentações teatrais, posteriormente transportados para o mundo real. Sobre isso será expresso que:

A ação e os heróis da ficção, por serem mais intensamente reais do que a própria realidade, permitem um conhecimento pragmático e crítico das coisas e dos seres. Sendo assim, o romance faz com que seus leitores incorporem o mundo tal como ele é na sua verdade mais profunda [...]⁷⁶.

Destarte, se Chartier relaciona num mesmo trecho a pesquisa em história e textos de ficção, novamente iremos frisar que é pré-requisito da relação entre ambas, a existência de uma fronteira solidamente demarcada. E, supondo que estas fronteiras sejam “ameaçadas” de algum modo, nosso historiador põe-se ao trabalho de fortalecer a intenção de verdade do discurso histórico. Dito isto, cabe-nos indagar: quais seriam os fundamentos deste *perigo* eminente na prática histórica? Decorreriam elas da mera existência dos textos de ficção? Ao longo dos anos, Chartier tenta demonstrar que os documentos são também construídos no âmbito das representações e o que importa em sua análise é trabalhar a relação destas representações com as práticas sociais, ou amiúde com a própria realidade social. Nestes termos, não há motivos para se considerar a simples existência dos livros de ficção uma ameaça direta à integridade da pesquisa em história.

Excluída esta hipótese, também não seria conveniente supor que os leitores é quem constituem vínculos inapropriados com textos de ficção, recusando neste ato, o estatuto de verdade do procedimento histórico. Longe disto, a definição do conceito de *apropriação*, segundo Chartier, recusa a manipulação de juízos de valores sobre os sentidos atribuídos aos textos. Não há uma leitura certa ou errada. As interpretações projetadas sob um determinado texto são plurais e possuem relação direta com as

⁷⁶ Idem. p. 118.

condições sociais da própria prática de leitura (seja ela realizada em foro privado ou em grupo, no campo ou em salões de leitura, em pé ou sentado, entre outras possíveis situações) e, fundamentalmente, com as formas materiais dos objetos escritos, considerando tanto seus suportes, como também as técnicas de escrita empregadas no texto que se apresenta.

Sendo assim, antes de qualquer tentativa que proponha distância ou repúdio aos textos de ficção, ou ainda, que busque responsabilizar negativamente seus leitores, Chartier dirá que o importante é:

Reconhecer esta competência, estudá-la e compreender porque algumas ficções tem esta energia que se transmite aos espectadores, ouvintes e leitores [...]. E, ao mesmo tempo, se trata necessariamente [...] de assegurar o lugar do conhecimento controlado dentro da sociedade, não para dizer às pessoas que não devem ler os romancistas [...] e sim para mostrar a pluralidade das representações do passado e distinguir seus diversos registros⁷⁷.

Contudo, seu posicionamento tornara-se, eminentemente inflexível quando entende que são anuladas as especificidades do discurso histórico. E neste ponto, Hayden White torna a ser uma referência incontornável. Recentemente em *A mão do autor e a mente do editor* (2014), o mesmo reafirmará que para White, “o discurso histórico é uma forma de operação criadora de ficção”⁷⁸. É bem verdade que este livro reúne ensaios escritos e publicados em anos anteriores, mas seu prefácio nos antecipa a realização de determinadas revisões, necessárias para adequação de cada capítulo ao conjunto da obra⁷⁹. Se este é o caso, certamente houveram oportunidades para Chartier rever seu tratamento em relação ao autor do livro *Meta-História*, mas diferente disto, sua postura parece-nos inflexível com o passar dos anos.

⁷⁷ CHARTIER, Roger. Conversar con Chartier. *História, antropologia y fuentes orales*. Barcelona, V. 2. N. 38. pp. 54-5, 2007.p. 67

⁷⁸ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014. p. 56

⁷⁹ Conforme prefácio: “os ensaios aqui reunidos foram cuidadosamente revistos para corrigir erros, evitar repetições e acrescentar as necessárias referências a obras e artigos que apareceram após terem sido publicados pela primeira vez”. *Ibidem*, p. 14.

Capítulo. II

Sobre as definições e as relações teóricas da noção de representação

Neste capítulo, iremos explorar incursões teóricas que dão base à formulação da noção de representação na obra de Roger Chartier. A pergunta de pesquisa que guiará essa nova etapa da dissertação não visa meramente saber se Chartier *forjou* ou *herdou* de outras leituras o conceito de representação. Esta indagação já possui resposta e ela é indicada pessoalmente por Chartier, como veremos adiante. Sabendo, antecipadamente, que a noção de representação resulta de apropriações em referenciais ulteriores, importa aqui conhecer os diálogos que a sustentam, partindo novamente, do tempo histórico e do lugar social de Chartier e de seus interlocutores.

Para atender estas demandas iremos demarcar os intelectuais e as teóricas mais evidentes do discurso de Chartier e, na sequência, explorar em que níveis estas interlocuções são firmadas. Sendo assim, em cada subitem enumerado abaixo, serão propostas conexões necessárias com expoentes da sociologia e da história, reiterados nas últimas décadas na ação historiográfica empreendida por Chartier. A disposição aqui eleita almeja compreender como são articulados este conjunto de referenciais teóricos, cuja singularidade pode ser demarcada não apenas pelo recorte de tempo, mas também, pela complexidade de seus enunciados.

É crucial notar que neste índice de leituras, predominam teorias elaboradas no seio das ciências sociais e, mais especificamente, da sociologia. De Émile Durkheim, passando por Norbert Elias até Pierre Bourdieu, a proximidade da história com as ciências sociais é consciente e vem sendo lembrada por Chartier em numerosas situações; por vezes em publicações, cuja autoria é dividida com os sociólogos mencionados ou ainda quando a obra deles é objeto de estudo de Chartier. Em tal conjuntura, a produção de maior destaque, muito provavelmente será o livro *O sociólogo e o historiador* (2010), cuja narrativa foi resultado de conversas com Pierre Bourdieu, difundidas em 1988 na rádio France Culture.

O conteúdo deste livro reforça a relação amigável entre ambos, mas ao mesmo tempo, prescreve a existência de práticas singulares, que caracterizariam a ação profissional de cada um. Da parte de Chartier, há um esforço contínuo em reconhecer as contribuições do sociólogo em questão para o campo da história. Já a fala de Bourdieu é bastante crítica, não particularmente ao trabalho de Chartier, mas à determinadas práticas presentes no campo da história, que por vezes beiram o anacronismo ou o emprego de categorias universalizantes. Uma das críticas formuladas por Bourdieu também aparece em 1985, quando o mesmo apresenta à Chartier e a Robert Darnton uma genealogia, “nem sempre lembrada pelos historiadores”. Esta genealogia explicaria a origem de um leque conceitual, disponível nas ciências sociais, há tempos apropriados por historiadores. Em uma de suas vertentes, a herança citada promove um retorno à Émile Durkheim e ao título *Algumas formas primitivas de classificação*.

Tendo em vista que tanto o conceito de mentalidades como o conceito de representação possuem uma história, cada uma delas corresponde à tradições oriundas das ciências sociais. Chartier não irá discordar da genealogia apresentada por Bourdieu, bem ao contrário, ele traz para sua obra estes cânones e a partir deles prescreve os fundamentos da noção de representação:

Assim firmemente apoiada nas ciências sociais, a história não pode, no entanto evitar um outro desafio: superar o confronto, a termo estéril, entre o estudo das posições e das relações de um lado e a análise das ações e das interações de outro.

Tal abordagem, cujo primeiro traço é atingir as fronteiras canônicas, lembra que as produções intelectuais e estéticas, as representações mentais, as práticas sociais são sempre governadas por mecanismos e dependências desconhecidos pelos próprios sujeitos. É a partir dessa perspectiva que se deve compreender a releitura histórica dos clássicos das ciências sociais (Elias, mas também Weber, Durkheim, Mauss, Halbwachs) e a importância reconquistada, em detrimento das noções habituais à história das mentalidades, de um conceito como o de *representação*.⁸⁰

No ponto em que chegamos já deve estar claro que a mencionada *releitura* em cânones das ciências sociais não é restrita à produção individual de Chartier, embora pessoalmente o mesmo traga-a para o interior de suas reflexões e reforce a relevância destas tradições em sua construção narrativa:

⁸⁰ ROGER, Chartier. *A história entre narrativa e conhecimento*. In: À beira da Falésia a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 94.

E situei meu trabalho de investigação e minhas reflexões metodológicas no contexto da disciplina histórica. Mas sempre pensei que a história deve entrar em diálogo com as outras ciências sociais, a filosofia ou a crítica literária. Daí as leituras que propus de sociólogos como Bourdieu ou Elias [...].⁸¹

Começando por Émile Durkheim e Marcel Mauss, o seguimento deste capítulo vai articular um conjunto de leituras, que muito provavelmente, renderiam projetos de pesquisa à parte. Contudo, sua concentração em um mesmo capítulo é coerente, por concentrar-se nos sentidos atribuídos à noção de representação. No caso de Durkheim, concentraremos a atenção às definições das *representações coletivas* e *representações individuais*. Chartier bebe nesse arsenal conceitual e é dele, muito provavelmente, que a noção em estudo tem maior respaldo.

2.1 Chartier em face à obra de Émile Durkheim: *função classificatória* e a conceituação das representações coletivas.

Pouco mais de um século separa a vida acadêmica de Émile Durkheim e Roger Chartier. Durkheim nasceu na França em meados do século XIX e concluiu seus estudos entre as décadas de 1880 e 1890. Sua atuação como professor universitário foi harmonizada com a introdução da sociologia no cenário acadêmico da época. Inspirado em um projeto ambicioso, teve papel precursor frente à um grupo denominado de “Escola Sociológica Francesa”.

Durante o tempo em que viveu e escreveu, Durkheim percorreu campos distintos de investigação: “A divisão social do trabalho”, “O suicídio”, “A vida religiosa”, passando pela relação da sociologia com a educação, com a filosofia e etc. Dentro desta diversidade de temas, há quem acredite em uma divisão fundamental no interior de sua

⁸¹ MAGALHÃES, Justino. Roger Chartier fala sobre literatura e história na era digital. Por Justino Disponível em: <http://revistalingua.com.br/textos/108/o-destino-da-leitura-327450-1.asp>. Outubro de 2014.

obra. Admitindo tal cisão, Carlos Eduardo Sell⁸² falará de uma fase “estruturalista” que foi, ao longo dos anos, subtraída por outra “idealista”, na qual seriam valorizadas as representações simbólicas no estudo na vida social. Guiado por outra ótica, Fernando Pinheiro Filho, dirá que a publicação de “*As formas elementares de vida religiosa*, em 1912, cristaliza um movimento de inflexão [...] que, entre outros aspectos, caracteriza-se pela passagem da consciência coletiva para as representações coletivas como conceito-chave da análise sociológica”⁸³. O mesmo esclarece que tal movimento, torna-se visível “ao menos desde *O suicídio*, de 1897, em que o autor afirma que a vida coletiva é feita essencialmente de representações”.

Embora elucidem leituras distintas, Sell e Filho, induzem-nos a crer que as representações atuam como uma espécie de divisor de águas na obra de Durkheim. Se aceitarmos essa linha divisória (mesmo sabendo das variáveis de sentido que podem emaranhar dos termos “idealismo” ou “consciência”), diremos que a leitura que Chartier faz da obra de Durkheim, inclina-se justamente para essa fase, na qual as representações dão forma e sentido à vida social.

De fato, não serão raras as ocasiões em que o mesmo nutre-se de um diálogo transparente com Émile Durkheim e seu sobrinho Marcel Mauss⁸⁴ (ambos autores do título *Algumas formas primitivas de classificação*). Segundo Chartier, um *retorno* à obra destes sociólogos

autoriza, paradoxalmente, a pensar naquilo de que a utensilagem conceptual da história das mentalidades careceu. A noção de “representação colectiva”, entendida no sentido que lhe atribuíam, permite conciliar as imagens mentais claras [...] – com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que geram e estruturam. Aquela noção obriga igualmente a remeter a modelação destes esquemas e categorias, não para processos psicológicos, sejam eles singulares ou partilhados, mas pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente

⁸² SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica. Itajaí: Ed. Univali, 2002.

⁸³ FILHO, Fernando Pinheiro. A noção de representação em Durkheim. *Lua Nova*, Nº 61, 2004 p. 139.

⁸⁴ Estudou com o tio, Émile Durkheim, e foi seu assistente, tornando-se professor de religião primitiva (1902) e *directeur d'études*, na *École Pratique des Hautes Études*, em Paris. Fundou ainda o Instituto de Etnologia, da Universidade de Paris (1925), e também lecionou no Collège de France (1931-1939). Cf. SETTON, Maria da Graça Jacintho. Marcel Mauss e Norbert Elias: notas para uma aproximação epistemológica. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 195-210, jan.- mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n122/v34n122a11.pdf>. Acesso em 29/05/2016.

confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse ⁸⁵

Em harmonia com o trecho acima, vemos ainda Chartier admitir que “uma noção como a de representação coletiva, tal como aquela operada por Durkheim e Mauss, colocaria os problemas de uma maneira absolutamente pertinente”, já que ela permitiria “construir as condições de compreensão de modos de pensamento distantes, opacos, irreduzíveis aos dos outros (e aos nossos)”⁸⁶. Como veremos, essa releitura em Mauss e Durkheim, na qual são exaltadas a funcionalidade da noção de representação, possui ela mesma uma história a qual remete-se para um tempo histórico em questão: a década de 1980. O contexto dessas últimas décadas do século XX, articula o fazer histórico de um grupo de historiadores que repensava a eficácia da história das mentalidades. O manifesto elaborado por Chartier segue, portanto, uma tendência da historiografia francesa, ao mesmo tempo que almeja legitimar uma abordagem que é sua até os dias atuais: a história cultural do social.

Desde então, por repetidas vezes, Chartier narrou essa transição e esmerou fortalecer o uso das representações, colocando-as no lugar da abordagem das mentalidades. Nessa narrativa, a referência à Durkheim é novamente notória pois,

permite, com efeito, ligar estreitamente as posições e relações sociais com o modo como os indivíduos e grupos se concebem e concebem os outros. As representações coletivas, definidas à maneira *sociológica da sociologia durkheimiana*, incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social. São elas que suportam as diferentes modalidades de exibição de identidade social ou de força política, tal como os signos, os comportamentos e os ritos os dão a ver e crer. Enfim, as representações coletivas e simbólicas encontram na existência de representantes, individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias da sua *estabilidade* e da sua *continuidade*⁸⁷.

Temos aí alguns elementos fundantes da noção de representação. Sistematizadas a partir de uma leitura em Durkheim, ver-se-á que elas são, em primeiro lugar, resultado

⁸⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.18-9

⁸⁶ BOURDIEU; CHARTIER; DARNTON. Op. Cit. 1985. pp. 86-93.

⁸⁷ CHARTIER, Roger. *A nova história cultural existe?* In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 39

de uma ação *coletiva*: “as representações que são a trama dessa vida, originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre os grupos secundários que intercalam entre o indivíduo e a sociedade”⁸⁸. Dito em outras palavras, elas não derivam da consciência, nem da natureza individual e mesmo que o coletivo seja formado por pessoas, quando reunidas “todas as características individuais, sendo divergentes por definição, neutralizam-se e apagam-se mutuamente”⁸⁹.

Essa demarcação entre representações individuais e representações coletivas é, portanto, vital e tem lugar reservado na teoria de Durkheim. No ensaio *Representações individuais e representações coletivas* o mesmo tratou com detalhe esta divisão, que à propósito, rendeu-lhe uma série de críticas no século XX⁹⁰. Destarte, não trataremos dessas críticas com detalhe, seguindo nossos objetivos de estudo previamente definidos, importa-nos saber a partir de que dinâmicas as representações coletivas se constituem e como exatamente elas se manifestam. Ou, dito de outra forma, por meio de que fenômenos poderemos identificá-las à “olho nu”?

Citando novamente Durkheim, veremos que as representações

tem o poder de se atrair, de se repelir, de formar entre si sínteses de toda espécie, que são determinadas por suas afinidades naturais e não pelo estado do meio em que evoluem. Em consequência, as representações novas, que são o produto dessas sínteses, são da mesma natureza: tem como causa próxima outras representações coletivas, e não tal ou qual característica da estrutura social⁹¹.

Nota-se que elas possuem certa autonomia para circularem no mundo social, contudo, tal autonomia é sempre relativa, à começar porque a soma ou assimilação de indivíduos em um coletivo é pré-requisito para a eficácia da criação de novas representações, ou continuidade daquelas já existentes.

⁸⁸ DURKHEIM, Émile. *Representações individuais e representações coletivas*. In: Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro: Forense, 1970.p. 33. Grifo meu.

⁸⁹ Ibidem, p. 34

⁹⁰ “Esta distinção crucial permitiu a Durkheim e à sua escola empreenderem a análise de diferentes domínios sociais. Fundamenta-se na hipótese de que os fenômenos poderiam ser explicados a partir das representações e das ações por elas autorizadas. Todavia, a assinala-se que a maior parte das aplicações se relaciona às sociedades primitivas. As incursões na sociedade moderna constituem a exceção” In: MOSCOVICI, Serge. *Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história*. In: JODELET, Denise (org.) *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 48-9.

⁹¹ Ibidem, p. 38.

A *continuidade* ou *estabilidade* das representações coletivas (terminologia que pode ser identificada um pouco mais acima nos escritos de Chartier⁹²) não traduz uma perspectiva inerte ou imutável. Significa, ao contrário, que mesmo que o mundo social, ou a vida coletiva (usando a expressão de Durkheim) seja governado por representações, as representações que lhe dão sentido não são sempre as mesmas. Há uma dinâmica que as movimenta unindo-as, confrontando-as, ou criando novas representações.

Tanto essas novas representações, como as representações do passado são fundadas em um esquema de classificação e hierarquização, no qual, novamente, o coletivo predomina sobre o social. Seguindo esse preceito, Durkheim deixará expresso que foi somente porque “os homens estavam agrupados e se concebiam a si mesmos sob forma de grupos que agruparam idealmente os outros seres”⁹³. Esses meios de classificação e hierarquização articulam a denominação de objetos e pessoas, a percepção que os grupos investem sobre si e sobre outros, considerando em seu entorno tanto a ideia de pertencimento, quanto as competições que dão sentido a existência em sociedade.

A dinâmica em que as representações são inscritas reportam ao real, pois em sua concepção, o real ultrapassa objetos concretos e tocáveis: “não é absolutamente necessário imaginar que as representações sejam coisas concretas; basta admitir que elas não sejam inexistências, que sejam fenômenos reais, dotados de propriedades específicas [...]”⁹⁴.

Semelhante entendimento poderá ser encontrado em Chartier, que em tópicos específicos admite a inscreve a realidade das representações. Em *Defesa e ilustração da noção de representação*, o mesmo dirá abertamente que as representações, são elas mesmas realidade⁹⁵. Em *Le sens de la représentation*, dirá que “as representações que fundam as percepções e os julgamentos, que governam as ações de dizer e fazer, são tão

⁹² Cf. nota de rodapé n° 86.

⁹³ DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. *Algumas formas primitivas de classificação*. In: RODRIGUES, José Albertino. Émile Durkheim: Sociologia. São Paulo: Ática 1999.

⁹⁴ DURKHEIM, Op. Cit. 1970, p. 25.

⁹⁵ CHARTIER, Roger. *Defesa e ilustração da noção de representação*. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

“reais” quanto os processos, os comportamentos, os conflitos que temos como concretos”⁹⁶.

Mas, apesar de algumas permanências, é necessário destacar que a apropriação de Chartier em relação aos escritos de Durkheim não se assemelha à uma doutrinação teórica. Não há uma reposição exata de conceitos e categorias da obra de um para a do outro. Vê-se, que Chartier adere, por exemplo, aos esboços gerais da *função classificatória* descrita por Durkheim e Marcel Mauss em *Algumas formas primitivas de classificação*. Todavia, em suas pesquisas há uma visível predisposição para ao estudo de percepções diferenciadas, indo-se além do que é simplesmente imposto ou desejado. Sabe-se que Chartier aceita o fato que toda classificação é constituída por sistemas hierarquizados, mas a leitura que investe em Michel Certeau, especialmente no livro *A invenção do cotidiano*, abre caminhos para o mesmo pensar as possibilidades de transgressão de sentido, as práticas e apropriações diferenciadas dos sujeitos históricos que emanam de sua farta pesquisa documental.

Seguindo um caminho diferente do de Durkheim, Chartier também não vislumbra acrescentar em suas reflexões a dupla significação *representações individuais/ representações coletivas*. E as singularidades serão imensamente maiores se lembrarmos que além do tempo histórico e do lugar social, os objetos de análise destes dois intelectuais franceses também não serão os mesmos.

A construção da simbologia do totemismo em sociedades australianas e sua religiosidade são um meio para Durkheim explicar o funcionamento das representações coletivas, enquanto que Chartier estuda o manuseio do conceito em sociedades do Antigo Regime francês. Como então é trabalhada esta particularidade temporal, sem que a noção de representação perca o sentido que lhe é creditada? A solução para essa problemática pode ser encontrada nos próprios escritos de Durkheim, pois ele é quem autoriza, o emprego do esquema classificatório em diferentes organizações sociais. Em seu entendimento, as classificações, sejam elas *primitivas* ou *científicas*, são sempre fundadas em hierarquizações:

⁹⁶ Tradução livre de: *Les représentations qui fondent les perceptions et les jugements, qui gouvernent les façons de dire et de faire, sont tout aussi “réelles” que les processus, les comportements, les conflits que l’on tient pour “concrets”*. CHARTIER, Roger. *Le sens de la représentation. La Vie des idées*, 22 mars 2013. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Le-sens-de-la-representation.html>.

Com efeito, embora difiram profundamente destas últimas sob certos aspectos, não deixam todavia de possuir todos os caracteres essenciais das mesmas. Em primeiro lugar, da mesma forma que as classificações dos eruditos, elas são sistemas de noções hierarquizadas⁹⁷.

Não entraremos no mérito de problematizar os termos empregados por Durkheim (*primitivo, erudito*), mas é válido lembrar a queixa de Chartier sobre a divisão das categorias *popular* e *erudito*, ainda em vigor na historiografia da segunda metade do século XX. Chartier, elaborou uma discussão que trata exatamente do emprego destas categorias no artigo *Cultura popular: Revisitando um conceito historiográfico*⁹⁸.

Teríamos com isso, mais um distanciamento conceitual que comprova uma apropriação livre (e não doutrinada) de Roger Chartier sobre a obra de Durkheim, embora também saibamos que estas questões respondem as exigências do tempo histórico e do lugar social particular de ambos os intelectuais.

2.2 Chartier leitor de Norbert Elias: Do processo civilizatório às representações das práticas.

Norbert Elias nasceu na Alemanha, em Breslau, no ano de 1897. Somando quase um século de vida, viveu o suficiente para testemunhar um dos eventos mais sombrios da história da humanidade, o qual desencadeou a perseguição e extermínio premeditado de milhões de homens e mulheres, crianças e idosos: o holocausto.

Por sua origem judaica, a ação nazista empreendida nas primeiras décadas do século XX, repercutiu sobre sua vida (pessoal e, logo, profissional). Elias não foi enviado à campos de concentração, mas em 1933 deixou a Alemanha para exilar-se em

⁹⁷ DURKHEIM; MAUSS. Op. Cit. 1999.

⁹⁸ Ver: CHARTIER. Roger. *Cultura popular: Revisitando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 8, n° 16, 1995, p. 179-192.

outros países da Europa. Com o bloqueio de bens pessoais, “escreveu seus primeiros livros na Inglaterra com a ajuda de um comitê de refugiados judeus - obras como *A Sociedade de Corte* e *O Processo Civilizador*, hoje celebradas, foram publicadas para audiências vazias, sem qualquer retorno”⁹⁹.

Cessadas as perseguições, Elias lecionou em universidades na Inglaterra e na Holanda, mas o reconhecimento que almejava foi tardio, gozado nas poucas décadas que lhe sobraram de vida. Apenas a partir dos anos de 1970 sua obra apareceu ao público internacional; na França, a primeira edição de *A Sociedade de Corte* apareceu no ano de 1974.

Em acordo com um grupo maior de historiadores, ligados à EHESS e ao Collège de France, Chartier criará vínculos intelectuais efetivos com a obra de Elias no final da mesma década. Tendo em vista as resoluções de um evento realizado na Alemanha em 1979, Chartier e seus pares passarão a ler a obra de Elias com maior atenção. Nesta data um interlocutor chamado Von Thadden intermediou um encontro com historiadores franceses (entre eles: André Burguière, François Furet, Georges Vigarello, Jacques Rossiaud). A intenção do encontro era a de promover leituras e discussões da obra do sociólogo, autor de *A sociedade de corte e O Processo civilizador*¹⁰⁰.

Sabe-se hoje que Chartier tornou-se, não apenas leitor, mas um comentador entusiasmado do trabalho de Elias. O mesmo escreveu os prefácios para a segunda edição francesa de *A Sociedade de Corte* (1985), bem como para *A sociedade dos indivíduos* (1991), *Envolvimento e distanciamento* (1993) e *Esporte e civilização* (1994)¹⁰¹. Dessa lista de publicações, pode-se promover destaque ao prefácio organizado para o livro *A Sociedade de Corte* denominado *Formation sociale et*

⁹⁹ RODRIGUES, Laécio Ricardo de Aquino. Norbert Elias por ele mesmo. Revista de Ciências Sociais. V.34, N.1, 2003. p. 139- 142. Disponível em:

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9820/1/2003_art_lrarodrigues.pdf. Acesso em: 29/05/2016.

¹⁰⁰“Nosso colega alemão Von Thadden organizou um encontro entre um certo número de historiadores franceses que já haviam lido Elias, Elias ele mesmo e os colegas alemães”. Entre os nomes citados por Chartier encontram-se: André Burguière, François Furet, Georges Vigarello, Jacques Rossiaud”. In: CHARTIER, Roger. *Elias: une pensée des relations*. In: Espaces Temps, 53-54, 1993 pp. 43-60.

¹⁰¹ Cf: CHARTIER, Roger. *Formation sociale et économie psychique: la société de cour dans le procès de civilisation*. In: *La Société de cour*. Paris: Flammarion, 1985; CHARTIER, Roger. *Conscience de soi et lien social*. In: *La Société des individus*. Paris: Fayard, 1991, p. 7-29; CHARTIER, Roger. *Double lien et distanciation*. In: *Engagement et distanciation: contributions à la sociologie de la connaissance*. Paris: Fayard, 1993, p. I-X; CHARTIER, Roger. *Le sport ou la libération contrôlée des émotions*. In: *Sport et civilisation: la violence maîtrisée*. Paris: Fayard, 1994, p. 7-24.

économie psychique: la société de cour dans le procès de civilisation. O conteúdo deste prefácio foi também reproduzido na íntegra em um dos livros de mais populares de Chartier (o qual igualmente popularizou o conceito de representação em sua obra). Falamos do livro *A história cultural entre práticas e representações*.

Ocasionalmente, desde a década de 1980 Chartier retomou o trabalho deste sociólogo alemão, rebatendo críticas que lhe foram dirigidas e pontuando, de forma simultânea, suas contribuições para o campo da história. A apropriação assim estabelecida demonstrará a aprendizagem de Chartier, a partir da leitura e das conversas, face a face com Elias:

Depois de tê-lo encontrado várias vezes, redigi os prefácios que apresentam as traduções francesas de quatro de seus livros e dediquei-lhe três artigos, justamente para responder àqueles que o criticavam. Muitas de minhas pesquisas podem ser consideradas como a mobilização, sobre objetos particulares, da articulação estabelecida por Elias entre a mobilidade de exercício do poder de Estado, as configurações sociais que são suas condições ou seu efeito, e as mutações da estrutura da personalidade que elas implicam¹⁰².

Os encontros citados por Chartier, poderão ser relacionados com pelo menos duas conhecidas visitas de Elias até a França durante a década de 1980. A partir de um convite mediado por Pierre Bourdieu (que foi, inclusive, um dos primeiros a publicar textos de Elias no período de sua direção *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*), Elias foi à *École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)* no ano de 1983. Dois anos depois retornou à Paris, com destino ao Collège de France onde concedeu uma entrevista para Chartier.

Ademais, além dos prefácios e dos encontros acadêmicos, desde 1980 Chartier escreve artigos sobre o trabalho de Elias. Em 1980, ele escreveu *Norbert Elias interprete de l'histoire occidentale*, seguido de *Norbert Elias ou la sociologie des continuités* (1985), *Comment penser l'autocontrainte: Entretien avec Roger Chartier sur l'oeuvre de Norbert Elias* (1993)¹⁰³, *Elias: une pensée des relations* (1993), *L'œuvre*

¹⁰² CHARTIER, Roger. *Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas*. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011.

¹⁰³ Mesa Redonda com Michel Wieviorka, André Burguière, Roger Chartier, Arlette Farge et Georges Vigarello. Texto publicado na íntegra no *Cahiers internationaux de sociologie*.

d'Elías, son contenu, sa réception (1995) e *Rencontre, diffusion: Norbert Elías et la France* (2010). Lendo estes artigos, escritos e publicados entre 1980 e 2010, veremos a familiaridade de Chartier em relação aos conceitos utilizados por Elías. E mais do que isso, que as contribuições de que o mesmo fala, não serão alheias à sua produção individual. Falta, entretanto, demarcar em que níveis as discussões deste sociólogo contribuíram para a constituição de sua obra e mais especificamente, para a noção de representação.

Chartier tentará expor a relevância das reflexões de Elías por meio de questões distintas, as quais contemplam abordagens teórico-metodológicas, históricas e de longa duração. Deposita-se valor, por exemplo, no estudo das *sociedades de corte*, desenvolvido na década de 1930, apresentado ao público francês nos anos 1970; Elías prescreve a existência de modelos de sociedades cortesãs com normas estéticas e éticas singulares que vão além do modelo francês tido como convencional. Partindo-se de outro ponto, o *processo de civilização* também prescrito por ele, exalta “as formas de organização e de exercício do poder” que deram corpo às “transformações dos comportamentos, das condutas e da economia psíquica ou a estrutura da personalidade”. Seguindo Elías, entende-se que “o que aqui se coloca no tocante ao processo civilizador nada mais é do que o problema geral da mudança histórica”¹⁰⁴.

Lendo Elías dessa forma, veremos Chartier vislumbrar no pensamento de Elías tanto contribuições para objetos históricos (tendo em vista a formação de sociedades de cortes e das práticas civilizatórias) como historiográficos (demarcando um pensamento crítico e dinâmico). Seja como for, ambos os projetos de pesquisa esboçados na obra de Elías seriam guiados por uma metodologia distante da história das mentalidades, fundada em “modelos de inteligibilidade mais dinâmicos, menos congelados, menos ossificados”. Originais, em suma, mesmo com o passar dos anos, pela capacidade de articular “diferenciações sociais, formas políticas, condutas”¹⁰⁵. O termo dinâmico (e seus derivados), uma das palavras utilizadas por Chartier para descrever o trabalho de Elías, aparecerá mais uma vez em um dos artigos publicados em 1993:

¹⁰⁴ ELÍAS, Norbert. O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização. **Volume 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 194

¹⁰⁵ CHARTIER, Roger. *Elías: une pensée des relations*. In: *Espaces Temps*, 53-54, 1993. pp. 43-60.

O pensamento de Elias é acima de tudo um pensamento crítico e dinâmico. Para ele, o essencial é tornar problemáticas, logo históricas, todas as análises seja do mundo social, seja do exercício do poder, seja do psiquismo individual, sempre conduzidas com as categorias e divisões dadas como dados adquiridos e, portanto, não questionados. Trata-se de um trabalho que faz emergir as divisões, os recortes, as oposições, as designações, as caracterizações depois incorporadas pelas tradições disciplinares como um conjunto não questionável. É esse deslocamento do lugar mesmo do questionamento que é fundamental e que faz a força do trabalho de Elias (como aquela de todos os pensamentos críticos, de Foucault à Bourdieu)¹⁰⁶.

E para além dos objetos estudados e o modo como são articulados em seu pensamento, os elogios de Chartier são estendidos à um leque conceitual instrumentalizado por Elias, no qual destaca-se o conceito de *interdependência*. Seguindo sua definição, só é possível compreender os comportamentos individuais se estes comportamentos forem pensados a partir das dinâmicas que ligam os indivíduos uns aos outros no tempo e no espaço. Conforme explica Elias, o conceito de interdependência dá luz “ao tipo de interligação, dependência mútua entre as pessoas, põe em movimento, por exemplo, processos de feudalização”; sendo “também relevante, de modo mais geral para a compreensão do processo civilizador”¹⁰⁷.

Certo desta operacionalidade, Chartier deixará expresso que

a noção dele permite pensar o mundo social não em termos de hierarquia, mas antes em termos de redes. Isso não significa, evidentemente, que todas as posições sejam equivalentes dentro dessas redes. Mas é da configuração mesma das diferentes redes que dependem as formas específicas das relações de dominação, portanto, as hierarquias.
[...] Finalmente, a sociedade não é nada além do conjunto das posições ocupadas pelos indivíduos, e os indivíduos não são pensáveis independentemente da interdependência que os liga uns aos outros.¹⁰⁸

Em resumo, Chartier dirá que é a partir do conceito de interdependência “que podemos compreender as variações e as mutações das formas do comportamento e da economia da personalidade”. Chega-se assim a um ponto importante, pois estas mutações do comportamento dos indivíduos dão margem para pensarmos a construção

¹⁰⁶ CHARTIER, Roger. Comment penser l'autocontrainte? In: Communications, 56, 1993. Le gouvernement du corps. pp. 41-49. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1993_num_56_1_1847. Acesso em 10/06/2016.

¹⁰⁷ Elias, Op. Cit. p.195

¹⁰⁸ Idem.

de novas representações no mundo social. Mas, deve-se estar claro que essa conclusão não implica em dizer que Elias desenvolve diretrizes teóricas da noção de representação. Este sociólogo toma um rumo diferente de Durkheim e nem mesmo reivindica essa tradição sociológica, da qual são herdeiros historiadores franceses como Chartier.

Seguindo os preceitos gerais de Elias, Chartier associa o processo civilizatório à produção, circulação e apropriação de objetos escritos no Antigo Regime. O artigo *Distinção e divulgação: a civilidade e seus livros*¹⁰⁹ é um exemplo claro da colisão entre o processo civilizador e a cultura escrita. Neste estudo, publicado originalmente em 1986, esteve em análise a noção de civilidade em diferentes materiais impressos, publicados ao longo dos séculos XVI ao XVIII. Veremos Chartier comentar este projeto num ensaio autobiográfico, publicado nos anos 2000:

O ensaio dedicado ao conceito de civilidade entre os séculos XVI e XVIII [...] [vale-se], com deferência crítica, das afirmações de Elias quanto ao processo de civilização das sociedades ocidentais, compreendido como um domínio mais bem assegurado, mas sempre ameaçado por possíveis recuos, emoções, pulsões e violências¹¹⁰

Dito em outras palavras, o controle individual de emoções e pulsões teria transformado “os preceitos em comportamentos, as normas em costumes, os textos escritos em práticas”. Poderemos arriscar dizer, que estas transformações colidiram com representações pré-existentes, fazendo necessárias adequações ou a criação e incorporação de novas representações no mundo social, à começar pelas representações literárias (prescritas na literatura no catálogo de manuais de civilidade estudados por Chartier neste trabalho).

Direta ou indiretamente, o fato é que o trabalho de Elias é também uma referência importante para entendermos a construção do pensamento de Chartier, e como consequência, a própria formulação da noção de representação. As leituras que faz da obra desse sociólogo são contínuas, elogiosas; seus preceitos aparecem como um

¹⁰⁹ CHARTIER, Roger. *Distinção e divulgação: a civilidade e seus livros*. In: *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004. Tradução da versão francesa, publicada em 1987.

¹¹⁰ CHARTIER, Roger. *Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literatura*. In: ROCHA, João Cezar de Castro. *Roger Chartier – A força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011, p.31.

modelo dinâmico de fazer pesquisa, legitimando uma vez mais a distância (tão almejada) em relação a história das mentalidades.

2.3 Pierre Bourdieu e Roger Chartier – O *sociólogo* e o *historiador*: laços de afetividade, afinidades teóricas

A empatia de Roger Chartier em relação ao pensamento de Pierre Bourdieu prolongou-se de forma profícua, sendo atualmente diagnosticada em entrevistas, livros e artigos, publicados desde meados da década de 1980. Uma fração considerável destes documentos, correspondem à encontros difundidos no programa de rádio, *Les lundis d'histoire*¹¹¹, transmitido pela emissora *France Culture*. Na qualidade de um dos apresentadores do programa por longos anos, Chartier dirá que a presença de Bourdieu ali, foi motivada por uma “admiração e amizade intelectuais”¹¹².

Décadas mais tarde, estas entrevistas foram compiladas no título *O sociólogo e o historiador*. No mesmo volume foi também incorporado um debate, mediado por Roger Chartier com o historiador José Sérgio Leite Lopes. Trata-se de um posfácio, denominado *Pierre Bourdieu e a história*, a partir do qual foram prescritas contribuições do trabalho de Bourdieu para os estudos históricos¹¹³.

O livro *Práticas da leitura (Pratiques de la lecture)*, organizado por Chartier em 1985, também apresenta indícios de um diálogo estabelecido com Bourdieu. Um dos capítulos do livro, condensa uma conversa entre ambos, denominada *A leitura: uma prática cultural*¹¹⁴. E por fim, ainda no mesmo ano, fora publicado na Revista *Actes de*

¹¹¹ O programa apresentado por Roger Chartier, Jacques Le Goff, Michelle Perrot e Philippe Levillain, foi ao ar até 2014. Em um dos últimos programas foi organizada uma homenagem à Jacques Le Goff, falecido naquele mesmo ano.

¹¹² CHARTIER, Roger. À voix nue (Préfacio). In: BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. p. 8

¹¹³ CHARTIER, Roger. *Posfácio: Pierre Bourdieu e a história*. In: *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autentica. 2012.

¹¹⁴ Edição brasileira: CHARTIER, Roger. BOURDIEU, Roger. *A leitura: uma prática cultural*. In: *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. pp.231-255.

la recherche en Sciences Sociales uma outra conversa, firmada entre Robert Darnton, Roger Chartier e Pierre Bourdieu¹¹⁵:

E mesmo com a morte de Pierre Bourdieu, Chartier não poupou argumentos para ilustrar a validade atual do pensamento de seu colega. Em uma série de 5 aulas, denominadas *Pierre Bourdieu e o mundo social* são articuladas em sua fala aspectos do engajamento social e do trabalho intelectual de Bourdieu, a relevância dos conceitos e do pensamento dinâmico deste sociólogo francês. Em uma de suas interlocuções, o mesmo afirmará que “Bourdieu é um exemplo magnífico de um intelectual comprometido, engajado no mundo social, no mundo cívico de seu tempo”.

A crítica ao universal e as certezas de outrora, são para Chartier características elementares do pensamento de Bourdieu, do qual os historiadores poderiam absorver lições indispensáveis:

Creio que um dos atos mais perspicazes de sua pesquisa consista em mostrar que o evidente é sempre construído a partir de interesses diferenciados e de relações de força. E é, aliás, desse ponto de vista que – salvo os sociólogos – os historiadores e outros especialistas podem tirar um justo proveito de seu trabalho em uma relação, ao mesmo tempo, de adesão e de crítica, de distanciamento e de respeito.

[...]

Tal desestabilização das certezas é, creio eu, um dos lugares em que você questionou ao máximo as fronteiras, as divisões, os recortes considerados como naturais quando, afinal, eles são sempre socialmente construídos. Pode-se dizer que, nessa perspectiva, você fez escola, porque os historiadores também tiveram de enfrentar, agora, o que tinha a aparência de categorias evidentes¹¹⁶.

Como vemos, o reconhecimento não foi apenas póstumo e, evidentemente, os encontros entre ambos os intelectuais ultrapassam as poucas ocasiões mencionadas acima. Sabe-se, por exemplo, que tanto Chartier como Bourdieu frequentaram, durante o construto de suas trajetórias profissionais, lugares comuns, tais como: a *École Normale Supérieure*, a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e o *Collège de France*. Dentro de campos particulares, que são a história e a sociologia, o trabalho de

¹¹⁵ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert. Dialogue à propos de l'histoire culturelle. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 59, septembre 1985. Stratégies de reproduction-2. pp. 86-93

¹¹⁶ Ibidem, p. 22

Chartier cruza-se com as análises de Bourdieu, sobressaindo inclusive daí, a apropriação decorrente da noção de representação.

Bourdieu compartilha aspectos da abordagem das representações e das classificações segundo Durkheim e Mauss, propondo-lhes significados a partir das *lutas de classificação e lutas de representação*. Chartier não apenas reivindica esse esquema conceitual, como projeta-o para solução de problemáticas inscritas no âmbito da disciplina. Em sua opinião:

Bourdieu ajudou os historiadores a se distanciarem da herança da história das mentalidades para refletirem de uma maneira mais complexa, ou mais sutil, sobre a relação entre as determinações externas, a incorporação destas determinações e, finalmente, as ações. E é a razão pela qual o conceito de representação que Bourdieu utiliza, o conceito de classificação – de luta de representação, de luta de classificação – se tornou uma categoria essencial, porque permite instalar a análise dentro da herança da sociologia e da antropologia fundadora de Mauss e de Durkheim. E a categoria de representações coletivas, tal como foi definida por Durkheim e Mauss, aponta para a incorporação, dentro do indivíduo, do mundo social a partir de sua própria posição dentro deste mundo, como se as categorias mentais fossem resultado da incorporação das divisões sociais e definissem para cada indivíduo a maneira de classificar, falar ou atuar¹¹⁷.

Fiel ao seu projeto intelectual, Chartier irá se apropriar de mais um cânone das ciências sociais para fundamentar sua crítica à abordagem das mentalidades. Seguindo esta perspectiva, as lutas de classificação, seriam “um dos elementos mais essenciais do trabalho de Bourdieu”, por permitir “pensar que as lutas de classe, que regem e organizam o mundo socioeconômico sempre se traduziam em ou se nutriam das lutas de classificação – o direito de dizer a sua própria identidade ou a do outro¹¹⁸”.

Em *A economia das trocas linguísticas*, Bourdieu escreve sobre *A força das representações*. Como preceito instituído, afasta-se da discussão toda e qualquer noção que implique a naturalização das categorias de análise, visto que, “mesmo as classificações mais “naturais” apoiam-se em traços que nada têm de natural, sendo, em ampla medida, o produto de uma imposição arbitrária”¹¹⁹.

¹¹⁷ Ibidem, p. 101-2.

¹¹⁸ Ibidem, p. 91.

¹¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *A força das representações*. In: *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer* São Paulo: Edusp, 1998. p. 110

Similar ao pensamento de Durkheim, e ao que irá ser apropriado por Chartier, Bourdieu também reconhece a realidade das representações:

De fato, não é preciso escolher entre a arbitragem objetivista, que mede as *representações* (em todos os sentidos do termo) pela “realidade” esquecendo que as primeiras podem inclusive fazer acontecer na realidade, pela eficácia da própria evocação, o que elas representam e o engajamento subjetivista o qual, ao privilegiar a representação, ratifica no terreno da ciência o que há de falso na escrita sociológica com que os militantes passam da representação da realidade à realidade da representação¹²⁰.

Essa percepção que intercala objetividade e subjetividade é uma característica acentuada na obra de Bourdieu e pode também ser notada no livro *Coisas ditas*. Veremos ali que a sua simples oposição é considerada artificial, a vista de que:

de um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas. Isso significa que os dois momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética¹²¹.

As representações são, para Bourdieu, tanto determinadas pelas estruturas, como podem exercer poder de transformação sobre as mesmas. Se por um lado, os interesses e percepções que movem as representações são específicos à cada lugar social, e mais do que isso, dependem da posição que se ocupa nesse mesmo espaço social; de outro lado, “as lutas simbólicas, tanto as lutas individuais da existência cotidiana como as lutas coletivas e organizadas da vida política, têm uma lógica específica, que lhes confere uma *autonomia* real em relação às estruturas em que estão enraizadas.”¹²²

Obviamente, estas não são discussões isoladas na obra de Bourdieu. Há de se pensar a articulação das representações com outras raízes conceituais tais como: *campo*

¹²⁰ Ibidem, p.112

¹²¹ BOURDIEU, Pierre. *Espaço social e poder simbólico*. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 152

¹²² Ibidem, p. 163.

(o campo político e a construções das representações políticas), bem como, as definições atribuídas ao *poder simbólico*.

Por encaminhar a discussão nesse sentido, poderemos dizer que a representação política está localizada em um *campo* determinado, que é o *campo político*. Segundo Bourdieu, “o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos [...]”¹²³. Entender as dinâmicas desse espaço social requer, novamente, concentrar a análise nas lutas de classificação, em competições que exigem seu conhecimento por parte de mandatários e, tão logo, o reconhecimento dos mandantes. Nesse ínterim, o representante, ou, profissional político é um porta-voz, que “apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político”¹²⁴.

A representação é constituída pela delegação de um de poder, cujo capital que lhe é depositado é também um capital simbólico. O *poder simbólico*, é descrito por Bourdieu como um “poder de construção da realidade”¹²⁵. Isso significa dizer que “as diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social”¹²⁶. O poder simbólico é, assim, um poder capaz “de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo”.

Trazendo para a discussão estas definições conceituais, veremos que para além do transporte mecânico de conceitos da obra de um para a do outro, o leque de contribuições é amplo. Chartier investe em resoluções gerais, entrecruzadas na obra de Bourdieu, frisando que “o mais importante é trabalhar com Bourdieu. [...] Trabalhar com seus conceitos, mas ir além, trabalhar com suas perspectivas, com a ideia de um

¹²³ BOURDIEU, Pierre. *A representação política*: Elementos para uma teoria do campo político. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: DIDEL, 1989. p. 164.

¹²⁴ Ibidem, p. 185.

¹²⁵ BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: DIDEL, 1989. p. 9-10

¹²⁶ Ibidem, p. 11-2.

pensamento relacional e a repulsa à projeção universal de categorias historicamente definidas”¹²⁷.

De fato, esta orientação adequa-se às apropriações que o mesmo faz da obra de Bourdieu, e mais do que isso, ajuda a compreender a operacionalização das representações – que a priori foram cunhadas sob um ponto de vista sociológico – num campo de pesquisa que é o seu: a história cultural do social.

2.4 Dimensões Transitivas e reflexivas: Louis Marin e a noção de representação

Como um adendo à reflexão empreendida até o momento, iremos fazer alusão ao à proximidade de Chartier com os escritos de Louis. Dentro da diversidade dos domínios científicos e dos temas acrescidos à obra de Marin (que compreende os campos da filosofia, história e semiologia), serão notadas prescrições acerca das definições *transitiva* e *reflexiva* da noção de representação. De fato, essa será a principal motivação para relacionarmos o trabalho de Chartier ao dele, ainda que possam ser destacados outros possíveis elos de comunicação.

Registros de um convívio de proximidade entre Marin e Chartier poderão ser sinalizados em um texto biográfico, no qual são sinalizados o diálogo entre ambos, firmado pela mútua passagem na EHESS¹²⁸. Da parte de Chartier, há uma série de dedicatórias póstumas ao trabalho do primeiro, a quem o historiador que estudamos a obra, lhe chamará de amigo¹²⁹.

Apesar de seguirem campos distintos de investigação, ambos demarcar vínculos institucionais com a EHESS em períodos muito próximos. A partir de 1984, Chartier passou a exercer a função de Diretor de Estudos, enquanto que Marin consagrou-se na

¹²⁷ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica. 2012.

¹²⁸POUSIN, Frédéric; ROBIC, Sylvie. *De pas de coté*. Disponível em: <http://www.louismarin.fr/spip.php?article25> Acesso em: 18/06/2016.

¹²⁹ LUSTOSA, Isabel. Conversa com Roger Chartier. Trópico. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/kn/FCRB_IsabelLustosa_Conversa_RogerChatier.pdf

mesma função três anos mais tarde, e lá permaneceu até sua morte, em 1992. Curiosamente, a morte pareceu ser um meio pelo qual foram ampliadas algumas das relações aqui comentadas. Quando Michel de Certeau faleceu, em 1986, Roger Chartier, Louis Marin e outros pesquisadores¹³⁰ organizaram o dossiê *Michel de Certeau, le chrétien éclairant*, publicado no jornal *Libération*. Além disto, o diálogo com interlocutores já falecidos, constituiu a base da aula inaugural de Chartier no *Collège de France* (publicado sob o título *Escutar os mortos com os olhos*).

Com o falecimento de Marin, Chartier assumiu uma de suas orientações de tese de doutorado¹³¹ e anos depois, dedicou-lhe o livro *Práticas de leitura*, donde fora agregado um texto de autoria de Louis Marin¹³². O “diálogo com os mortos” também compõe parte do livro *À beira da falésia* (1998), no qual foram reunidos ensaios que fazem referência à obra de Michel de Foucault, Michel de Certeau e Louis Marin. De acordo com os registros acrescenta-se que:

Os quatro ensaios reunidos nesta segunda parte resgatam um gênero clássico: o do diálogo com os mortos. Para os historiadores de minha geração, e para muitos outros, a leitura das obras de Michel Foucault, Michel de Certeau e Louis Marin foi uma fonte de inspiração maior. Para além das diferenças que os separam ou que os opõem, elas designam uma questão fundamental: como pensar as relações que mantêm as produções discursivas e as práticas sociais?
133

Para além da representação entendida como apresentação de uma prática cultural (e logo, social), a abordagem das representações seria também um importante instrumento para repensar a escrita da história e a maneira como o passado é nela representado. Tal como as leituras em Durkheim, Elias e Bourdieu, aqui novamente as representações são articuladas como um recurso para demarcar o distanciamento em relação às mentalidades. No ensaio em que Chartier dedica-se a comentar a obra de Marin, a ruptura em relação ao mental é vislumbrada do seguinte modo:

¹³⁰ Julia Kristeva, Jean-Louis Schefer e Georges Vigarello

¹³¹ CANTILLON, Alain: *Le-pari-de-Pascal: une série d'énonciations entre 1660 et 1850*. Thèse de doctorat, sciences du langage (Dir. Louis Marin, puis Roger Chartier).

¹³² MARIN, Louis. *Ler um quadro: Uma carta de Poussin em 1699*. In: CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

¹³³ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p.119.

discretamente, a seu modo, a obra de Marin modificou assim mais do que se imagina a maneira como os historiadores transformaram sua compreensão do mundo social. Ela os obrigou, de fato, a repensar as relações mantidas pelas modalidades da exibição do ser social ou do poder político com as representações mentais – no sentido das representações coletivas de Mauss e Durkheim – que dão (ou recusam) crença e crédito aos signos visíveis, às formas teatralizadas, que devem fazer reconhecer como tal o poderio, seja soberano ou social¹³⁴.

Apesar de Chartier falar em nome de um coletivo de historiadores, poderemos notar em seu trabalho individual a repercussão do pensamento de Marin. Vê-se em primeiro lugar como Chartier tomou-lhe de empréstimo a busca de definições antigas da noção de representação: “como gostava frequentemente de fazer, Marin resgata e desloca definições antigas, que assim se tornam, em uma tensão fecunda, o objeto e, ao mesmo tempo o instrumento de sua análise”¹³⁵. Exercício similar será empreendido por Chartier e a partir da prática o mesmo demarcará o potencial do conceito representação, atribuído propriamente pelos homens do Antigo Regime.

Indo além das prescrições de Durkheim e Bourdieu, Marin investe nas dimensões transitiva e reflexiva da representação, donde inflige-se que toda representação, quando representa algo, apresenta-se no mesmo exercício. Dito em outras palavras, em sua forma reflexiva, a representação deixa de ser transparente e dentro de sua opacidade se apresenta representando algo.

Tendo como referência os escritos de Marin, Chartier sinaliza tanto esboços sobre sua definição (prescrita a partir dos termos reflexivo ou transitivo), como sobre seu funcionamento. Destarte, como na obra de Marin há uma predisposição para reflexões semiológicas, a noção de representação é articulada na análise de imagens, quadros de época, retratos de monarcas e etc. Nestes termos nota-se a

atenção dada aos elementos capazes de revelar o funcionamento refletido da representação: no quadro, na moldura, no ornamento, no cenário, na arquitetura representada; no texto, o conjunto dos dispositivos discursivos e materiais que constituem o aparelho formal da enunciação. O trabalho de Marin cruzava assim as propostas que, contra o absoluto do texto sem

¹³⁴ Ibidem, p. 169.

¹³⁵ Ibidem, p. 165

materialidade nem historicidade, pleiteiam uma atenção dada aos “efeitos de sentido das formas”¹³⁶.

Quando Chartier faz referência à Marin, o mesmo reporta-se com maior demasia aos livros *Le portrait du roi* e *Des pouvoirs de l image*. Tanto em uma como em outra obra, Marin articula *poder, imagem e representação*. Em seu interior veremos como poder e representação são equivalentes. Conforme nota, o mesmo entende “a representação como poder, o poder como representação, um e outro são um sacramento na imagem e um “monumento na linguagem”¹³⁷. Seguindo este preceito fundamental, veremos ainda como são articuladas representação, poder, imagem e realidade: “na representação que é poder, no poder que é representação [...] o real [...] não é outro senão a imagem fantástica onde aquele poder se contemplará absoluto”. Explicado com outras palavras, as imagens (ou para citar o título do livro “o retrato do rei) “são sua presença real”. Sem a crença nestes ícones, “o monarca se esvazia de toda sua substância pré-definida [...] e não restará mais do que o simulacro”¹³⁸.

Em uma dedicatória à obra de Marin, Chartier justifica sua familiaridade com os escritos de Marin, apesar de recortes de tempo e de objetos de estudo desiguais aos seus:

Este texto também deve ser lido como uma homenagem a Louis Marin. Isto pode parecer impróprio, pois em estudos ele raramente tratou do século XVIII. Entretanto, duas razões justificam esta escolha. A primeira é metodológica. Louis Marin sempre seguia o mesmo procedimento: partindo de um objeto específico – um quadro, um texto, o fragmento de uma obra – ele identificava os códigos estéticos, as distinções lógicas ou princípios teológicos-políticos que guiavam as normas de representação na época clássica¹³⁹.

Em resumo, mesmo dentro de campos e temas particulares, Chartier apropria-se de questões específicas do pensamento de Marin. Contudo, apesar de temas e tempos

¹³⁶ Ibidem, p. 168-9.

¹³⁷ MARIN, Louis. *Le portrait du roi*, Paris: Ed. Minuit, 1981.

¹³⁸ Ibidem, p. 12-13.

¹³⁹ CHARTIER, Roger. *O Romance: da Redação à leitura*. In: CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002. p. 98.

históricos afins, quando o mesmo apropria-se destas questões, elas repercutem em suas pesquisas acerca da cultura escrita nas sociedades do Antigo Regime.

A seguir direcionaremos o olhar para essas pesquisas de Chartier, e em seu interior iremos investigar a constituição das representações.

Capítulo III.

Cultura escrita e a representação do passado: Roger Chartier e as representações em sociedades do Antigo Regime.

Para a escrita deste capítulo, estabeleceu-se um rol particular de leituras, qualificadas pela pretensão de alcance – que é, ao mesmo tempo, intensiva e extensiva – frente à obra de Chartier. Sua estruturação, condensa escolhas distintas daquelas propostas na etapa anterior da dissertação; se antes, decidiu-se partir da noção de representação com intuito de acessar esquemas e referenciais teóricos apropriados, nesta etapa, iremos nos concentrar nos escritos de Chartier, a fim de rastrear e propor entendimento à instrumentalização da noção em estudo.

Para induzir a eficácia deste programa, impõem-se como pré-requisito a complementaridade entre uma e outra abordagem, articulando-se dessa forma a teórica e a prática exercida por Chartier. Priorizando o conceito de representação, iremos entrecruzar referenciais chaves, já estudados no capítulo anterior e os usos atribuídos por Chartier na decifração de práticas compartilhadas das chamadas sociedades do Antigo Regime.

Há, contudo, a permanência de premissas que garantem a continuidade dos objetivos delineados em nossas laudas introdutórias. A mais referencial destas premissas consiste em manter vinculados a produção bibliográfica de Chartier à um lugar social e tempo histórico, vedando compreensões contrárias que costumam personificar a inovação em história na figura individualizada (e porque não dizer, idealizada) de Roger Chartier.

Evidentemente, esta prática não objetiva relativizar sua atuação profissional, o crescente número de trabalhos publicados ou a forma como estas pesquisas são disponibilizadas ao seu público leitor. Não há dúvidas do engajamento profissional de Chartier, marcado pela permanência de sua cátedra em uma das instituições mais tradicionais de Paris (o Còllege de France), ou pelo assíduo calendário de conferências e

visitas em diversas universidades do globo. Contudo, lembraremos uma vez mais que este trabalho individual não deve jamais obscurecer redes estabelecidas por um campo social de pesquisa promissor.

Em defesa da história cultural, ou simplesmente vinculando suas pesquisas a este campo de investigação, o fato é que os escritos de Chartier romperam as fronteiras hexagonais da França, projetando sua obra à um público internacional. Há tempos, um grande número de livros, ensaios e artigos de sua autoria são reproduzidos nos formatos impresso e digital; esta propagação foi também facilitada por numerosas traduções e reedições, que hoje podem ser acessadas (ainda que de forma parcial ou fragmentada) em versões no espanhol, italiano, português, alemão, inglês, japonês, turco, russo, coreano e etc.

Trata-se, portanto, de um amplo número de pesquisas, disponíveis em suportes diferenciados e que alcançam diferentes partes do globo. De modo equivalente, similar amplitude, explica o repertório de temas explorados em seu percurso como historiador durante os últimos quatro decênios. Desde os anos 1970 até os dias atuais são diagnosticados o interesse inicial por uma história do livro, suprimido ao longo de alguns anos, pelo estudo de práticas de leitura nos séculos XVI ao XVIII. Em paralelo, o mesmo dedicou-se ao entendimento dos processos de composição e leitura na era contemporânea, na qual os textos podem ser acessados e manipulados pela tela de um computador. Recentemente, suas pesquisas concentram o estudo de textos do gênero literário e peças teatrais publicados no Antigo Regime. Este leque de temas pode ser considerado ainda maior, quando somado à análises retrospectivas, que contemplam uma suposta crise da disciplina¹⁴⁰, a ascensão da história cultural¹⁴¹, a relação da história com outros campos do conhecimento (das ciências sociais à literatura) e o uso

¹⁴⁰ CHARTIER, Roger. Uma crise da História? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001; CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2002.

¹⁴¹ CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; CHARTIER, Roger. Cultura popular: Revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-192.

de conceitos e noções neste campo de investigação um deles, o próprio conceito de representações¹⁴².

Anexo à esse conjunto diferenciado de objetos, ficam evidentes a mobilização de técnicas e procedimentos de pesquisa, instrumentalizados ao longo de uma carreira profissional sólida, mas ainda em construção. Visando este conjunto de metodologias aplicadas, veremos a quantificação deixar de ser um método dorsal de análise, em consonância com a distância tomada perante a *história das mentalidades* e aos métodos “tradicionais” da história social. Tornando a quantificação um recurso complementar (mas, ainda usual em pesquisas recentes), Chartier empreendeu uma guinada para a história das práticas de leitura, marcada pela tríade conceitual: *práticas, apropriações e representações*. Em conformidade com a chamada *história cultural do social* e com a *sociologia dos textos* de D. F. Mckenzie, defende-se que a materialidade dos textos possibilita aos leitores diferentes formas de apropriação.

Obviamente, este horizonte de mutações, que inspiram mudanças de natureza temática e metodológica, não anula as sucessivas permanências que irão caracterizar a obra de Chartier. A regularidade de algumas práticas de pesquisa colocou em cena um contínuo e espesso corpo documental. Em seu manuseio, o mesmo é capaz de detalhar a existência de inscrições e datas, realizar comparações em edições diferentes de um mesmo livro, informando alterações de natureza gramatical, censura religiosa ou política. A consulta neste corpo documental percorre inventários, catálogos de vendedores, de editores, de bibliotecas públicas e privadas, correspondências, textos de lei, privilégios reais¹⁴³, cartazes, livros de conta e publicações de gêneros diferenciados: dicionários, enciclopédias, livros de hora, livros filosóficos e políticos, romances, peças teatrais e etc.

Seguindo os mesmos parâmetros, o emprego de citações também aparece como um exercício privilegiado na ação historiográfica de Chartier. A prática poderá ser

¹⁴² Defesa e ilustração da noção de representação. O mundo como representação (1989, 1991, 1998, 2002), A história cultural entre práticas e representações (1988), Le sens de la représentation (2012), Pouvoirs et limites de la représentation. Sur l'œuvre de Louis Marin (1994) / Poderes e limites da representação. Marin, o poder, a imagem (2002), Defesa e ilustração da noção de representação (2011), Representación de la práctica, práctica de la representación.

¹⁴³ Permissão concedida para publicar e comercializar livros no Antigo Regime.

explicada tanto pelo uso recorrente, como por sua reprodução em idiomas equivalentes (seja em francês, latim, inglês ou espanhol). A fidelidade de Chartier com este arsenal de registros, legitima sua construção narrativa, que tem intenção de prova, e que portanto, previne o leitor de que as práticas ali descritas foram desempenhadas do modo como ele diz que foi.

A comprovação de hipóteses também é dada no intercâmbio de informações formalizado com Armando Petrucci, Fernando Bouza, Robert Darnton, Guglielmo Cavallo e outros pesquisadores, cuja área de estudo é centrada em práticas letradas. O compartilhamento de ideias, inspirou a organização de obras conjuntas, a realização de conferências, o mútuo emprego de citações, e mais do que isso, sinaliza o potencial exercido pela rede de pesquisadores a qual Chartier mantém relações. Esta rede social de pesquisadores, não somente legitima a formulação e a circulação do conhecimento, como também autoriza sua *reutilização* parcial (vide citações) ou completa (com a re- apresentação de artigos e ensaios em coletâneas e diálogos programados).

E por fim, entre outras possíveis permanências, o emprego do conceito representação possui nesta pesquisa uma importância sem equivalentes, pois, sua continuidade motivou a escrita desta dissertação. Como veremos adiante, seu emprego na obra de Chartier não possui um formato único ou universal. Por tratar-se de um conceito nutrido em diferentes referenciais teóricos, seus usos são igualmente diferenciados. Em cada item enumerado abaixo, deveremos estudar modalidades correlacionadas da noção de representação, assim empreendidas nas pesquisas de Chartier. Para começar, incitaremos uma reflexão sobre o uso e definições de representações iconográficas na obra deste historiador francês.

3.1. Texto e Iconografia – Representação e imagem na bibliografia de Roger Chartier

De um modo geral, o cruzamento de imagem e texto na obra de Chartier, exterioriza a apresentação de autores, personagens oriundos de enredos de ficção,

reproduções parciais de obras literárias, gravuras que visam apresentar determinados lugares, eventos, objetos ou pessoas (relacionadas às dinâmicas de produção de livros e demais objetos escritos), entre outros possíveis motivos iconográficos. Por via de regra, este conjunto diverso de imagens tem como propósito representar práticas letradas dos séculos XVI ao XVIII.

Ao tomar nota deste acréscimo de imagens, parece-nos oportuno preconizar definições de caráter teórico e metodológico, subscritos tanto no discurso, como na prática de pesquisa empreendida por Chartier. Filtrando tais definições de modo a favorecer os objetivos de pesquisa aqui definidos, tenderemos a priorizar a relação da iconografia com o conceito de representação. A sintonia entre ambas foi sinalizada em um encontro programado entre Chartier e outros profissionais da área. Na conversa houve a constatação de que

Muitos historiadores que decidiram trabalhar com uma definição complexa do conceito de representação fizeram uso de representações iconográficas. Em cada momento da história do uso o da definição deste conceito encontramos a iconografia e por várias razões. A primeira radica na dupla dimensão da representação na qual a obra de arte é um exemplo espectacular. A obra tem uma dimensão transitiva porque representa algo: um indivíduo através do retrato, uma paisagem, um fato histórico. [...] Ao mesmo tempo a obra tem uma dimensão reflexiva já se dá como representando algo. A fórmula de Magrite “Ceci n’est pas une pipe” designa agudamente esta dimensão reflexiva da representação que no século XX se transforma em algo consciente. A imagem é como un laboratório para analisar o entrecruzamiento entre as duas dimensões da representação ¹⁴⁴.

Com base no registro, poderíamos averiguar o que Chartier entende por uma “definição complexa do conceito de representação” e tão logo decifraríamos o seu contrário: uma definição não complexa da noção em estudo. Em retrospecto, poder-se-ia acessar a própria natureza da noção, tal como é instrumentalizada na obra de Chartier. Contudo, não há como falar de uma única natureza (no sentido singular), se já foi antecipada a multiplicidade em que se inscreve os usos da noção de representação. Além do mais, não nos parece ser conveniente polarizar a discussão entre o complexo e

¹⁴⁴ CHARTIER, Roger. Conversar con Chartier. *História, antropologia y fuentes orales*. Barcelona, V. 2. N. 38. pp. 54-5, 2007.

não complexo, especialmente se o último termo gerar interpretações de uma teorização insuficiente, simples ou mesmo rudimentar.

Distanciar-se de tal dicotomia permite esmiuçar de outro modo o conteúdo da mesma citação. Para começar, pode-se elucidar a sintonia deste pequeno texto com os prescritos teóricos de Louis Marin. Não apenas por envolver história e iconografia, em caráter especial, por conduzir o encontro entre ambas no âmbito das representações, promovendo ênfase às dimensões transitiva e reflexiva – à transparência e a opacidade de uma obra de arte, que tanto pode apresentar-se como um signo ou como significante.

Se de fato, as imagens são um *laboratório* para compreender as dimensões da representação, há pelo menos duas *fórmulas* para explicar a incorporação de recursos desta natureza na obra de Chartier. De um lado, seu emprego pode remeter à uma experiência, historicamente localizada, que traduz antes de tudo, um manejo empreendido pelos homens do Antigo Regime. De outro lado, explica a própria prática historiográfica executada por Chartier, na qual a imagem assume a função de fonte documental.

No primeiro exercício, o acréscimo de imagens exerceu um papel de facilitador, podendo intervir na compreensão daqueles que não possuíam domínio sobre a leitura. Chartier deseja confirmar esta hipótese em uma análise sobre as apropriações das artes de morrer (*Ars moriendi*), que almejavam publicizar uma visão cristã sobre a boa morte. Em sua opinião, “essas gravuras, com certeza infinitamente mais numerosas que aquelas que nos chegaram, constituíram uma *arma* maior para uma *pedagogia de massa*¹⁴⁵.” Dentro desta perspectiva, a eficácia da imagem pôde, inclusive, superar expectativas depositadas na mediação empreendida pela língua vulgar¹⁴⁶.

Concomitantemente, a inclusão de imagens, tornaria mais fácil a compreensão de textos, submetidos às dinâmicas da representação teatral:

As edições impressas das peças podiam utilizar diferentes dispositivos para reduzir a distância entre o palco e a página. Primeiramente, as gravuras que faziam parte dos frontispícios tinham uma dupla função. Mostrando o cenário e os costumes reais ou plausíveis, elas rememoravam as representações ou

¹⁴⁵ CHARTIER, Roger. Normas e condutas: artes de morrer (1450 – 1600). In: Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Unesp. 2004, p.138

¹⁴⁶ Ibidem. p. 163

ajudavam o leitor a imaginar alguns elementos da encenação. Através da representação de uma cena específica da peça, a gravura também ajudava a fixar seu sentido, como se aquele momento dramático sintetizasse toda a intriga em uma única imagem¹⁴⁷.

Bem sabemos que esta discussão contém um significado maior, que vai além do sentido desejado sobre um determinado texto. Em equilíbrio com as *estratégias* e *táticas* citadas por Certeau¹⁴⁸, Chartier tende a priorizar os sentidos diferenciados que são obtidos na prática de leitura. Contudo, o citado é considerado suficiente, ao menos, para estimar-se o conhecimento prévio diante deste uso historicamente localizado. E além disto, para ilustrar a hipótese de que estas imagens foram pensadas como veículos hábeis para difusão de representações no mundo social.

Como e quando Chartier lida com esse arsenal de documentos em sua atividade profissional de pesquisa? Como mencionado, o uso de imagens visa decifrar representações dos modos de ler e demais práticas letradas entre os séculos XVI e XVIII. A título de exemplo, veremos ocasiões em que o mesmo cita pinturas de Jean-Honoré Fragonard (1732 - 1806), Étienne Jaurat, (1699 - 1789) e Pierre Antoine Baudouin (1723 - 1769), elaborando-se a conclusão de que “uma primeira representação, predominante, é aquela que mostra a leitura como ato por excelência do foro privado, da intimidade subtraída ao público, do isolamento intenso, afetivo intelectual ou espiritual”¹⁴⁹.

As orientações metodológicas traçadas por Chartier, tendem a tornar as imagens testemunhos, habilitados a comprovar determinadas práticas de leitura, usuais entre os séculos XVII e XVIII:

Aqui, a novidade da obra certamente excita a curiosidade, e as leituras em família ou em público tem por afim aplacar os entusiasmos. Entretanto, outros *testemunhos confirmam a prática perpetuada da leitura de sociedade. Como prova, o quadro de Jean-François de Troy, datado de 1728, intitulado, A leitura de Molière. Num salão dois homens e cinco mulheres ouvem Molière, lido por um dos homens. As mulheres, em trajes domésticos, estão*

¹⁴⁷ CHARTIER, Roger. Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002. p. 54

¹⁴⁸ CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁴⁹ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. As práticas urbanas do impresso (1660 – 1780). In: Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Unesp, 2004, p.214

confortavelmente instaladas em assentos do tipo marquesas e uma delas se debruça e direção ao leitor para ver o texto lido¹⁵⁰.

Parecer semelhante foi direcionado ao quadro de G. Dou (*La leçon de la Bible, ou Anne et Tobias*, 1645). Segundo Chartier, o cenário desta pintura fornece-nos "uma representação ideal, ao mesmo tempo realidade captada e exemplo proposto"¹⁵¹. Convém acrescentar que a mesma expressão ("representação ideal") re-aparece entre os escritos de Chartier em *A aventura do livro do leitor ao navegador*. Em ambas as passagens, o "ideal" é diferente do idealizado, pois sugere a confirmação de uma prática concreta. Neste caso, a afirmativa é fundada no quadro de Henri Valkenberg (*Dimanche après-midi dans l'arrière pays*), o qual apresentaria "uma representação ideal da leitura bíblica. Frente a frente, o pai de família, que reuniu em torno de si todos os parentes e o pastor que explica o texto sagrado"¹⁵².

Manejados de forma complementar, texto e imagem são articulados na intenção de prova proposta por Chartier. Assim acontece com *A leitura de Moliere* (1728), que foi antecipada por uma série de correspondências datadas de 1728 a 1733 e com a tela pintada por G. Dou, cuja reprodução constituiu-se com o acréscimo de descrições escritas. Nos demais casos em que a obra não é reproduzida no corpo do texto, o quadro referenciado é então *pintado com palavras*¹⁵³. E em qualquer uma dessas situações, a representação veiculada é tornada um fato e as telas um espelho, que reflete práticas empreendidas no passado.

Para além desta realidade pintada pelo testemunho de artistas que viveram no Antigo Regime, há no próprio discurso de Chartier, a apresentação de técnicas que orientam o uso de imagens na escrita da história. Fala-se da união proposta entre duas abordagens: "una sociología de la producción de la recepción" e "un comentario estético e intelectual de las obras". A metodologia assim visada investe nas

¹⁵⁰ Ibidem. p. 226. (Grifo meu).

¹⁵¹ CHARTIER, Roger. Práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger (Orgs.) *Historia da vida privada 3: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Cia. das letras, 1991. p. 122

¹⁵² CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998 139

¹⁵³ Para usar a expressão de Louis Marin cunhada em *Des Pouvoris de l'image*,

condições de possibilidade, seja sociais (de onde se pinta e para quem se pinta), ou técnicas (tal como os códigos e convenções que regem a percepção e apreciação das obras [...]). E, finalmente, se propõe assim a possibilidade de entender o sentido que os criadores ou os espectadores frente aos quadros, deram às obras¹⁵⁴.

Vale lembrar a familiaridade de Chartier com um tipo de investigação similar, que presa pela identificação dos personagens envolvidos nas dinâmicas de produção dos textos, pela materialidade dos objetos escritos e pelas tensões existentes entre os sentidos desejados pelos autores e as apropriações diferenciadas empreendidas no ato da leitura. Ainda que sejam evidentes as dificuldades de alcance da recepção e do *consumo* de um objeto cultural (para usar o termo de Michel de Certeau), Chartier insiste nestas apropriações diferenciadas, constituídas sobre uma determinada obra, seja ela impressa ou manuscrita.

Ao que tudo indica, semelhante perspectiva seria válida para a análise de uma obra pintada. Contudo, como nem sempre o discurso ultrapassa o campo da linguagem, nem sempre Chartier esmiuça, nesses níveis, as imagens que dispõem em suas pesquisas.

3.2 Sobre a *energia* das representações literárias e a autonomia das representações no mundo social

Estudos recentes¹⁵⁵ demarcam a aproximação de Chartier com a noção de “energia social” elaborada pelo crítico literário Stephen Greenblatt¹⁵⁶. O termo *energia* sugere uma força que emerge da narrativa literária, pondo em destaque tanto o perfil particular de personagens, quanto o modo envolvente como são narrados os eventos no

¹⁵⁴ CHARTIER, Roger. Op. Cit. 2007. p. 56

¹⁵⁵ CHARTIER, Roger. O passado no presente. Ficção, história e memória. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Orgs). Roger Chartier. A força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011; CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autentica, 2009.

¹⁵⁶ GREENBLATT, Stephen. *Shakespeare Negotiations*. The circulation of Social Energy in Renaissance England. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1998.

interior de seu enredo. Para Chartier, tal noção ajuda a compreender “a capacidade das obras de transformar as percepções e as experiências de seus leitores ou espectadores”¹⁵⁷. Assim entendida, a *energia social* passa a figurar em seus escritos na passagem para os anos 2000; não por acaso, em um momento no qual suas reflexões inclinam-se para o estudo de textos do gênero literário e da dramaturgia.

Greenblatt é um estudioso da obra de Shakespeare e ainda que devêssemos considerar a existência de outros fatores, a afinidade pelos escritos de Shakespeare é, muito provavelmente, o principal alicerce da apropriação realizada por Chartier. Para confirmação da hipótese, basta notar que em 100% das referências ao termo, Chartier cita o livro *Shakespeare Negotiations. The circulation of Social Energy in Renaissance England*, escrito por Greenblatt no final da década de 1990. De lado oposto, o comentário de Greenblatt sobre o livro *A mão do autor e a mente do editor*, igualmente faz alusão ao cânone inglês:

Estes brilhantes ensaios, escritos pelo mais famoso historiador do livro no mundo, constituem um guia essencial para o labirinto textual em que nos encontramos, um labirinto desconcertante no qual manuscritos, livros impressos e mídia digital competem atenção. Observando com percepção e erudição singulares os textos do início da Idade Moderna – acima de tudo, obras de Shakespeare e Cervantes – Chartier nos possibilita entender não só os vestígios escritos que foram deixados pelo passado, mas também todos os vestígios que deixaremos para o futuro¹⁵⁸.

O apreço de Chartier pela obra de Shakespeare foi confirmado em uma série de publicações e o mesmo pode ser dito em relação à obra do escritor espanhol Miguel de Cervantes. Estes dois clássicos da literatura europeia foram amarrados por Chartier em: *Cardenio entre Cervantes e Shakespeare: a história de uma peça perdida*¹⁵⁹

Com a incorporação de obras literárias em seus estudos, Chartier atenta para (1) a circulação de representações literárias no cotidiano social do Antigo Regime e (2) para

¹⁵⁷ CHARTIER, Roger. O passado no presente. Cit. 2011. p. 96

¹⁵⁸ GREENBLATT, Stephen. In: CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Unesp: São Paulo, 2004.

¹⁵⁹ O encontro entre ambos se dá na análise dos processos de adaptação e representação da história de *Cardenio*, um personagem do livro *Dom Quixote*, publicado em 1605 na Espanha. Transformado em peça teatral, *Cardenio*, foi apresentada em diferentes ocasiões na Inglaterra e sua autoria foi atribuída à Shakespeare.

o registro de contextos e eventos históricos no enredo de comédias, romances e demais gêneros publicados na época.

O exaustivo estudo realizado sobre as edições publicadas da obra *Dom Quixote* apresenta numerosos exemplos de ambas as proposições. A energia das representações literárias poderá ser medida, por exemplo, na recepção do livro que narra as aventuras do cavaleiro errante, cuja primeira edição foi concluída no início do século XVII. Esta recepção, que é fundada em documentação de época, apresenta indícios de uma figuração de *Dom Quixote* e seu fiel escudeiro *Sancho Pança*, no cotidiano social do Antigo Regime. Em um primeiro sentido, o perfil dos personagens inspira a configuração de adjetivos que designariam pessoas com temperamento similares aos seus:

“Quixote” torna-se o nome comum para designar indivíduos da época, tão loucos ou desrazoáveis quanto o cavaleiro errante. O primeiro emprego da palavra nesse sentido recenseado pelo *Oxford English Dictionary* encontra-se em 1644 em John Cleveland, um partidário do rei, que designa assim os autores dos inumeráveis panfletos favoráveis ao Parlamento em seu *Character of a London-Diurnal*. Para ele [...] os Quixotes desta época avançam contra moinhos de vento de suas próprias cabeças, subjugam monstros de sua própria criação, tratam complôs que em seguida revelam¹⁶⁰.

Concomitantemente, vê-se a afirmativa de que Dom Quixote e Sancho saíram das páginas do livro que os criou, para então figurar em eventos e ocasiões festivas de época:

Logo cedo, igualmente, dom Quixote e seus companheiros *saem* das páginas do livro que conta suas aventuras e aparecem nas diversões da corte e mascaradas populares¹⁶¹.

Tal como na Espanha e na América, dom Quixote e Sancho *saem muito rapidamente das páginas dos livros* que, em castelhano ou em francês, contam suas histórias. Eles estão presentes nos balés e nas mascaradas da corte¹⁶².

Poderíamos seguir a escrita desta dissertação citando outras passagens que almejam marcar a recepção da obra de Miguel de Cervantes e a subsequente entrada de

¹⁶⁰ CHARTIER, Roger. Cardenio entre Cervantes e Shakespeare. A história de uma peça perdida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p.144.

¹⁶¹ Ibidem, p.61. Grifo meu.

¹⁶² Ibidem, p. 85-4.

Dom Quixote e Sancho Pança no mundo “real”¹⁶³. Contudo, nossa intenção aqui não é comprovar as teses edificadas por Chartier e, sim, sinalizar de que modo são organizadas as representações em sua obra. Visto a necessidade desta distinção, diremos novamente, que as representações (inclusive aquelas de natureza literária), são fundadas em um exercício criterioso, que articula fontes literárias com um arsenal diverso de registros documentais. Estas representações, como já foi afirmado em mais de uma ocasião, designam um objetivo comum: o entendimento de práticas letradas, em um espaço determinado (a Europa), durante um recorte de tempo específico (o Antigo Regime).

Atendendo a segunda demanda investigativa de Chartier, notam-se como os registros do real são evidenciados na construção narrativa de Cervantes. Estes registros remontam práticas específicas do período em que ele viveu e escreveu. Segundo Chartier, “Cervantes retoma três temas clássicos de seu tempo. Primeiro, uma referência divertida ao sucesso dos poemas de Ariosto”¹⁶⁴, seguida de entradas que problematizam o efeito produzido “pelas traduções triviais”¹⁶⁵ e “a utilidade das traduções”¹⁶⁶. As aventuras de Dom Quixote, descrevem de forma simultânea, “práticas da impressão e da livraria. Interrogando o tradutor, Dom Quixote lembra as duas maneiras de publicar um livro, na Espanha do Século de Ouro e na Europa moderna”¹⁶⁷: pela a impressão por conta do autor ou por meio da venda do privilegio à algum livreiro.

E isto não é tudo, a realidade contida no interior das narrativas literárias explicaria, por exemplo, a alta circulação de obras que representam a literatura da malandragem, justamente num período em que crescia o número de moradores de rua na

¹⁶³ Para finalizar, apresentamos uma última notificação: “Em 10 de junho de 1605, durante a festa que celebra em Valladolid o nascimento do príncipe herdeiro, o nobre português Thomé Pinheiro da Veiga descreve um de seus compatriotas, Jorge de Lima Barreto como se fosse um “Don Quixóte”, cavalgando ‘hum pobre quartão ruço com uma matadura no fio do lombo, das garniões do coche, e huma cella de cocheiro [...]’. CHARTIER, Roger. Materialidade dos textos. Dom Quixote entre livros, festas e cenários. In: ROCHA, João Cezar de Castro. Roger Chartier a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011. p.188.

¹⁶⁴ “Sei um pouco de toscano e gabo-me de cantar algumas estâncias de Ariosto, declara Dom Quixote”. CHARTIER, Roger. Inscrever e apagar: São Paulo: Ed. da UNESP, 2007. p. 101

¹⁶⁵ Ibidem, p. 102.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 103.

Paris do século XVIII¹⁶⁸. Ao analisar a relação entre “realidade social” e “representações estéticas”, Chartier conclui com segurança que

Se é verdadeiro que as obras estéticas não são jamais meros documentos do passado, é verdadeiro também que, a seu modo, entre verdades e deboches, elas organizam as experiências compartilhadas ou singulares que constroem o que podemos considerar como real¹⁶⁹.

Vale lembrar que a alcunha de “pós moderno” que lhe foi conferida nos anos 1990, foi justificada por relacionar em um mesmo enunciado “realidade” e “representação”¹⁷⁰. Contudo, antes de repetir as conclusões construídas outrora, parece-nos oportuno ampliar o quadro de leituras sobre a obra de Chartier. Para começar, pode-se buscar a definição de real, articulada em seus escritos nos últimos anos. Seguindo Michel Foucault, o mesmo dirá que o real compreende não apenas aquilo que pode ser tocado ou objetivado. Uma definição ampla do termo incluirá “un tipo de racionalidad, una forma de pensar, un programa, una técnica, un conjunto de esfuerzos racionales y coordinados, de objetivos definidos y perseguidos, de instrumentos para conseguirlos¹⁷¹. Assim sendo, a realidade das representações é descrita a partir da “força social das percepções do mundo social”, já que “elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram”¹⁷².

Aproximando aqui as noções de *representação e energia social*, diremos que ambas possuem função complementar. Já que, segundo Chartier, enquanto uma é capaz de persuadir e convencer “leitores e espectadores” e a outra ajuda “a compreender como algumas obras literárias moldaram, mais poderosamente que os escritos dos historiadores, as representações do passado”¹⁷³.

¹⁶⁸ CHARTIER, Roger. A construção estética da realidade - vagabundos e pícaros na idade moderna. Rio de Janeiro, *Tempo*, vol. 9, n. 17, pp. 1-19, 2004.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 19

¹⁷⁰ Ler: Ciro Flamarion Cardoso e Jurandir Malerba nos anos 2000. CARDOSO, Ciro Flamarion. MALERBA, Jurandir (Orgs). Representações, contribuições para um debate transdisciplinar.

¹⁷¹ CHARTIER, Roger. Representación de la práctica, práctica de la representación. *História, Antopología y fentes orales*. V.2, n.38, 2007. p. 29.

¹⁷² ROCHA. Op. Cit. 2011. p. 26

¹⁷³ CHARTIER, Roger. Op. Cit. 2009, p. 25.

Embora não sejam diretamente articuladas em seus escritos, tanto uma como a outra são caras à Chartier, reforçando interpretações que o colocam ao lado de “céticos”. Mas, antes de qualquer conclusão, deve-se elucidar o contexto em que estas afirmativas estão inseridas na obra de Chartier. Os trechos citados acima constituem parte de uma discussão maior, em que Chartier sempre assume um compromisso inabalável com a historiografia. É bem verdade que o mesmo questiona a ingênua ideia de que as representações do passado estão sob o domínio dos historiadores. No entanto, confirma que diferente de outras narrativas, o discurso histórico possui um compromisso com procedimentos controlados (ou *operações*, de acordo com a terminologia de Michel de Certeau), capazes de garantir a “representação e explicação *adequadas* da realidade que foi”¹⁷⁴. Dentro desta perspectiva ambivalente – que ao mesmo tempo reconhece o potencial dos textos literários sem, no entanto, abandonar a intenção de verdade do discurso histórico – ecoa, sem sombra de dúvidas, a fidelidade deste historiador com seu campo profissional de pesquisa.

Tal fidelidade é, metodologicamente, fundada em uma numerosa gama de fontes e registros documentais (são eles inventários, catálogos de bibliotecas públicas e privadas, livros de conta, correspondências etc.). Além disso, quando submetida à análise, a obra literária não é considerada dentro de sua existência isolada e, tão pouco, funda-se em análises puramente linguísticas. A conduta seguida é guiada pela sociologia da existência de cada objeto escrito, a qual amplia a definição de autoria e traz à cena os personagens participantes do processo de criação e edição dos textos, as circunstâncias em que o mesmo foi produzido, de que modo ocorreu sua circulação, por quem foi apropriado, e etc.

Sendo assim, por mais que mencionamos em alguns momentos de nossa escrita uma “nova guinada”, inaugurada a partir dos estudos dos textos literários, não se trata de uma abordagem totalmente *nova*. Especialmente porque, Chartier não abandona questões teórico-metodológicas empreendidas em muitas pesquisas publicadas anteriormente. A *sociologia dos textos*, apropriada de D. F. Mc. Kenzie, a própria noção de apropriação, conforme apresentada por Michel de Certeau no livro *A Invenção do cotidiano* e, certamente a noção de representação (nosso objeto de estudo nesta pesquisa

¹⁷⁴ Ibidem.

de mestrado) são todos recursos conhecidos de suas pesquisas e devem ser reconhecidos por um leitor atento à obra de Chartier.

3.3. Roger Chartier e a dimensão política da noção de representação

Teses gerais que condensam a história da historiografia prescrevem que as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa (1989) impulsionaram um *retorno* à história política¹⁷⁵. Esse movimento acompanharia uma conjuntura de transformações internas da disciplina, que permitiram em equivalente, o crescente entusiasmo pela noção de representação. Nota-se que a história política e a história das representações compartilham um mesmo período histórico, e não por acaso a esfera política vem desenvolvendo um campo fértil para a estruturação de um debate centrado na noção de representação.

É referencial notar que o artigo *O mundo como representação* (1989) foi elaborado justamente nesse período histórico: no findar do século XX, junto à queda do muro de Berlim e do enfraquecimento da bipolarização político-econômica do globo, marcada pelo período da Guerra Fria. Contudo, a sucessão destes eventos será suficiente para propor um cruzamento efetivo entre representação e política nas pesquisas de Chartier?

Encontraremos nos escritos de Chartier, indícios que aproximam ambas as linhas de investigação. A representação política ali mencionada, pretende justificar (por essa e outras vias), o uso historiográfico da noção, vinculando-a à práticas coletivas e individuais dos homens do Antigo Regime. Para sua definição é estabelecido um diálogo com Ernest Kantorowicz e Louis Marin, demarcando o acesso à “teoria do signo do pensamento clássico, elaborada em sua maior complexidade pelos lógicos de Port Royal”¹⁷⁶.

¹⁷⁵ REMOND, Rene (Org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: 1996.

¹⁷⁶ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.5 n.11 Jan./Apr. 1991

Na espreita de Marin, são citadas definições antigas, encontradas no *Dictionaire de Furètiere* publicado em 1690, exaltado-se dois sentidos do termo. De um lado,

Representar, no sentido político e jurídico, é também “ocupar o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade”. Dali surge a dupla definição dos representantes: “aquele que representa numa função pública, representa uma pessoa ausente que lá deveria estar”, e “aqueles que são chamados a uma sucessão estando no lugar da pessoa de quem tem o direito”¹⁷⁷.

Tais definições sistematizam a realização de funerais reais, estudados por Ernest Kantorowicz e sua teoria dos *dois corpos do rei*¹⁷⁸. A teorização de Kantorowicz explica que o monarca do Antigo Regime possuía, ao mesmo tempo, um corpo político (que nunca morre) e um corpo natural (que padece em vida). A morte do corpo natural do rei é marcada pela realização de um rito funeral, que por sua vez, anunciaria a transmissão da *dignidade real*, do poder político (que é imortal), ao sucessor do rei morto:

o rei nunca morre, e sua Morte natural não é chamada em nossa Lei (como disse Harper) a Morte do Rei, mas a Transmissão do Rei, sem que a Palavra (Transmissão) signifique que o Corpo político do Rei está morto, mas que há uma Separação dos dois Corpos, e que o corpo político é transferido e transmitido do corpo natural agora morto, ou agora removido da Dignidade real, para outro corpo natural ¹⁷⁹

A teoria dois corpos do rei ajuda a compreender uma prática histórica usual entre os séculos XV e XVII na Inglaterra e na França, na qual o corpo do rei morto é substituído por uma efígie, escultura de madeira ou de cera – o que demarca a representação de um corpo ausente, figurada por meio de um objeto visível. Há, nesta ritualística, uma distinção “radical entre o representado ausente e o objeto que faz ele presente e nos permite conhecê-lo”¹⁸⁰. Em outras palavras, a representação, não será, em nenhum de seus níveis, a coisa ali representada, seja ela um conceito, objeto ou pessoa.

¹⁷⁷ CHARTIER, Roger. Poderes e limites da representação. Marin, o discurso e a imagem. In: À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 165-6.

¹⁷⁸ KANTOROWICZ, Ernest. *Os dois corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 25.

¹⁸⁰ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

Temos acesso à essa discussão na obra de Chartier, contudo, a menção ao político não ocupa grandes proporções no montante de suas pesquisas. Quando o mesmo a faz, a intenção não é propor uma discussão sobre política propriamente, mas sim para apresentar definições antigas da noção de representação ou para acessar práticas letradas no Antigo Regime.

Veremos abaixo maiores desdobramentos de representações políticas, inscritas nestas práticas letradas, usuais no Antigo Regime.

3.4 Da corte ao campo: usos históricos, esboços gerais da representação

Nas investigações de Chartier acerca das práticas letradas usuais no Antigo Regime, notaremos a constituição de representações de homens e mulheres, inscritos em conjunturas socioculturais particulares: reis e rainhas, homens do campo e da cidade, personagens de obras literárias (entre eles, Dom Quixote e Cardenio), autores (como Shakespeare, Cervantes e Molière), além de um grupo diverso de indivíduos com papéis de destaque na produção e circulação de livros nos séculos XVI ao XVIII: livreiros editores (as), contrabandistas de edições piratas, patronos, leitores e leitoras de diferentes segmentos sociais.

Há de fato, como explicar a apresentação destes personagens, levando em conta tanto sua diversidade, como a simetria que os amarra em um mesmo arranjo textual. A diversidade de que falamos, varia de acordo com a mobilização de fontes documentais e diretrizes temáticas, enquanto sua simetria é ditada por definições comuns de um campo de estudo, que atualmente é o de Chartier.

Em um prisma de maior abrangência, veremos que estas representações não visam a construção de perfis homogêneos, nem elegem como protagonista algum ator social, “classe” ou setor da sociedade. Em resumo, as práticas culturais desses personagens nunca serão explicadas somente pelo pertencimento imediato à alguma camada social ou pela atividade profissional que se exerce. Sem sombra de dúvidas, este

posicionamento reflete um projeto intelectual, edificado ao longo das últimas décadas: uma história cultural, que almeja distanciar-se de reduções oriundas da pura quantificação e que possui como ponto de partida práticas diferenciadas, que governaram a produção e recepção plural do escrito no Antigo Regime.

Sabe-se, no entanto, que este distanciamento tomado em relação ao quantitativo não exime a inclusão de números e conjunturas econômicas afins do projeto intelectual empreendido por Chartier. A validade deste preceito poderá ser verificada em uma passagem do livro *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, durante a descrição de regras gerais que explicam a posse de livros entre os séculos XVI ao XVIII. Na ocasião, Chartier enfatiza a existência de

duas regras que suportam apenas poucas exceções: quanto mais a fortuna média de uma categoria social é elevada, maior é a porcentagem de seus membros possuidores de livros; dentro de uma mesma categoria, a proporção dos proprietários de livros cresce com a elevação dos níveis de fortuna [...]. A condição e a fortuna determinam também o número de livros possuídos¹⁸¹.

Todavia, a posse ou contagem de livros pouco revelaria sobre seus usos plurais, os modos de ler e de manipular toda a gama de textos impressos e manuscritos em circulação no Antigo Regime. Por esse motivo, toda história, inclusive a mais econômica deve ser acessada por meios dos desvios culturais. Mesmo porque, a menor incidência de livros na casa de indivíduos pertencentes às camadas menos abastadas não vedou-lhes o acesso ao escrito. O mesmo poderá ser dito àqueles analfabetos ou semi analfabetos.

A partir de uma perspectiva abrangente, a circulação do escrito seria facilitada pela criação dos catálogos da biblioteca azul (*Bibliothèque Bleue*), produzidos com material de qualidade inferior (o que reduzia seu valor, aumentando as possibilidades de aquisição no meio popular); pela leitura em voz alta, mediada à pessoas impossibilitadas de ler; pela criação de bibliotecas públicas, salões e gabinetes de leitura onde um leitor teria a posse temporária de um livro; pela inclusão de imagens no corpo de um texto, que poderia facilitar, em grande medida a compreensão de um texto, pela circulação de textos efêmeros (em panfletos e cartazes) e, por fim, pela apresentação de peças teatrais,

¹⁸¹ CHARTIER, Roger. Op. Cit. 2004 p. 178.

em que o texto escrito foi narrado e representado oralmente, com auxílio de recursos sonoros, indumentária entre outros possíveis meios.

Além disso, em seu itinerário de pesquisa, Chartier costuma questionar as categorias *popular* e *erudito*¹⁸², visto que um mesmo livro poderia circular em diferentes camadas sociais. Por esse motivo, não fará sentido trabalharmos as representações desses sujeitos sociais a partir das categorias sociais que estes pertencem (designando-os simplesmente de nobres ou pobres, o que daria margem a outros dualismos: alfabetizados e analfabetos, possuidores e não possuidores de livros). Iremos ao contrário, propor definições gerais da noção de representação, tomando como referência experiências aleatórias, documentadas nos escritos de Chartier.

Estas representações aparecem nas pesquisas de Chartier intermediadas pela pesquisa documental realizadas em publicações de época. O mesmo pode ser dito em relação às definições do conceito, fundada em dicionários antigos, usais no Antigo Regime. Esta conceituação articula dois sentidos que aqui já foram citados: o primeiro deles demarca a ausência de algo ou alguém e em seu lugar, um objeto, símbolo ou pessoa representando-o¹⁸³. O segundo, exterioriza a possibilidade da auto representação, na qual não se supõe como pré-requisito a ausência de algo ou alguém. Conforme é descrito no *Dictionnaire universel de Furetière*, a representação nestes termos “é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou pessoa”¹⁸⁴. Para aqueles capazes de auto representarem-se, seja jurídica ou politicamente, dizia-se que possuíam boa presença, uma boa representação (um homem de boa presença).

Seguindo Marin, Chartier torna o *Dictionnaire universel de Furetière* uma fonte em potencial de pesquisa e a dupla significação ali inscrita, demonstrará o manuseio da noção de representação pelos personagens que aparecem em sua pesquisa documental. Vê-se assim, que representação será considerada um instrumento essencial de análise tanto para a história, como para a historiografia do Antigo Regime. Destarte, em nossa leitura contemporânea, veremos que sua *pertinência operatória* já foi posta em dúvida

¹⁸² CHARTIER, Roger. Cultura Popular, revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995, p. 179-192.

¹⁸³ CHARTIER, Op. Cit. 1991, p. 74: “A relação de representação, [é] assim entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pelo outro”.

¹⁸⁴ Idem.

em copiosas ocasiões. Angelo Torre, por exemplo, afirmou que nas pesquisas de Chartier, as representações sufocam as práticas e a própria realidade¹⁸⁵.

Em resposta ao historiador italiano Angelo Torre¹⁸⁶ (à começar pelo título em que ela é disposta: *Representación de la práctica, práctica de la representación*), Chartier tentará expor a reciprocidade estabelecida entre práticas culturais e suas representações no mundo social, entendendo cada qual numa perspectiva de realidade correspondente. No construto de sua defesa, o mesmo dirá que “ditas prácticas no son, pues, ni subsumidas ni absorbidas por las representaciones que las designan”; e tanto mais, irá questionar a “idea bastante reductiva de lo real” compartilhada por Torre, já em que sua compreensão, o real não é explicado apenas por situações concretas.

Este debate parece-nos pertinente, não apenas por trazer à tona a afronta, travada entre representantes da história cultural e da história social; mas por demonstrar que Chartier não abre mão dos usos da noção de representação, mesmo após o surgimento de críticas mordazes, como as de Torre. E ademais, é no mínimo curioso, perceber como um conceito empregado para o entendimento de lutas simbólicas entre grupos sociais no Antigo Regime é, ao mesmo tempo, vetor de competições contemporâneas, travadas no interior de nossa disciplina.

É importante notar que a defesa de Chartier corresponde tanto ao uso histórico, como ao uso historiográfico da noção de representação. Basta, portanto, entender de que modo ambos convergem-se em seus escritos: se por um lado, o mesmo defende sua pertinência operatória na escrita da história, por superar a abordagem conceitual das mentalidades, por outro, a noção torna-se válida, pois, foi também “um dos conceitos centrais nessas próprias sociedades”¹⁸⁷:

a noção de representação pode ser construída a partir de acepções antigas. Ela é um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens do Antigo Regime, quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo.

¹⁸⁵ TORRE, Angelo. Recorridos de la práctica. *História, Antopología y fentes orales*. Barcelona, V.2, n.38, 2007. pp. 23-28. Conforme Torre, “Pese a esta apertura metodológica, la relación entre prácticas e representaciones estaba desequilibrada a favor de las segundas [...]. La supremacia das representaciones debia acentuarse cada vez más haciendo superfluo el estudio del mundo real”.

¹⁸⁶ CHARTIER, Roger. *Representación de la práctica, práctica de la representación*. *História, Antopología y fentes orales*. V.2, n.38, 2007. pp. 29-34.

¹⁸⁷ Idem.

Há aí uma primeira e boa razão para fazer dessa noção a pedra angular de uma abordagem a nível da história cultural¹⁸⁸.

Confirma-se, assim, que este uso historicamente localizado é quem garante a eficácia do uso historiográfico da noção na história cultural. Posicionamento semelhante poderá ser encontrado no livro *À beira da falésia*:

Para o historiador das sociedades do Antigo Regime, construir a noção de representação como instrumento essencial de análise cultural é investir de uma pertinência operatória um dos conceitos centrais nessas próprias sociedades. A operação de conhecimento é assim relacionada à aparelhagem nocional que os contemporâneos utilizavam para tornar sua própria sociedade menos opaca a seu entendimento¹⁸⁹.

Em outras palavras, o conceito de representação torna-se um meio de traduzir a experiência e práticas socioculturais dos personagens em estudo; e ao mesmo tempo, permite ao historiador que analisa essas experiências, o entendimento sobre o modo como estas sociedades compreendiam e hierarquizavam o mundo social; e por assim dizer, a própria realidade social.

Duas razões típicas das sociedades do Antigo Regime obrigam a considerar que as representações (mentais, literárias, iconográficas, etc.) participam plenamente da própria construção de sua “realidade”. Por um lado, o retrocesso do recurso à violência, que caracteriza as sociedades ocidentais entre a Idade Média e o século XVIII (e que resulta na tendência ao confisco, por parte do Estado, do monopólio sobre o emprego legítimo da força), faz com que os enfrentamentos, baseados nos confrontos diretos e brutais, cedam cada vez mais lugar às lutas, que têm como armas e objetos as designações e as representações (de si próprio ou dos outros). Por outro, nestas sociedades, a identidade de um grupo depende da aceitação ou da rejeição – por parte das autoridades ou dos grupos dominantes – das representações que faz de si mesmo, ou seja, sua existência social. É neste sentido que as representações do mundo social “produzem” a realidade deste mundo. Infelizmente, durante muito tempo, a história social esqueceu esta lição

Como bem se vê, há em sua concepção, uma conjuntura de eventos históricos que sustentam o uso da noção; daí novamente encontraremos uma ligação das ideias de Chartier com o pensamento de Norbert Elias, visto a afirmação de que o remodelamento

¹⁸⁸ CHARTIER, Op. Cit. 1990, p. 23

¹⁸⁹ CHARTIER, Op. Cit. 2002, pp. 73-4

do uso da força física concederiam maior importância ao conceito de representação no Antigo Regime. E além do mencionado monopólio da violência por parte do Estado, os desdobramentos advindos do processo revolucionário francês – e a conjuntura desigual do processo – são também citados para ampliar a valia da noção em estudo:

foi o processo de exclusão que deu importância plena aos debates centrados no conceito de representação durante o século XVIII. Eliminado da esfera pública política por sua inadequação “literária, o povo necessitava fazer sentir sua presença de alguma maneira, “representado” por aqueles cuja vocação era serem seus mentores ou porta-vozes, e os quais expressavam pensamentos que o povo era incapaz de formular. Isto era ainda mais verdade uma vez que as várias linhas de discurso político que fundamentavam a esfera do poder público desenvolveram cada uma à sua maneira, uma teoria de representação.

a nova esfera pública definia um modo de representação alternativo que removia o conceito de qualquer estrutura institucional – monárquica, parlamentar ou administrativa – e que postulava a auto-evidência de uma unanimidade designada pela categoria “opinião-pública”, e finalmente representada pelos homens esclarecidos capazes de lhe dar voz.¹⁹⁰

Em *Origens culturais da Revolução Francesa*, são articulados a existência de um povo pouco polido e inculto, o qual é representado na *esfera pública* por homens “esclarecidos”. O povo, assim descrito, tem sua representação assinalada em dicionários de época, os quais instituem a distância entre o povo e o espaço público. O *Dictionnaire de Trévoux* (1771), faz uso do “o termo [povo] mais ou menos no mesmo sentido por oposição aos que são nobres, ricos ou ‘esclarecidos’”. Seguindo o mesmo preceito, a edição de 1790 do *Dictionnaire de Furetière* trabalhará com sinônimos de “ruim, versátil, vil, excessivo”, selando a conclusão geral de que “o povo dos dicionários não tem nada a ver com a coisa pública”¹⁹¹. O espaço público, entendido como um lugar de discussão sobre política, seria nestes termos, vedado à camadas populares.

Exclusão e delegação demarcam, portanto, uma das faces da noção de representação, tal como o próprio movimento revolucionário de 1789, que tinha como palavras de ordem a *igualdade, liberdade e fraternidade*, sem que estes direitos fossem

¹⁹⁰ CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 52-3.

¹⁹¹ CHARTIER, Roger. *Cultura política e popular*. In: *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 190

transmitidos à todas as esferas da sociedade. Os instrumentos que deram formas as representações nesse período circularam como armas e configuraram por exemplo, a imagem da rainha Maria Antonieta nos *libeles* pornográficos e panfletos revolucionários.

Na opinião de Chartier,

esses textos não visavam necessariamente fazer as pessoas acreditarem que a rainha de fato era como estava sendo retratada; na verdade tentavam justificar seus adversários na corte desqualificando-a. Leitores cientes das disputas entre as várias facções da corte compreendiam que o significado de tais textos não era literal, mas residia nos efeitos que tinham sobre a política da corte. Outros leitores, mais facilmente manipuláveis, poderiam acreditar que eram dirigidas a uma rainha descrita como governada por seus sentidos e infiel a seu dever. Dessa forma, todo um conjunto de temas era abordado (e amplificado após 1789 pelos panfletos revolucionários) associando, sem qualquer clemência, a imagem de uma rainha voraz e sanguinária com a figura de uma mulher lasciva e dissoluta¹⁹².

Sabemos que a veia hostil presente, nestas representações não foram direcionados de forma exclusiva à Maria Antonieta. Tanto o rei (na época Luís XVI) como a rainha, foram ilustrados nesse tipo de documentação, que questionava os excessos cometidos pela corte francesa e demonstravam a crise política do reinado de Luís XVI. Como prática comum à sua abordagem, Chartier direciona sua atenção não apenas à reprodução dessas imagens, mas aos modos diferenciados com que elas poderiam ter sido apropriadas, supondo a existência de “leitores cientes das disputas entre as várias facções da corte” e os “leitores mais facilmente manipuláveis”.

A mesma variação de sentido e possibilidade de transgressão poderá ser verificada nas representações que visam demarcar o poder do soberano:

É certo que as representações do poder soberano se instituíam em muitos dos textos e dos objetos que povoam o cotidiano da maioria. Pode-se pensar que são eles, melhor do que as séries de imagens mais convencionais ou do que os escritos de circunstâncias que modelam o amor dos povos pelos reis e cimentam a crença na autoridade dos príncipes [...]. Mas estará o povo votado a essa passiva submissão, a essa política por efeito, toda ela feita de obediência e de piedade filiais para com o rei protetor [...]?”¹⁹³

¹⁹² CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 140.

¹⁹³ CHARTIER, Cultura política e popular. Op. Cit. 1990, p. 198

Em *Cultura política e popular*, Chartier almeja identificar o fundamento político de ações que questionavam a autoridade do rei, na segunda metade do século XVIII. Contrariando a definição da época de que povo e política ocupavam lugares opostos, o mesmo atesta que “esta distância estabelecida em relação ao rei sagrado e taumaturgo atesta as fissuras que sacodem todo o edifício antigo do “fazer-criar” político”¹⁹⁴.

Toda essa conturbada conjuntura, que marca a passagem do Antigo Regime, poderá ser apropriada para demonstrar-se que as representações, inclusive aquelas de cunho político (que outrora designava um direito divino), não são invioláveis. A dinâmica representacional, funda-se em novas práticas, que por seu entorno, fundam novas representações.

A constituição dessas representações refletem interesses de grupos sociais, os quais arquitetam imagens de si e de grupos com interesses distantes dos seus. Além das representações que difamavam a família real francesa, veremos no mesmo período, a formulação de representações acerca dos camponeses que habitavam a França nas vésperas da Revolução. As interpretações expostas nos escritos de Chartier, tem sua origem resguardada em questionários¹⁹⁵, elaborados pelo abade Grégoire em 1790. Estes questionários foram destinadas à seus correspondentes: “homens com os quais ele mantinha amizade instruída, alguns de seus colegas da Assembléia Nacional, finalmente as Sociedades dos Amigos da Constituição filiados ao Clube dos Jacobinos”¹⁹⁶.

O documento citado, visava decifrar os modos de ler do povo camponês. Contudo, sua composição confirmaria estereótipos previamente instituídos no imaginário de seus correspondentes.

Na representação da vida camponesa ideal e mítica que circula amplamente na elite letrada, a leitura comunitária significa um mundo onde nada é escondido, onde o saber é fraternalmente compartilhado, onde o livro é reverenciado. Existe aqui uma espécie de figura invertida da leitura urbana, secreta, individual, desenvolta. Construindo implicitamente uma oposição entre a leitura silenciosa, urbana e notável, e a leitura em voz alta (para outros, mas também para si mesmo), popular e camponesa, as imagens e os

¹⁹⁴ Ibidem, p. 211.

¹⁹⁵ Questionário sobre *O patois e os costumes das gentes do campo*. CHARTIER, Roger. In: Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Unesp, 2004.

¹⁹⁶ Ibidem, 238

textos da segunda metade do século XVIII indicam o sonho de uma leitura da transparência, reunindo idades e condições em torno do livro decifrado¹⁹⁷.

Como vemos, estas impressões não resumem a vida camponesa e sim o cotidiano camponês comparado ao mundo urbano. Mas, apesar da comparação, há um distanciamento evidente entre o grupo social alvo e aqueles que arquitetam tal percepção. Neste caso, a imagem de camponeses é figurada por letrados, clérigos e magistrados que possuíam, pouca ou nenhuma relação com o cotidiano camponês em questão. Por ser fundada neste distanciamento, estas representações podem figurar estereótipos e idealizações não, necessariamente, condizentes com a experiência individual e coletiva desses personagens. Um exemplo desta idealização recai sobre o tipo de leitura que se atribui aos camponeses: uma leitura de vigília, a qual Chartier descarta a assiduidade:

Parece não haver dúvida de que a representação está afastada da realidade: na sociedade antiga, a vigília camponesa, quando existe, é antes de tudo o lugar do trabalho em comum, do conto e do canto, da dança e dos amores. Apesar dos esforços dos clérigos da reforma católica, o livro aqui não penetra e a leitura coletiva parece rara. Por certo o impresso circula amplamente nas campanhas francesas do século XVIII, mas isso não significa que ele seja maciçamente difundido por uma falta mediadora e noturna¹⁹⁸.

O levantamento organizado pelo Abade Gregoire desejava identificar não só os modos de ler do povo camponês, mas também o gênero literário tomado por eles: “Nessa representação, o livro do povo agrícola é antes de tudo religioso. Todas as respostas que mencionam livros, com exceção de três apenas [...], indicam a presença de obras piedosas ou de livros de igreja”¹⁹⁹. Estes documentos também intentavam saber com que frequência os leitores do campo liam (se é que liam), pensando os reflexos da revolução na consciência e nas superstições antigas.

Em conclusão, Chartier dirá que “os testemunhos reunidos por Grégoire demonstram como os letrados de província representavam, para si ou para outros, os

¹⁹⁷ CHARTIER, Roger. In: *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004. p. 221

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 256.

leitores camponeses, mas também, nessa mesma representação, que tem suas leis e motivos próprios e que traduz, trunca e transforma, quais eram algumas práticas populares do impresso²⁰⁰.

Não restarão dúvidas, portanto, que cada uma dessas representações (sejam elas contrárias ou favoráveis à monarquia, sobre o povo camponês ou urbano) dão visibilidade à circulação de objetos escritos no Antigo Regime e ao modo como os leitores se apropriam do crescente número de objetos escritos neste período. Para citar apenas mais um exemplo, poderemos trazer para a discussão as representações de viúvas de livreiros editores da cidade de Troyes, que só aparecem na documentação acessada por Chartier no momento em que passam a assumir a função exercida pelo cônjuge falecido: a edição e impressão de livros azuis.

Haviam em Troyes duas famílias rivais, responsáveis pela edição desse tipo de literatura, dita mais acessível à população geral pelo material inferior utilizado em sua impressão: em sua maioria folhas de coloração azul. Entre as viúvas mencionadas estão “Anne Havard, viúva de Jacques Oudot, [...] Jeanne Royer, viúva de Jean IV, [...] Elisabeth Guillemot, viúva de Pierre Garnier”²⁰¹. Em dado momento, a edição de livros deixou de ser exclusividade de Troyes, possibilitando a atuação de outras viúvas, em outras regiões da França: “em Lyon a Viúva Chaussard [...] e em Paris a Viúva Trepperel”²⁰².

A atuação destas viúvas foi atestada em documentos oficiais como o memorial redigido pelos almotacés da cidade, em 1760, no qual é citada a Viúva Oudot. De acordo com o documento:

se a tipografia da Viúva Oudot fosse suprimida, esse ramo de comércio da cidade de Troyes estaria logo seco e esgotado, a tipografia do senhor Garnier que trabalha em concorrência com a Viúva Oudot nesse gênero de obras não poderia jamais abastecer o comércio considerável que delas se faz todos os anos²⁰³.

Temos aí um testemunho que apresenta estas mulheres com sinônimo de autonomia, embora sua existência seja sempre associada à figura de um marido falecido, ausente em

²⁰⁰ Ibidem, p. 257-8.

²⁰¹ Ibidem, p. 279

²⁰² Ibidem, p. 266

²⁰³ Ibidem, p. 283.

carne e osso, porém com sua memória personificada pelo sobrenome carregado por filhos e esposas.

Percorrendo um amplo corpo documental, Chartier cruza experiências particulares de viúvas, camponeses e cortesãos à uma conjuntura de eventos históricos, que ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, moldaram os modos de se relacionar com os objetos escritos. “Da corte ao campo: usos histórico, esboços gerais da representação”; esse foi o subtítulo aqui empregado para propor entendimento à determinadas representações, tendo como pano de fundo o registro de personagens, inscritos no universo documental manipulado por Chartier. Bastará apenas lembrar que as representações estudadas não encerram as experiências históricas intercaladas no interior da narrativa de Chartier. Não veremos problemas em admitir isto, haja vista que nem mesmo Chartier visa construir biografias destes personagens. Diferente disto, seu intuito é mapear a produção e as apropriações (diferenciadas, destes sujeitos sociais) sobre os objetos escritos em circulação no Antigo Regime. De nossa parte, a intenção de análise almejou propor esboços gerais da representação, seja esta representação constituída por elementos iconográficos ou somente escritos, seguindo os fundamentos teóricos e as matrizes documentais que permitiram sua instrumentalização.

Considerações Finais

Após a finalização de cada um dos três capítulos desta dissertação, na etapa em que chegamos, não teremos a pretensão de encerrar as possibilidades de pesquisa sobre o tema *representações na obra de Roger Chartier*. Estabelecendo uma via alternativa, nestas últimas laudas, desejamos ampliar uma vez mais a reflexão, tecendo considerações gerais acerca do estudo que acabamos de empreender.

Para alcançar estes objetivos, poderemos regressar à questões embrionadas em um projeto de pesquisa, que muito mudou ao longo do percurso do mestrado. A partir deste olhar retrospectivo veremos, em primeiro lugar, que *o estudo sobre a elaboração das representações na obra de Chartier* e os desdobramentos de sua *recepção no Brasil*, deu lugar a uma pesquisa com recortes (temporais e espaciais) mais precisos. Neste exercício, postergou-se o estudo das apropriações das representações, por entender as dificuldades de reunir em uma mesma pesquisa de mestrado (cujo o tempo é relativamente limitado), duas matrizes de investigação distintas, cuja disponibilidade de fontes documentais é demasiadamente excessiva.

Com o filtro *representações na obra de Chartier*, percorremos um vasto corpo documental, haja vista a disponibilidade de entrevistas, ensaios, artigos, livros (coletâneas e obras individuais), publicados ao longo das últimas quatro décadas. A todo momento, os registros de seu desempenho individual foram articulados a um tempo histórico e lugar social determinados. Tal princípio de pesquisa, almejou evitar interpretações simplórias que tendem a explicar a trajetória profissional de Chartier por meio de uma leitura messiânica frente à história cultural francesa, assim exportada para outros lugares do globo.

Não se tratou, portanto, de apenas refletir sobre a construção do conceito de representação na obra deste historiador; teve igual teor de validade pensar como são construídas as representações de Roger Chartier (ou seja, sua imagem, enquanto historiador) e notar que tais percepções não independem de vínculos institucionais e pessoais firmados a priori. Para legitimar uma vez mais nosso ponto de vista, poderemos tomar como documentação paratextos, introduzidos nas edições brasileiros

dos livros de Chartier. Deste modo, antes de lermos, por exemplo, o texto de apresentação do livro *À Beira da falésia*, redigido por Sandra Jatahy Pesavento, é vital tomar nota dos eventos que antecederam a concretização deste projeto editorial e que evidenciam uma série de encontros entre Pesavento e Chartier no âmbito da história cultural.

Sabe-se que até seu falecimento, ocorrido em 2009, Pesavento operou no GT nacional e regional (RS) de História Cultural. Ela foi também autora de livros e artigos, em que este campo do conhecimento não ditou apenas a abordagem eleita para tecer reflexões sobre o passado; em algumas ocasiões foi, propriamente, o objeto das reflexões por ela ponderadas.

Em maio de 2007, Pesavento esteve ao lado de Chartier na conferência “A crise da História”, cujo tema já havia sido contemplado em uma fala anterior de Chartier, realizada durante uma visita à Porto Alegre no ano de 1999²⁰⁴. Em 2001, Pesavento organizou o livro “Fronteiras do Milênio”, no qual há um capítulo assinado por este historiador, denominado *Uma crise da História? A história entre narração e conhecimento*²⁰⁵. Em 2002, ocorreu a publicação brasileira do livro *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*, cuja apresentação transcrevemos parcialmente abaixo:

O nome de Roger Chartier dispensa apresentações. O autor coloca-se entre os mais conhecidos, lidos, debatidos e citados historiadores da atualidade. Tem suas obras publicadas em vários países do mundo e por eles viaja sem cessar, a dar conferências, a expor suas idéias, a partilhar suas reflexões, de maneira clara, segura, sempre atraente. Frente à este perfil, que dizer, pois, de alguém sobre o qual já se disse tanto?

Seu nome é associado, de maneira definitiva, a esta Nova História Cultural que renovou os domínios de Clio e abriu novos campos aos pesquisadores, que passaram também a descobrir novas fontes, ou então descobriram ser possível retornar aos mesmos documentos, mas com o olhar iluminado por outras questões. Nesta medida, Chartier associa ao seu perfil de pesquisador atento uma reflexão teórica inovadora, não muito frequente entre os historiadores.

Esta sua obra *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*, que ora se pública no Brasil pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é bem uma mostra de sua trajetória intelectual, a evidenciar sua

²⁰⁴ Os dois eventos foram realizados em Porto Alegre.

²⁰⁵ *Uma crise da História? A história entre narração e conhecimento*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 115-140. Um terceiro trabalho a ser mencionado seria o título: CHARTIER, Roger. *A nova história cultural existe?* In: PESAVENTO, Sandra Jatahy Et. al. *História e linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

posição de vanguarda de uma continuada renovação nas maneiras de ler e fazer a História. Reunindo vários textos, podemos acompanhar o autor na sua discussão frente às *incertezas* que povoam o terreno da História, mas justamente para mostrar que, nesta *era da dúvida*, o saldo é positivo. É bem prova disso a combinação, erudita e ousada, da escrita da Chartier, nestes textos aqui reunidos, que discutem a História de seu tempo. Ler esta obra não é apenas obrigatório, é também um prazer²⁰⁶.

Houve, portanto, uma comunicação harmoniosa entre ambos os historiadores, ligados por longa data à uma linha de pesquisa conhecida como história cultural. Contudo, este texto de abertura – no qual o trabalho de Chartier é associado a uma “vanguarda”, cuja *inovação teórica* transcende a prática comum de outros historiadores –, apresenta-nos mais do que a admiração pessoal de Pesavento em relação ao trabalho deste historiador francês. Tendo em vista aquilo que Pierre Bourdieu chama de *desinteresse interessado*²⁰⁷, vê-se que para além da divulgação do livro que se apresenta e dos elogios tecidos, há aí um reconhecimento acadêmico, cuja órbita ultrapassa a obra individual de Roger Chartier. Estes elogios refletem diretamente em seu campo de estudo, que era também o de Sandra Pesavento.

Deve-se estar claro que ao propor esta reflexão, não objetivamos meramente rever posições elogiosas. De fato, Chartier não é um anônimo no campo da história cultural e não há nada de mau em lembrar seus êxitos. Contudo, se ampliarmos a visão dessa narrativa, articulando-a a uma conjuntura maior, definitivamente, teremos uma análise mais crítica e enriquecedora.

Periodicamente, Chartier abre aspas para tratar de detalhes que são indispensáveis para entendermos o lugar privilegiado que ele ocupa hoje no campo da história. O livro *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção* é, neste sentido, um dossiê interessante, pois além do texto de abertura convencional escrito pelo organizador da obra, há também textos de caráter autobiográfico que revelam os diálogos e apropriações efetuadas por Chartier ao longo de sua trajetória profissional.

Em seu texto de abertura, João Cezar de Castro Rocha dirá que

²⁰⁶ CHARTIER, Roger. *À Beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

²⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. *É possível um ato desinteressado?* In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papyrus, 1996, pp. 137-161

O trabalho de Roger Chartier, um dos mais destacados historiadores da atualidade, renovou o campo de estudos da história do livro. Isso sem mencionar suas contribuições fundamentais na discussão dos conceitos centrais da textualidade, autoria e leitura. Autor de uma obra tão numerosa quanto importante, tem seus livros traduzidos para diversos idiomas [...]. Historiador conhecido pelo rigor na consulta às fontes e pelo caráter meticuloso de suas pesquisas, Chartier também é capaz de dirigir-se a um público mais amplo, sem perder a marca que distingue seus livros: uma impecável erudição aliada a uma imaginação histórica nem sempre comum em sua área de estudos.

[...]

Afinal, como poucos, ele transformou nossa compreensão dos papéis históricos do autor, do texto e do ato da leitura.

[...]

Poucos historiadores contribuíram mais do que Roger Chartier para o entendimento tanto de transformações quanto de permanências²⁰⁸.

Dando continuidade à obra, a partir de um texto publicado originalmente em 2007, ver-se-á Chartier “escutar os mortos com os olhos”, entre eles, Henri-Jean Martin e Don McKenzie, pois sem os desdobramentos possibilitados por eles e, por outros pares dos estudos da cultura escrita, não seria possível nem mesmo a inauguração da cátedra do Collège de France no ano de 2007. Sobre Henri-Jean Martin, diz ser um “discípulo sem ser seu aluno” e associa ao trabalho do mesmo os primeiros passos em direção da história do livro:

[...] ele nos ensinou a ultrapassar os limites ao mostrar que o sentido de um texto, seja ele canônico ou sem qualidades, depende das formas através das quais é realizada a leitura, dos dispositivos específicos à materialidade da escrita, por exemplo, os objetos impressos, o formato do livro, a construção da página, a repartição do texto, a presença ou não de imagens, as convenções tipográficas e a pontuação.

Fundamentando a “sociologia dos textos” no estudo de suas formas materiais, McKenzie não se distanciou das significações intelectuais ou estéticas das obras. Bem ao contrário. E é sob essa perspectiva aberta por ele que posicionarei uma matéria que pretende não separar jamais a compreensão histórica dos textos escritos da descrição morfológica dos objetos que os veiculam.²⁰⁹

²⁰⁸ ROCHA, João Cezar de Castro. Apresentação: Roger Chartier e os estudos literários. pp. 08-15. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier – a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011.

²⁰⁹ CHARTIER, Roger. *Escutar os mortos com os olhos*. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier – a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011. p. 250-1.

Ao citar Pierre Bourdieu e as redes interligadas do campo acadêmico, Chartier enfatiza, conscientemente, uma gama de pesquisadores que o precederam ou que trabalharam ao seu lado, as instituições e as atividades que nelas exerceu. Afirmativas como estas subsidiaram nossa pesquisa, servindo-nos de testemunho para atestar as hipóteses traçadas previamente; começando pelo modo transparente com que estas dedicatórias foram elaboradas, seguida das numerosas ocasiões que foram compostas.

Essa lógica de pesquisa, que concede ênfase aos interlocutores de Chartier, transcorreu-se de forma acentuada em nosso segundo capítulo. Nesta etapa foram analisadas leituras de Chartier em Émile Durkheim, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e, como adendo à este bloco sociológico, Louis Marin. Vimos que estas leituras são complementares, cada qual alinhada à crítica às mentalidades. Estas leituras são, portanto, fundamentais para o construto da noção de representação, haja vista a inclusão de diretrizes propostas por cada um deles nos escritos de Chartier.

Ao tomar nota destas leituras, objetivou-se traçar possíveis pontos de encontro, que não foram apenas intelectuais; com exceção apenas de Émile Durkheim, o contato de Chartier com eles foi também face a face, marcado por diversos encontros e selados por publicações conjuntas e/ou artigos, nos quais, Chartier reconhece a importância desses intelectuais no campo da história. Nesse exercício, não houve pretensão de se eleger a maior ou a menor contribuição na obra de Chartier, embora fiquem explícitas relações cordiais de amizade, especialmente no que tange seu diálogo com Pierre Bourdieu.

Para o entendimento destas leituras deve-se elencar a noção de apropriação – instrumentalizada por Chartier em suas pesquisas e, notadamente, levada a cabo no diálogo que estabelece com esses intelectuais. Estas apropriações, permitem reinterpretar sobre o conceito de representação, o qual é articulado às práticas de homens e mulheres do Antigo Regime. Tal como a noção de representação, a noção de apropriação:

parece central para a história cultural com a condição, todavia, de ser reformulada. Essa reformulação, que enfatiza a pluralidade dos empregos e das compreensões e a liberdade criadora – mesmo que seja regrada – dos agentes que nem os textos nem as normas impõe, distancia-se, em primeiro lugar, do sentido que Michel de Foucault dá ao conceito, considerando a

“apropriação social dos discursos” como um dos procedimentos maiores pelos quais os discursos são assujeitados e confiscados pelos indivíduos ou pelas instituições que se arrogam seu controle exclusivo. Ela também se distancia do sentido que a hermenêutica dá à apropriação, pensada como fenômeno em que a “aplicação” de uma configuração narrativa particular à situação do leitor refigura sua compreensão de si e do mundo, portanto sua explicação fenomenológica”. p. 67-8

A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem.

Práticas, apropriações e representações. Esta é portanto, a tríade conceitual elencada por Chartier em suas pesquisas, e citadas de forma correspondente em nossas análises. Sua operacionalização foi estudada em nosso terceiro capítulo. Ali foram referenciados registros de sujeitos sociais, interligados nas pesquisas de Chartier por duas questões fundamentais: por um tempo histórico comum (o Antigo Regime) e pelo registro de suas práticas (tornadas visíveis por meio de fonte documental acessada). Estas práticas estão diretamente relacionadas à produção e diversas apropriações dos objetos escritos.

Daí chegamos uma vez mais à conclusão (já diagnosticada) de que as representações possuem sentidos plurais, e que estas representações estão intimamente ligadas à explicações históricas, propostas num tempo histórico vivido por Chartier. Dito em outras palavras, o alinhamento dessas experiências expressa o encadeamento de dois regimes temporais: o passado sobre o qual estas representações têm sua origem histórica (leia-se, o Antigo Regime) e o presente em que Chartier atua, propondo-lhes um *novo* sentido. Falamos, portanto, dos usos *históricos* e *historiográficos* da noção de representação. Contudo, devemos lembrar que estes chamados usos historiográficos possuem eles mesmos sua história: daí a importância de se articular a escrita de Chartier com eventos chaves do século XX.

No mais, é necessário reforçar que o uso da noção de representação não corresponde apenas à anexação de um *novo* conceito nos escritos desse historiador francês. Como bem vimos, o retorno às representações, anteriormente prescritas pela sociologia de Durkheim, foi resultado de adaptações em sua metodologia de pesquisa, em seu modo de pensar e de escrever a história. É, em suma, reflexo de uma movimento

na historiografia de cunho cultural francesa, o qual Chartier acompanhou e foi também seu defensor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Roger Chartier

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. Tradução de *Le livre en révolutions*. Entretiens avec Jean Lebrun. Paris, Éditions Textuel, 1997.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. Tradução de *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitude et inquiétude*, Paris, Albin Michel, 1998.

_____. *A construção estética da realidade - vagabundos e pícaros na idade moderna*. Rio de Janeiro, *Tempo*, vol. 9, n. 17, pp. 1-19, 2004.

_____. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Tradução de *Cultural History. Between Practices and Representations*, tr. Lydia G. Cochrane, Cambridge, Polity Press, et Ithaca, Cornell University Press, 1988.

_____. *A história entre narrativa e conhecimento*. In: *À beira da Falésia a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 94.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Tradução de *La historia o la lectura del tiempo*, Barcelone, Gedisa, 2007.

_____. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014. Versão francesa: *La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur*, Paris, Editions Gallimard, coll. Folio Histoire, 2015

_____. *A nova história cultural existe?* In: PESAVENTO, Sandra Jatahy Et. al. *História e linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. *Cardenio entre Cervantes e Shakespeare*. A história de uma peça perdida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Tradução de *Cardenio entre*

Cervantes et Shakespeare. Histoire d'une pièce perdue. Paris: Gallimard, coll. "NRF essais", 2011.

_____. *Comment penser l'autocontrainte?* In: *Communications*, 56, 1993. Le gouvernement du corps. pp. 41-49. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1993_num_56_1_1847.

_____. *Conscience de soi et lien social.* In: *La Société des individus.* Paris: Fayard, 1991, p. 7-29.

_____. Conversar con Chartier. *História, antropologia y fuentes orales.* Barcelona, V. 2. N. 38. pp. 54-5, 2007.

_____. *Cultura popular: Revisitando um conceito historiográfico.* Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 8, n° 16, 1995, p. 179-192.

_____. *Defesa e ilustração da noção de representação. Fronteiras,* Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Tradução de Roger Chartier, *Defense et illustration de la notion de représentation.* Disponível em: Working Papers des Sonderforschungsbereichen 6402/2011, <http://edoc.hu-berlin.de/series/sfb-640-papers/2011-2/PDF/2.pdf>.

_____. *Distinção e divulgação: a civilidade e seus livros.* In: *Leituras e leitores na França do Antigo Regime.* Belo Horizonte: Autentica, 2009.

_____. *Do livro à leitura.* As práticas urbanas do impresso (1660 – 1780). In: *Leituras e leitores na França do Antigo Regime.* Belo Horizonte: Autentica, 2009.

_____. *Do palco a página.* Publicar teatro e ler romances na época moderna (Séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002. Tradução de: *Publishing Drama in Early Modern Europe, The Panizzi Lectures 1998,* London, The British Library, 1999.

_____. *Double lien et distanciation.* In: *Engagement et distanciation: contributions à la sociologie de la connaissance.* Paris: Fayard, 1993, p. I-X.

_____. Le sport ou la libération contrôlée des émotions. In: *Sport et civilisation: la violence maîtrisée*. Paris: Fayard, 1994, p. 7-24.

_____. Elias: une pensée des relations. In: *Espaces Temps*, 53-54, 1993 pp. 43-60.

_____. Entrevista realizada pela Revista de História.com.br em 01.11.2007. Disponível em:
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/entrevista-roger-chartier>

_____. *Escutar os mortos com os olhos*. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier – a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011. Tradução de *Écouter les morts avec les yeux*. (Leçon Inaugurale. Collège de France, 11/10/2007).

_____. *Formation sociale et économie psychique: la société de cour dans le procès de civilisation*. In: NORBERT, Elias. *La Société de cour*. Paris: Flammarion, 1985.

_____. *Inscrever e apagar*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007. Tradução de *Inscrire et effacer. Culture écrite et littérature (XI^e-XVIII^e siècle)*, Paris, Gallimard et Le Seuil, Collection « Hautes Études », 2005.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp. 2004. Tradução de: *Lectures et lecteurs dans la France de l'Ancien Régime*, Paris, Éditions du Seuil, 1987.

_____. *Le sens de la représentation*. *La Vie des idées*, 22 mars 2013. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Le-sens-de-la-representation.html>

_____. *Materialidade dos textos*. Dom Quixote entre livros, festas e cenários. In: ROCHA, João Cezar de Castro. Roger Chartier a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011.

_____. *Normas e condutas: artes de morrer (1450 – 1600)*. In: *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Belo Horizonte: Autentica, 2009.

_____. O Mundo como representação. *Estudos Avançados*. Vol. 5, n.11. São Paulo. Jan/Abr. 1991. Tradução Le monde comme représentation. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. Année 1989, Volume 44, Numéro 6, pp. 1505-1520.

_____. *O passado no presente*. Ficção, história e memória. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Orgs). Roger Chartier. A força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011.

_____. *O Romance: da Redação à leitura*. In: CHARTIER, Roger. Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

_____. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Belo Horizonte: Autentica. 2009. Tradução de *Les Origines culturelles de la Révolution française*, Paris, Éditions du Seuil, 1990,

_____. *Poderes e limites da representação*. Marin, o discurso e a imagem. In: *À Beira da falésia*. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. *Práticas da escrita*. In: CHARTIER, Roger (Orgs.) *Historia da vida privada 3: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Cia. das letras, 1991.

_____. Representación de la práctica, práctica de la representación. *História, Antopología y fentes orales*. V.2, n.38, 2007. pp. 29-34.

_____. *Uma crise da História?* A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

_____. *Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas*. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier – a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ANKERSMIT, Franklin R. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

Annales. *Histoire et Sciences Sociales. Um tournant critique?* Annales, Économies, Sociétés, Civilisations. Année 1988, Volume 43, Numéro2, pp. 291-293.

BARROS, José D'Assunção. *A Nouvelle Histoire e os Annales: continuidades e rupturas*. *Revista de História* (Salvador), v. 5, 2013.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert. Dialogue à propos de l'histoire culturelle. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 59, septembre 1985. Stratégies de reproduction-2. pp. 86-93

_____. *A delegação e o fetichismo político*. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A força das representações*. In: *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer* São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *A representação política: Elementos para uma teoria do campo político*. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIDEL, 1989.

_____. *É possível um ato desinteressado?* In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papyrus, 1996, pp. 137-161

_____. *Espaço social e poder simbólico*. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Sobre o poder simbólico*. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIDEL, 1989.

_____; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica. 2012.

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BRAUDEL, Fernand. Les “nouvelles” Annales. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 24e année, N. 3, 1969.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org). *Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier*. Diálogos, Vol. 9, No 1 (2005).

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982.

CERTEAU, _____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DARTON, Robert. CHARTIER, Roger. Roger Chartier entrevistado por Robert Darton. *Matrizes* Ano 5 – nº 2 jan./jun. 2012 - São Paulo. p. 159-177

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. Entrevista. *Revista Brasileira. Hist. São Paulo*, vol. 32, n. 64, Dec. 2012.

_____, Mai 68, les effets de l'histoire sur l'Histoire In: *Politix*. Vol. 2, N°6. Printemps 1989. pp. 47-52.

DUBY, Georges. Entrevista realizada em 1960. Apud: DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Editora da Unicamp. 1994.

DURKHEIM, Émile. *Representações sociais e representações coletivas*. In: *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

_____; MAUSS, Marcel. *Algumas formas primitivas de classificação*. In: RODRIGUES, José Albertino. *Émile Durkheim: Sociologia*. 1999.

ELIAS, Norbert *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização. Volume 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FILHO, Fernando Pinheiro. A noção de representação em Durkheim. *Lua Nova*, Nº 61, 2004.

FURET, F. Le passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XXème siècle. Paris: Édition Robert Laffont, 1995.

GREENBLATT, Stephen. *Shakespeare Negotiations. The circulation of Social Energy in Renaissance England*. Berkley; Los Angeles: University of California Press, 1998.

KANTOROWICZ, Ernest. *Os dois corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEMARCHAND, Guy. Marxisme et histoire en France depuis la Deuxième Guerre mondiale (Parte I). *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*. pp. 171-80. Disponível em: <http://chrhc.revues.org/3104>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

MARIN, Louis. *Le portrait du roi*, Paris: Ed. Minuit, 1981

_____. *Ler um quadro: Uma carta de Poussin em 1699*. In: CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

MOSCOVICI, Serge. *Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história*. In: JODELET, Denise (Org.) *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. *Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história*. In: JODELET, Denise (org.) *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 48-9.

PACHECO, Alexandre. As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra 2000.

REMOND, Rene (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: 1996.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.

ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica*. Itajaí: Ed. Univali, 2002.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Marcel Mauss e Norbert Elias: notas para uma aproximação epistemológica. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 195-210, jan.- mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n122/v34n122a11.pdf>. Acesso em 29/05/2016.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *A história como “a representação do passado”*: a nova abordagem da história francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

TORRE, Angelo. Recorridos de la práctica. *Revista História, Antropología y fuentes orales*, v. 2, n. 38, 2007. pp. 23-38.

VENANCIO, Giselle Martins. Roger Chartier. In: PARADA, Maurício (Org). *Os historiadores clássicos da história: De Ricoeur a Chartier*. Petrópolis: PUC – Rio, 2014.

VILAR, Pierre. Entrevista realizada durante a participação nas "Jornadas de história social" da Universidad Autónoma de Puebla (México). 1978. pp. 132-3.